

Marcus Melo
Caso Master, entre punição e conluio Há perplexidade. No 'affair', não sobra (quase) ninguém! A3

Lara Mesquita
Poder gera dilema para o Supremo Corte é destaque, a novidade é a erosão de legitimidade A10

Ronaldo Lemos
Filósofo dos ricos vê o fim do homem Para Nick Land, tecnologia vai fazer a humanidade supérflua A29

Tecnologia e custos eliminam 37% das agências bancárias em 10 anos

Introdução de instrumentos como Pix e redução de gastos dos bancos fazem com que 48% das cidades não tenham mais unidades físicas, onde 27% dos pagamentos são realizados

O avanço da tecnologia para realizar transações financeiras, como o Pix, e a redução de custos fizeram com que o número de agências bancárias no Brasil caísse 37% em dez anos. Segundo cálculos do Dieese, usando dados do Banco Central, hoje há pouco mais de 14 mil estabelecimentos do tipo no país.

De 2015 para cá, 638 cidades ficaram sem nenhuma agência, elevando para 48% o número de municípios nessa situação, o que afeta o equivalente a 9% da população. O fechamento se intensificou com as restrições na pandemia de Covid-19 e o lançamento do Pix, que revolucionou o mercado de pagamentos.

Sindicalistas do setor se queixam da realidade, acusando bancos de buscar maximizar lucros em detrimento do atendimento à população, particularmente os mais pobres e idosos, que tendem a usar mais serviços físicos. Em 2024, 27% dos pagamentos de contas e 14% dos investimentos foram presenciais.

Para a Febraban, entidade que reúne os bancos, as instituições apenas estão se adaptando à nova realidade do mercado, que de todo modo não é universal. Nos Estados Unidos, por exemplo, a rede bancária física segue em expansão devido ao menor entusiasmo com os serviços digitais. **Economia A19 e A20**



Bruno Santos/Folhapress

Estrelas pop e mar de leques dão o tom no Lollapalooza em SP

Público em apresentação da DJ Idlibra ontem, último dia do festival em Interlagos; acessório tornou-se instrumento da plateia em shows como o de Chappell Roan e marcou o "lequepalooza", que optou por cantoras pop em ótimos momentos nas carreiras **Ilustrada B1**

ciência
Nasa monitora naves em torno da Lua B12

EDITORIAIS A2
Não se deve politizar o preço do diesel Sobre medidas contra encarecimento do combustível.

Não há segurança sem combate à corrupção policial Em defesa de fortalecer as corregedorias.

6 dos 10 ministros do STF receberam verba acima do teto

Levantamento da Folha mostra que 6 dos 10 ministros do Supremo receberam verbas acima do teto constitucional do funcionalismo de R\$ 46,3 mil mensais quando já estavam na corte, que tem dado decisões contrárias à prática. Desde 2019, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Nunes Marques, André Mendonça, Gilmar Mendes e Flávio Dino receberam ao todo R\$ 2,8 milhões extras. **Política A6**

Pesquisa relaciona álcool a casos de violência doméstica Estudo inédito sobre registros da Polícia Civil do estado de São Paulo detectou 50.805 ocorrências de violência doméstica envolvendo álcool de 2023 a 2024, ou 70 por dia. A34

Receita começa a receber declaração do IR de 2026 A Receita Federal abre nesta segunda o prazo para declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física de 2026. A expectativa é receber 44 milhões de prestações até 29 de maio. A15

entrevista da 2ª JAMES MULDOON sociólogo britânico
Empresas de IA acharam meio de lucrar com a solidão

Professor associado na Universidade de Essex, Muldoon diz que as empresas de tecnologia descobriram uma forma de lucrar com a solidão humana, ao embalar intimidade como produto. "Em momentos de incerteza, muitos recorrem à IA para encontrar algum conforto e cuidado". A42

Irã e EUA elevam ameaças antes de ultimato de Trump expirar

A guerra no Oriente Médio chega hoje a seu primeiro tira-teima, quando expira o prazo dado pelo americano para a teocracia reabrir o estreito de Hormuz, sob pena de atacar usinas de energia iranianas. Teerã disse que, se isso ocorrer, irá retaliar até contra o sistema de água do golfo, e secretário americano sugeriu escalar para depois desescalar o conflito. **Mundo A31 e A32**



EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Não se deve politizar o preço do diesel

Ante cobranças de Lula, governadores resistem a zerar o ICMS sobre o combustível devido a impacto orçamentário e dificuldades técnicas; eventual continuidade da guerra exigirá realismo de cotações

Após zerar impostos federais sobre o diesel, adotar uma subvenção para o preço do produto e reforçar a fiscalização do frete mínimo para evitar uma paralisação dos caminhoneiros, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs que os estados suspendam temporariamente o ICMS sobre a importação do óleo até o fim de maio. Metade do custo, estimado em R\$ 3 bilhões, seria bancada pela União. A intenção do Planalto é viabilizar algum alinhamento dos preços domésticos às cotações internacionais, catapultadas pela guerra entre Estados Unidos e Irã, sem que haja necessidade de repasses na bomba que castiguem o consumidor. Até agora, a proposta não foi atendida de forma coletiva pe-

los governadores, que apontam —corretamente— dificuldades técnicas e riscos fiscais. O problema básico é que o Brasil precisa importar cerca de 30% do diesel consumido internamente. As medidas podem conter preços por algum tempo, mas não são sustentáveis se a defasagem ante as cotações globais persistir. Importadores privados simplesmente param de comprar no exterior nesse caso. Nos primeiros 17 dias de março, as importações despencaram quase 60% em relação ao mesmo período de 2025. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) e entidades do setor veem risco de desabastecimento a partir de abril. A subvenção e a isenção federal não substituem o ajuste necessário de paridade. Prova disso é

que, mesmo antes de qualquer aumento para as distribuidoras por parte da Petrobras, o diesel já subiu 20,4% nos postos desde o início do conflito (de R\$ 6,03 para R\$ 7,26 por litro). A pressão federal sobre os estados, incluída em discursos recentes de Lula, é um remendo temerário. As finanças públicas já estão combalidas —o resultado orçamentário estadual vem piorando desde o ano passado. Governadores apontam riscos de inconstitucionalidade (benefício seletivo ao diesel importado), a necessidade de compensações exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, prejuízos para outras políticas públicas e dificuldade de fiscalização, com possibilidade de fraude (declarar produto nacional como importado).

Mesmo antes de qualquer aumento para as distribuidoras por parte da Petrobras, o óleo já subiu 20,4% nos postos desde o início do conflito (de R\$ 6,03 para R\$ 7,26 por litro)

O ano eleitoral intensifica a ansiedade do governo, que ensaia emular o populismo de Jair Bolsonaro (PL) em 2022. Manter o diesel artificialmente mais barato é tentador politicamente. Algumas ações paliativas como as já adotadas para adiar o impacto na economia até fazem sentido no curto prazo, diante da própria incerteza sobre a duração do conflito. Mas uma continuidade da guerra no Oriente Médio tornará inevitável, em algum momento, o realinhamento dos preços domésticos. Cotações globais não se curvam a decretos de Brasília. A transparência com a população é o melhor caminho. Transformar o tema em objeto de disputa política resultará em demagogia e heranças fiscais amargas.

Não há segurança sem combate à corrupção policial

Operações deflagradas no RJ e em SP mostram casos de um problema histórico que o poder público ainda se exime de enfrentar; é preciso fortalecer corregedorias, com autonomia e inteligência investigativa

Não existe política séria em segurança pública quando parte de sua estrutura se converte em sócia ou protetora das organizações criminosas que deveria combater. Nas situações mais graves, a corrupção policial conecta-se a esquemas que alcançam setores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Trata-se de um problema histórico do país, que o noticiário recente evidencia com o estopim de novos casos. Mesmo assim, a PEC da Segurança e o projeto Antifacção, recém-aprovados, passam ao largo da corrupção policial. Em São Paulo, a Operação Bazaar, deflagrada no início de março pelo Ministério Público e pe-

la Polícia Federal, revelou um esquema de pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos para proteger uma organização criminosa ligada à lavagem de dinheiro, com manipulação de procedimentos, fraude processual e destruição de provas. Entre os investigados, estão dois investigadores, um delegado e um escrivão da Polícia Civil do estado. Mais grave, relatórios sigilosos de inteligência financeira do Coaf teriam sido desviados de sua finalidade legal para constranger pessoas, pressionar alvos e sustentar extorsões. No Rio de Janeiro, ainda neste mês, a Operação Anomalia expôs policiais civis e militares utili-

zando a estrutura do Estado para extorquir integrantes da facção criminosa Comando Vermelho, além de corrupção e lavagem de capitais. Há indícios de facilitação logística para o tráfico e milícias, blindagem de criminosos e ocultação de patrimônio ilícito. Diante desse cenário, insistir exclusivamente no endurecimento penal é não compreender —ou não querer enfrentar— um dos principais fatores que impulsionam a atividade criminosa. Elevar penas sem desmontar redes de corrupção é mero punitivismo que não produz efeito estrutural. A prioridade precisa mudar. Corregedorias não podem continuar burocráticas, frágeis e su-

Insistir apenas no endurecimento penal sem desmontar redes de corrupção instaladas no aparato estatal é mero punitivismo que não produz efeito práticos e estruturais

bordinadas. Devem atuar com autonomia, inteligência, controle de conflitos de interesse e capacidade efetiva de interromper ciclos de contaminação do aparato institucional. É necessário rastrear enriquecimento incompatível e garantir independência funcional para investigar e punir desvios dentro das próprias corporações. Segurança pública não se faz apenas com polícia na rua e punições mais duras. Sobreretudo, faz-se com polícia íntegra. Quando a proteção ao crime se instala no Estado, não é só a ordem pública que entra em colapso. A democracia, os direitos e as garantias também passam a correr risco.

FOLHA DE S.PAULO ★★

UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
DIRETORES-GERAIS Judith Brito e Carlos Ponce de Leon
EDITOR-EXECUTIVO Vinicius Mota
CONSELHO EDITORIAL Candido Bracher, Demétrio Magnoli, Dora Kramer, Mônica Bergamo, Maria Alice Setubal (Neca), Oscar Vilhena, Paulo Junqueira Moll, Vera Iaconelli, Vinicius Mota, Wilson Gomes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia), Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Luciana Pandolfi (recursos humanos) e Alexandre Cres (comercial)
CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR BDO)
875.579 - Fechamento 2º Semestre de 2025
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

João Montanaro



COLONISTAS

SÃO PAULO

Populismo penal não combate misoginia

Lygia Maria

Só em março, oito projetos de lei que visam combater misoginia no ambiente online foram protocolados na Câmara. Duas propostas avançam no Senado. O PL 896, de 2023, inclui crimes motivados por misoginia na lei 7.716 de 1989. Tal diploma, que acerta ao descrever práticas de discriminação —como injúria individual, negar emprego ou impedir acesso a estabelecimento comercial— erra ao punir quem “incitar ou induzir” preconceito. Ora, incitar e induzir são consequências puramente subjetivas de determinada fala, o que abre margem para infrações à liberdade de expressão —o processo contra o humorista Leo Lins é um exemplo. Incluir a misoginia, descrita de forma vaga no proje-

to (“conduta que manifeste ódio ou aversão às mulheres”), só aumenta o raio de ação dos abusos que o referido dispositivo da lei de combate ao racismo enseja. Já o PL 2 de 2026 institui uma política nacional de combate ao discurso de ódio contra mulheres na internet. Há previsão de uma Autoridade Central de Notificação, designada pelo poder Executivo, que pode credenciar Notificadores de Confiança, inclusive de entidades privadas. Em 2021, a relatora especial da ONU para a proteção da liberdade de expressão, Irene Khan, afirmou que o enfrentamento da violência contra mulheres não pode servir de pretexto para restringir o direito à expressão. Leis e regulações precisam fo-

car em condutas identificáveis e verificáveis, como ameaça, perseguição, divulgação de dados pessoais e de imagens íntimas, assédio coordenado, aliciamento e incitação específica a crimes. Há evidências de que intervenções primárias —programas escolares de habilidades socioemocionais, relacionamento saudável, consentimento e resolução de conflitos— com jovens de ambos os sexos reduzem violência. Os parlamentares preferem o populismo penal. Afinal, leis açodadas em momentos de comoção midiática geram votos. E parte da população embarca nesse pensamento mágico. Mas o combate à violência contra as mulheres exige ações integradas focadas na complexa realidade do problema.

BRASÍLIA

Qual o maior crime contra a humanidade?

Ana Cristina Rosa

Qual o maior crime já cometido contra a humanidade? A pergunta é instigante, mas para a União Africana (UA), organismo formado pelos 55 países do continente, a resposta é clara: foi a escravização e o tráfico transatlântico de africanos escravizados. A entidade está em busca do reconhecimento oficial da Organização das Nações Unidas (ONU) desse entendimento. Uma Resolução nesse sentido foi aprovada em fevereiro e encaminhada à apreciação da ONU em busca, ao menos, de um pedido formal de desculpas das nações que lucraram com a prática. Não há outra ação criminosa cometida contra seres humanos no passado que tenha vitimado tanta gente (cerca de 15 milhões

de pessoas), por tanto tempo (ao longo de 400 anos) e que siga repercutindo na ordem socioeconômica contemporânea com tamanha intensidade. Os efeitos físicos, psicológicos, econômicos e sociais desencadeados pelo tráfico e escravidão africana perduram no tempo e são sentidos no corpo e na alma por milhões de pessoas até hoje. Manifestam-se no racismo e na violência étnico-racial. Acarretam sentenças de morte proferidas por agentes públicos contra inocentes condenados sumariamente à perda da vida. “Vai morrer irmão, desce”, disse um PM do Rio a uma mulher negra, a médica Andréa Marins Dias, que teve o carro alvejado e foi morta com um tiro no peito por

dirigir o próprio veículo ao sair da casa dos pais. Resultam no desrespeito da autoridade do próprio Estado Juiz, como aconteceu com os magistrados Fábio Esteves e Franciele Pereira do Nascimento, que sofreram ataques racistas durante um evento promovido pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Reconhecer as causas históricas do racismo e seus efeitos é imprescindível para entender a origem desse crime tragicamente comum no nosso cotidiano. Nesse sentido, o pleito da União Africana por reparação e justiça étnico-racial é urgente, necessário e eu torço para que seja, de fato, considerado e atendido pelas Nações Unidas.

RIO DE JANEIRO

Sem mais silêncio

Ruy Castro

O jovem de fones ao ouvido atravessou a rua fora do sinal, costurando entre os carros em movimento e tirando fino das motos entre eles. Perplexo, eu assistia a tudo da calçada. Mas nada aconteceu. O garoto chegou ao outro lado e retomou tranquilo o seu caminho, como se o asfalto fosse uma extensão de sua casa. Perguntei-me que maravilhas estariam saindo dos fones, abafando tudo e permitindo-lhe ignorar as buzinas. Rock, rap, forró, k-pop? Outra cena que sempre me intriga é a dos jogadores descendo do ônibus do clube para o jogo de dali a pouco, no qual, em tese, eles deveriam estar totalmente concentrados. Todos trazem alguma coisa ao ouvido. Co-

mo 90% dos atuais jogadores são evangélicos, imagino que devem estar escutando os hinos e pregações que os levarão à vitória. Mas, se o repertório de seus fones vier do cafonejo, e ainda por cima perderem o jogo, não podem culpar Deus pela derrota. Digo tudo isso ao ler sobre os efeitos dos headphones nas pessoas que hoje os atacam às orelhas para correr, caminhar, pedalar, motocar, dirigir, dormir, trabalhar e até estudar, alheios à vida ao redor. É como se se isolassem da vida. Usam-nos também para reduzir o estresse, relaxar ou, ao contrário, excitar-se, tudo exceto refletir. É um passaporte para a alienação, o individualismo, o não-tou-nem-aísmo. Por sorte, quem usa esses fones

tem a liberdade de tirá-los para, às vezes, dar um alívio aos fatigados tímpanos. Mas, e se uma pessoa for obrigada a ouvi-los, sem poder arrancá-los ou implorar a alguém para fazer isso? Foi o que me contaram de um conhecido meu, homem de seus 80, nos estágios finais de um mal que o impedia de mover-se ou comunicar-se. Todos sabiam do amor que, em dias mais felizes, ele dedicara a Lizst, Chopin e Tchaikovski. Daí, seus netos prepararam 24 horas de playlist com suas sinfonias favoritas e, todos os dias, aplicavam-lhe os fones pelo dia inteiro. É o terror: ser condenado a escutar sem parar o que você ama, quando tudo que quer é o silêncio.

Master: entre punição e conluio generalizado

A diversidade e o grande número de envolvidos aumentam as chances de punição, ou de impunidade recíproca?

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Há perplexidade generalizada diante da estrutura tentacular e de dimensões colossais do affair Master. Sobra (quase) ninguém! A mais recente revelação: o filho de um ministro do STF e a nora do líder do governo no Senado teriam recebido somas milionárias do banco. O envolvimento de um número estarrecedor de atores —de autoridades dos três Poderes a empresários—, para além de qualquer clivagem ideológica, suscita uma questão central: quanto maior e mais diverso o número de implicados, maior a probabilidade de emergirem denúncias cruzadas que alimentem uma dinâmica de incriminação recíproca? A resposta otimista é: sim! O primeiro a formular essa intuição foi Madison, nos “Federalist Papers”. Para ele, o arranjo institucional mais eficaz no controle dos governantes é aquele baseado no controle recíproco entre interesses rivais. A ambição, dizia, deve ser colocada contra a ambição. Não se trata de confiar na virtude dos governantes, mas de estruturar instituições e incentivos de forma que interesses em competição se vigiem. O caso Master exhibe grande complexidade, pois envolve uma estrutura em dois níveis interligados. O primeiro diz respeito ao ambiente externo ao Supremo. Aqui a pluralidade está associada a custos reputacionais impostos pela imprensa independente e agências quase autônomas (Policia Federal, por exemplo). E clivagens entre setores empresariais (bancos grandes e pequenos, etc.) ou agentes políticos rivais. O segundo refere-se ao ambiente interno do Supremo (divisões nas turmas e plenário). O caso é absolutamente singular: as denúncias atingem diversos membros da corte. A questão central remete aos desdobramentos do caso após eventual delação do controlador do Banco: as delações no caso serão apreciadas pelos próprios implicados? Madison é guia para compreender a interação entre instituições —sobretudo entre os três Poderes—, mas suas intuições também se aplicam aos indivíduos. Basta considerar o contrafactual: se o relator sorteado não fosse André Mendonça, qual seria o desfecho? E se os ministros do STF tivessem sido nomeados por um único presidente ou por uma mesma facção político-partidária? A conclusão é clara: o pior arranjo para a accountability democrática ocorre quando há controle hegemônico de um único grupo. Ou seja, o número elevado de interesses contrariados geraria problemas de coordenação suficientes para inviabilizar uma reação concertada. Mas a resposta à pergunta inicial pode também ser: não! Quando muitos interesses são afetados —ainda que rivais— e o grau de comprometimento ultrapassa certos limiares, o resultado é o conluio geral. Aqui é terra arrasada: o grau de comprometimento dos principais atores políticos é tal que aumentariam brutalmente as chances de um acordo tácito entre as partes —mesmo com clivagens múltiplas (governo/oposição; esquerda/direita)— para garantir impunidade recíproca. Mesmo teoricamente rival do Executivo, setores majoritários do Senado alinham-se com a impunidade no Executivo e na corte. A experiência da Lava Jato, no entanto, sugere a ocorrência de acertos de contas pós-julgamento. A revelação de transferências da J&F para compradores do Tayayá é mais um indício. Desta vez será diferente?

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

A fila do SUS em ano eleitoral

Sem dados precisos sobre a espera, recursos federais ficam reféns de agentes privados e de relatórios incompletos de gestores municipais e estaduais

Ligia Bahia e Mário Scheffer

Doutora em saúde pública, é professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (Iesc) da UFRJ
Professor do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP

Espectro que ronda anos eleitorais, a espera por tratamento especializado no Sistema Único de Saúde (SUS) continua a afligir os pacientes. Para 2026, o governo federal antecipou-se com o programa “Agora Tem Especialistas”, que acertadamente prioriza determinados atendimentos, como os de oncologia e cardiologia, e inclui o setor privado como parte da solução. Ao propor um novo modelo de financiamento baseado na autorização de dívidas e créditos fiscais em troca de exames, consultas e cirurgias realizadas na rede privada, o programa poderá contribuir com a superação das barreiras que atualmente separam quem tem planos de saúde abrangentes do resto da população. A participação do setor privado é intermediada por valores unitários de remuneração. Multiplicados pelo volume da demanda pública, esses pagamentos preservam a natureza proprietária de

instituições não estatais, mas podem alterar a equação dos gastos com saúde no Brasil. Com recursos públicos, hospitais e estabelecimentos de diagnóstico privados, passariam a prestar serviços ao SUS universal. Entretanto, sem dados precisos sobre a natureza, tamanho e causas das filas, a distribuição de recursos federais fica refém de desejos de prestadores privados e relatórios incompletos de gestores municipais e estaduais, quando não é travada por disputas políticas ou desvarios burocráticos. Serviços avulsos, nem sempre os de melhor qualidade, passam a ditar o uso, até reorganizam fragmentos de filas locais, mas não as resolvem. Nos sistemas de saúde universais, as filas são de relevância pública e geridas pelos governos. Estar numa lista não é necessariamente um problema, desde que um sistema de informação transparente e único indique quan-

do a espera começa e acaba em cada ponto do percurso do paciente, identifique demoras excessivas, tenha critérios e pesos para priorizar atendimentos, reavalie os casos quando as condições de saúde mudam, retire da fila quem desiste por apresentar melhoras, quem muda de município ou falece. A privação do atendimento transformou os doentes no Brasil em pedintes de cuidados. Nas idas e vindas, problemas de saúde iniciais tornam-se mais graves, transportes são caros e há perda de dias de trabalho. A fila aparece e desaparece. Ora dizem que está zerada, ora que é incomensurável. O desespero para obter acesso e aumentar chances de cura, junto às desacreditadas promessas eleitoreiras, cria um panorama desolador. Não ser indiferente ao sofrimento e recusar-se a naturalizar as desigualdades significa assumir que a fila do SUS

A fila aparece e desaparece. Ora dizem que está zerada, ora que é incomensurável. O desespero para obter acesso e aumentar chances de cura, junto às desacreditadas promessas eleitoreiras, cria um panorama desolador

é propositadamente escondida. A título de exemplo dramático, o número de cirurgias oncológicas que o SUS realiza por ano é totalmente incompatível com os 520 mil casos de câncer previstos para 2026. Enquanto as taxas de sobrevida dos pacientes vêm aumentando no mundo, no Brasil diagnósticos tardios e tratamentos postergados são, literalmente, fatais. Estudo de autores brasileiros divulgado este ano pela American Society of Clinical Oncology indicou maior probabilidade de câncer de mama em estágio avançado em mulheres atendidas no SUS, com risco 53% maior de morte em comparação com pacientes de planos de saúde e particulares. Uma fila organizada pelo Ministério da Saúde, que permitisse a inscrição de pacientes, teria o potencial de identificar situações objetivas, como a do tratamento do câncer, combinando virtualmente financiamento público com a expansão de coberturas. O Brasil não é um país pobre nem carente de recursos para a saúde. Temos centros de pesquisa e de cuidados de saúde de excelência. No entanto, a oferta não está disponível para toda a população. A fila pública de acesso à atenção especializada, organizada e gerida a nível nacional, desde que ande de fato, seria uma boa novidade para a saúde no Brasil.

Recuperação energética de resíduos é solução ambiental, não retrocesso

Excluir modelo significa condenar os detritos a aterros sanitários, opção menos adequada, e até a lixões; debate exige compromisso com a ciência

Nickolas J. Themelis e Yuri Schmitke

Professor emérito de Engenharia da Terra e Ambiental da Universidade Columbia (EUA)
Presidente-executivo da Associação Brasileira de Energia de Resíduos (Abren)

TRÉPLICA

Recuperação energética de resíduos, tecnologia que transforma o lixo em energia, é um tema que suscita inúmeras dúvidas. Tal situação é compreensível; afinal, o Brasil não possui nenhuma usina dessa natureza em operação. Diante disso, e em atenção ao artigo “Queima de resíduos é tão insustentável quanto acusação de interesses escusos” (26/2), publicado nesta Folha, cabe esclarecer pontos essenciais ao debate. Essa tecnologia, chamada de Waste-to-Energy (WtE), não é uma alternativa à reciclagem, mas uma solução complementar para rejeitos não recicláveis, após esgotadas as possibilidades de reaproveitamento material. Excluí-la do debate significa condenar

os resíduos a aterros sanitários, opção ambientalmente menos adequada, e até a lixões. Os dados são claros: os países que mais reciclam também são os que mais utilizam usinas WtE. De acordo com estatísticas do Banco Mundial e da União Europeia, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Suíça, Finlândia, Áustria e Países Baixos combinam altas taxas de reciclagem com ampla infraestrutura de recuperação energética e praticamente zero envio de resíduos para aterros. A opção defendida no artigo, de priorizar aterros com captura de biogás, ignora evidências científicas e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Estudos internacionais indicam que usinas WtE podem reduzir em até oito vezes as emissões de GEE se comparadas com outras soluções, mesmo

aquelas com sistemas de captura de metano. Sobre emissões atmosféricas, levantamento da Cewep (Confederação Europeia de Usinas de Valorização Energética de Resíduos) identificou que as usinas WtE na Europa respondem por apenas 0,2% das emissões de dioxinas e furanos, enquanto veículos automotores representam cerca de 35%. Além disso, as emissões de usinas WtE são 70% abaixo das regulações mais rigorosas. Também não procede o argumento de inviabilidade econômica. A China, com um PIB per capita pouco maior que o do Brasil, investiu mais de US\$ 50 bilhões nos últimos 20 anos para ampliar sua capacidade de WtE. A partir de dados da International Solid Waste Association, concluiu-

Os dados são claros: os países que mais reciclam também são os que mais utilizam usinas que transformam o lixo em energia, com praticamente zero envio de resíduos para aterros

-se ainda que os benefícios dessas usinas superam os investimentos em cerca de 125%, considerando-se redução de gastos com saúde pública, mitigação climática e menor contaminação do solo e da água. No Brasil, o WtE está previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece meta de 994 MW de potência instalada até 2040, referente ao tratamento de cerca de 15% dos resíduos sólidos urbanos. Trata-se de uma política pública vigente e que deve ser cumprida, alinhada à economia circular. Globalmente, existem cerca de 3.000 usinas WtE em operação. Apenas a América Latina não possui plantas operantes, realidade que decorre menos de limitações técnicas e mais de narrativas ideológicas e informações imprecisas. O debate sobre resíduos exige responsabilidade técnica e compromisso com a ciência. O WtE desvia de aterros aquilo que não pode ser reciclado, reduz emissões de metano, gera energia limpa e renovável e contribui para a saúde pública. A Associação Brasileira de Energia de Resíduos (Abren) reafirma seu compromisso com dados científicos, transparência e diálogo. O verdadeiro “acerto de contas” que o país precisa é com a destinação inadequada de resíduos, que ainda persiste.

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Ruim pra mim

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), demonstrou irritação com a cúpula da CP-
MI do INSS e reclamou do vazamento de mensagens
íntimas do ex-banqueiro Daniel Vercaro, do Banco
Master. Pessoas próximas ao senador afirmam que,
na visão dele, o próprio Congresso ficou desmora-
lizado com a situação dos últimos dias, quando as
conversas entre Vercaro e a ex-noiva Martha Graeff
chegaram ao conhecimento de milhares de brasilei-
ros e viraram piada nas redes sociais.

RUIM PRA VOCÊ A vida sexual de Vercaro (e de alguns
amigos políticos) ficou ainda mais exposta depois
que a CPMI teve acesso a fotos que estavam armaze-
nadas em equipamentos da marca Apple usados por
ele. Com os pedidos de prorrogação ignorados, a co-
missão se prepara para votar nesta semana o relató-
rio final do deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL).

PAR OU ÍMPAR O PL decidiu apoiar as articulações
em torno de um pedido de CPI na Câmara Legisla-
tiva do DF que possa atrair o apoio da esquerda e
da direita para investigar o es-
cândalo envolvendo o BRB e o
Master. Apesar do desgaste en-
frentado pelo governador Iba-
neis Rocha (MDB), nenhum re-
querimento conseguiu o nú-
mero mínimo de assinaturas.
O PL se recusa a assinar o pedi-
do apresentado por PT, PSOL,
PSB e PSDB, e vice-versa.

UNHA... A saída da senado-
ra Damares Alves (DF) da co-
ordenação do Republicanos
Mulher aumentou as especu-
lações sobre a permanência
da ex-primeira-dama Michel-
le Bolsonaro na presidência do
PL Mulher.

...E CARNE Mesmo em partidos
diferentes, Damares e Michel-
le fizeram um tour pelo Brasil
em 2022 atrás de votos para Ja-
ir Bolsonaro (PL) e organiza-
ram eventos juntas para esti-
mular a entrada de mulheres
conservadoras na política. A
ex-primeira-dama diminuiu o ritmo de viagens des-
de a prisão do marido e tem sido criticada interna-
mente pela falta de apoio à candidatura a presiden-
te do enteado mais velho, Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

ALERTA Às vésperas da sanção do PL Antifacção, as
ONGs Conectas e Rede Justiça Criminal acionaram
o Alto Comissariado da ONU de Direitos Humanos
para pedir que ajude a evitar que o governo Lula dê
aval integral ao projeto. As entidades afirmam que
o texto promove ameaças às garantias judiciais, ci-
tando criminalização das famílias de presos e mo-
radores de periferia, fim do auxilio-reclusão e proi-
bição de voto aos presos provisórios.

Com Carlos Petrocilo, Gabriela Echenique e Thaísa Oliveira

Cláudio



6 dos 10 ministros do STF receberam verbas acima do teto; Moraes lidera a lista

Magistrados não comentam; retroativos desde 2019 por cargos anteriores alcançaram R\$ 2,8 mi, e tema dos supersalários será alvo de julgamento

Luany Galdeano,
Arthur Guimarães de Oliveira
e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA E SÃO PAULO Seis dos 10 ministros do STF (Supremo Tri-
bunal Federal) receberam verbas
acima do teto remuneratório do
funcionalismo enquanto já ocu-
pavam cargos na corte, que ago-
ra é palco de decisões contrárias
ao pagamento de supersalários.
Entre os que embolsaram valo-
res acima do teto constitucional,
hoje em R\$ 46,3 mil, estão Flávio
Dino e Gilmar Mendes, autores de
liminares que barraram super-
salários na administração públi-
ca federal, estadual e municipal.

Também receberam verbas ex-
tras em seus contracheques os
ministros Luiz Fux, Alexandre de
Moraes, Kassio Nunes Marques e
André Mendonça. Desde 2019, os
adicionais recebidos pelos minis-
tros alcançaram R\$ 2,8 milhões,
em valores correntes.

A Folha fez o levantamento a
partir de bases de dados do Po-
der Judiciário, do Ministério Pú-
blico e da AGU (Advocacia-Ge-
ral da União), que paga a seus
integrantes honorários de su-
cumbência —remuneração re-
cebida por advogados da par-
te vencedora em um processo
judicial e que, na administra-
ção pública, são comparados
a uma espécie de bônus para
os servidores da carreira.

Moraes foi quem recebeu os
maiores valores ao longo do pe-
ríodo analisado. O ministro, que
trabalhou como promotor de Jus-
tiça de 1991 a 2002, recebeu ao to-
do mais de R\$ 1 milhão líquido do
MP-SP (Ministério Público do Es-
tado de São Paulo) de 2019 a 2026.

Os ministros foram procurados
por email e telefone via assessor-
ia de imprensa do STF, mas não
retornaram aos questionamen-
tos da reportagem.

A ministra Cármen Lúcia e o
presidente da corte, Edson Fa-
chin, foram procuradores de es-
tado, e Dias Toffoli, advogado-ge-
ral da União. A reportagem não
identificou penduricalhos pagos
aos ministros no período anali-
sado. Cristiano Zanin nunca foi
concursado, portanto não teria
direito a esses adicionais.

Os ministros receberam super-
salários devido a ganhos retroati-
vos, um dos principais penduri-
calhos que engordam os contra-
cheques dos magistrados. São
conhecidos entre os servidores
como “puxadinhos”: os órgãos
criam algum benefício adicio-
nal a ser pago a seus integran-
tes e adotam o entendimento de
que ele retroage até determina-
da data do passado, gerando fa-
turas de milhares de reais devi-
das a um único servidor.

Ministros do STF que receberam verbas acima do teto

Ministro	Valor total, em R\$	Último pagamento
 Alexandre de Moraes	1.048.842,93	jan. 2026
 Gilmar Mendes	880.378,30	jul. 2025
 André Mendonça	491.003,21	jan. 2025
 Kassio Nunes Marques	277.652,01	nov. 2020
 Flávio Dino	136.545,44	dez. 2024
 Luiz Fux	52.921,62	jun. 2019

Fonte: Dados do CNJ e dos portais da transparência do MP-SP, MPF e TRF referentes ao período entre jan. 2019 e jan. 2026

Em fevereiro, uma liminar de
Dino barrou verbas pagas acima
do teto constitucional e proibiu
novas leis que criassem penduri-
calhos. Outra decisão no STF, esta
de Gilmar Mendes, suspendeu os
penduricalhos previstos em leis
estaduais para integrantes do Ju-
diciário e do Ministério Público.

Dino recebeu valores acima
do teto já no cargo na Suprema
Corte. Em dezembro de 2024,
o ministro, vinculado ao TRF-
1 (Tribunal Regional Federal da
1ª Região), ganhou quase R\$ 30
mil líquidos apenas em valo-
res referentes a verbas retroa-
tivas —referentes a direitos não
usufruídos enquanto ainda era
juiz federal, como férias e fol-
gas —além do salário. Ou se-
ja, naquele mês, Dino recebeu
R\$ 55 mil líquidos, somando-se
a remuneração de R\$ 24,6 mil

Brasil poderia economizar com supersalários R\$ 186 bi em 10 anos, diz instituto

O controle dos supersalários pode-
ria levar a uma economia de
R\$ 186,4 bilhões em dez anos no
Brasil. É o que aponta pesquisa che-
fiada por Sergio Guedes-Reis, servi-
dor federal e doutorando pela UCSD
(Universidade da Califórnia, San
Diego), e encomendada pelo insti-
tuto República.org.

As adequações na remuneração
sugeridas se baseiam nos dados
sobre os salários de carreiras dos
sistemas de Justiça em 11 paí-
ses: Alemanha, Argentina, Brasil,
Chile, Colômbia, Estados Unidos,
França, Itália, México, Portugal e
Reino Unido. Além da magistratura,
foram consideradas verbas pagas a
membros dos órgãos equivalentes
ao Ministério Público, à Defensoria
Pública e à advocacia pública.

Em 20 anos, o valor poupado che-
garia a R\$ 578,3 bilhões.
(João Pedro Abdo)

como integrante do STF.

Além disso, o ministro recebeu
supersalários enquanto ainda era
governador do Maranhão. Em de-
zembro de 2020, ganhou R\$ 106
mil líquidos, também por causa
dos retroativos.

Já o decano da corte, Gil-
mar Mendes, embolsou mais
de R\$ 880 mil pagos pelo MPF
(Ministério Público Federal)
desde 2019.

O ministro atuou como procu-
rador da República de 1985 a 1988.
Depois, foi cedido para outros ór-
gãos, mas continuou vinculado
ao MPF até 2002. No fim de feve-
reiro, Gilmar liberou, por 45 dias,
o pagamento de penduricalhos
retroativos reconhecidos admi-
nistrativamente e já programa-
dos para o período. O julgamen-
to final sobre o tema, para tratar
das liminares de Dino e do deca-
no do STF, deve ocorrer na pró-
xima quarta (25).

Em novembro de 2020, mesmo
mês em que tomou posse como
ministro do STF, Kassio Nunes
Marques recebeu mais de R\$ 277
mil também do TRF-1, onde foi ju-
iz federal de segunda instância.

Mendonça, por sua vez, foi no-
meado ministro do STF em de-
zembro de 2021. Ainda assim, ele
recebeu R\$ 175,3 mil, em valores
nominais, desde janeiro de 2022.
O maior valor foi pago em janei-
ro de 2025, quando o ministro re-
cebeu R\$ 154,8 mil em honorári-
os retroativos, segundo dados do
Portal da Transparência.

Moraes, que recebeu os maio-
res valores no período, é relator
de dois recursos no Supremo so-
bre simetria entre o Ministério
Público e o Judiciário.

No começo do mês, Mora-
es mandou os Tribunais Regi-
onais Federais e do Trabalho e
os Tribunais de Justiça infor-
marem os penduricalhos pagos
por equiparação ao Ministério
Público ou a outra carreira nos
últimos dez anos.

Caso Master mostra importância do FGC, que garantiu pagamento a investidores e pode ser aprimorado

Seminário promovido pela Abranet trata de possíveis mudanças no fundo, que precisam ser feitas sem afetar a concorrência no sistema de crédito

O caso Master, maior quebra bancária da história do país, colocou na ordem do dia a discussão sobre a governança do FGC (Fundo Garantidor de Créditos), mecanismo mantido pelas instituições financeiras para garantir até R\$ 250 mil de cada investidor em caso de liquidação de um banco e que serviu também para ampliar a concorrência bancária e a oferta de crédito (leia mais sobre as origens do fundo nas páginas seguintes).

Para os participantes do seminário “Caso Master e FGC – Como melhorar a governança do fundo e garantir a concorrência sadia entre instituições financeiras”, o fundo representou uma solução para a crise do Master, e o desafio agora é revisar os mecanismos de controle e de uso dos seus recursos, sem abrir mão da concorrência sadia entre as instituições financeiras e dos ganhos obtidos em termos de inclusão e democratização do acesso a investimentos rentáveis para o grande público, conquistados nos últimos 31 anos de existência do FGC.

O seminário foi promovido pela Abranet (Associação Brasileira de Internet) e o Estúdio Folha (ateliê de conteúdo patrocinado da Folha de S.Paulo).

Leandro Vilain, CEO da ABBC (Associação Brasileira de Bancos), esclareceu que o caso do Banco Master foi uma fraude e que as propostas de alteração do FGC devem ser olhadas com cautela, para serem sustentáveis ao longo do tempo, refutando a tese de que o FGC precise passar por uma reformulação completa com objetivo de evitar que um novo caso Master ocorra. O FGC desembolsou cerca de R\$ 51 bilhões para cobrir CDBs e títulos de depositantes do conglomerado Master e terá de ser recapitalizado pelas instituições financeiras para continuar fazendo frente às necessidades de garantia dos depositantes.

“Não há o que discutir sobre a importância do FGC e a necessidade de preservá-lo e de fortalecê-lo ainda mais. É um fundo privado, com uma solução privada [para quebra bancária]. Não queremos ver aqui o que aconteceu em 2008 nos EUA, quando o governo teve que colocar dinheiro do contribuinte para dar suporte ao sistema financeiro”, disse.

“O Brasil passou por vários momentos delicados, como a crise global de 2008, a recessão de 2015 e a pandemia em 2020, e o fundo teve um papel fundamental na estabilização do sistema financeiro. Não vejo fundamento relevante para dizer que precisamos mudar tudo. Tivemos alguns aprendizados com o Mas-

O ponto que a ABBC defende é que essas propostas (de alteração) sejam olhadas com cautela. Devemos avançar na regulação, mas a gente quer fazer uma coisa que seja sustentável ao longo do tempo. Para ser sustentável, a gente precisa analisar cada medida individualmente e ver o desdobramento que possa acontecer

LEANDRO VILAIN,
CEO DA ABBC (ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE BANCOS)

ter. O avanço é necessário, sim, mas são ajustes que seriam feitos independentemente do Banco Master”, completou.

Para Carlos Mauad, CEO do PagBank, o caso Master mostrou que o FGC acabou exercendo um papel importante, mas existem lições do caso. “Eu acho uma grande pena o que aconteceu com o Master, porque a gente está inserido talvez aqui no ecossistema financeiro mais pujante do mundo, mais inovador. Não tem nada que tenha avançado, globalmente falando no que diz respeito a serviços financeiros, como o mercado brasileiro.”

Uma das discussões importantes, segundo Vilain, é o destino dado pelas instituições financeiras aos recursos captados com o selo do FGC que, no caso do Master, foram parar em empresas que passavam por recuperação judicial, além de precatórios, fundos de fundos sem transparência e ativos sem liquidez e de difícil avaliação financeira.

“Não existe nenhum problema um banco captar a X% do CDI e aplicar aquilo numa carteira saudável de crédito consignado ou de cartão de crédito. O problema é aplicar em ativos pouco líquidos”, disse.

Mauad destacou que o FGC foi criado em 1995 com foco maior no passivo dos bancos, que diz respeito aos depósitos, dada a situação enfrentada pelas instituições financeiras à época. “Um outro mecanismo que eu acho que po-



Fotos Masao Goto Filho/Estúdio Folha

O Banco Central, como regulador, tem que criar mecanismos que levem em consideração a qualidade do ativo. Isso é muito relevante na forma como se gerencia risco

CARLOS MAUAD,
CEO DO PAGBANK

deria ter sido utilizado era conter a captação e fazer apenas a rolagem da dívida, para você ver como é que o ativo e o passivo daquela instituição se comportaria. Porque quando tudo está crescendo, você cria uma série de sombras dentro dos próprios mecanismos de regulação que deixam alguns problemas ocultos”, disse.

“O Banco Central, como re-

gulador, tem que criar mecanismos que levem em consideração a qualidade do ativo. Isso é muito relevante na forma como se gerencia risco”, completou.

PAPEL DAS PLATAFORMAS
Outro ponto levantado é o papel das plataformas digitais de investimento, que fizeram a distribuição ao grande público de

CDBs e títulos do Banco Master com o selo de cobertura de até R\$ 250 mil do FGC.

Para Mauad, as plataformas de certa forma “emprestaram” a credibilidade de suas marcas para produtos de alto risco, que muitas vezes o cliente final desconhecia. “As grandes marcas precisam ter a responsabilidade de saber transmitir de maneira adequada qual o risco desses ativos para o consumidor final. Isso não é responsabilidade do regulador; é do sistema financeiro”, disse.

O CEO do PagBank lembrou que, no caso Master, a maioria das aplicações em ativos de baixa liquidez e suspeitos de fraude se dava por meio de fundos de investimentos, vários deles cotistas de outros fundos sem transparência.

Vilain defendeu um reforço nos recursos e equipes tanto do Banco Central como da CVM para fazer o trabalho de supervisão do setor financeiro e mercado de capitais. Para ele, o Banco Central “pagou o preço” de ser um regulador muito eficiente, reconhecido internacionalmente pela excelência dos quadros técnicos, e acabou ganhando novas atribuições como supervisor de novas indústrias, como criptoativos, provedores de tecnologia do tipo “software as service” (SaaS) e instituições de pagamentos.

“Criamos uma proliferação de serviços financeiros, mas a capacidade do Banco Central não foi revisada. O que o sistema financeiro quer é um regulador fortalecido e que esteja conseguindo acompanhar a evolução dos mercados”, disse.

Vilain afirmou ainda discordar da imposição de qualquer tipo de teto na remuneração de títulos como CDBs dos bancos. “Estabelecer um teto na captação não é bom para nenhum setor da economia. A taxa de juros é um indicador que representa a consequência [do risco do banco] e não a causa. Precisamos atuar na causa e não na consequência. A ABBC defende que essas propostas sejam analisadas com cautela.”



Escaneie o QR Code para assistir à íntegra do debate

Contribuição ao fundo deve estar atrelada ao risco

Especialistas defendem mais transparência e revisão da governança do FGC para que haja maior competição no concentrado mercado financeiro brasileiro

O segundo painel do seminário “Caso Master e FGC - Como melhorar a governança do fundo e garantir a concorrência sadia entre instituições financeiras” tratou de critérios para as contribuições das instituições financeiras ao FGC e da necessidade de mais transparência de índices de solidez dessas instituições.

Bruna Cataldo, economista com atuação nas áreas de regulação, inovação e políticas públicas, Raul Moreira, chairman no Banco Original e membro da Diretoria Executiva da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), e Vinicius Carrasco, sócio-diretor da StoneCo e diretor-executivo da Abipag (Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos), concordaram que o fundo segue sendo peça-chave para a estabilidade e a concorrência no setor, mas precisa evoluir com mais transparência e com mecanismos que alinhem o percentual das contribuições das instituições financeiras ao risco efetivo delas.

Bruna destacou o papel estrutural do FGC na promoção da concorrência. Segundo ela, o fundo atua como um “equalizador” no sistema financeiro ao reduzir barreiras, como reputação e escala, que historicamente dificultaram a entrada de instituições menores. “A partir do momento que os depósitos são garantidos pelo fundo, as instituições menores conseguem focar em qualidade de produto, taxa de juros”, afirmou.

Para Bruna, esse papel é ainda mais relevante em um contexto de transformação acelerada do sistema financeiro brasileiro, marcado pela digitalização e pela entrada de novos modelos de negócio. No entanto, ela fez um alerta contra respostas regulatórias excessivamente reativas. “A gente precisa evitar uma lógica de responder a casos específicos com medidas que engessem o mercado. A modernização do FGC tem que ser pensada olhando para o ecossistema atual e preservando os ganhos de concorrência dos últimos anos.”

Na mesma linha, Raul Moreira ressaltou que o FGC foi um dos pilares que viabilizaram a profunda transformação do sistema financeiro brasileiro na última década. Ele lembrou que mudanças regulatórias iniciadas há cerca de 12 anos ampliaram

a concorrência e promoveram inclusão financeira em larga escala. “Nós fizemos uma das transformações mais profundas no sistema financeiro que um país possa fazer em tão pouco tempo. O FGC se insere como uma peça muito importante, ao permitir que as pequenas instituições tivessem capacidade de captar no varejo, para que tivessem liquidez necessária a um custo competitivo para poder, inclusive, emprestar na alta ponta”, afirmou.

Para Moreira, o momento atual exige aperfeiçoamentos, mas sem retrocessos. Segundo ele, não podemos, por conta de um evento específico, discutir medidas que representem um retrocesso no processo de abertura. O desafio é aprimorar a governança, a transparência e a supervisão sem criar barreiras à entrada de novos players.

Moreira defendeu mudanças concretas no modelo de funcionamento do fundo, especialmente no que diz respeito às contribuições das instituições participantes. Hoje, as contribuições são proporcionais ao volume das captações, não necessariamente ao risco delas. Segundo ele, como em qualquer seguro, isso precisa mudar. Instituições com maior risco deveriam contribuir mais. Moreira ressaltou que o Brasil já dispõe de indicadores suficientes para viabilizar essa transição. “Falta é conectar essas informações à governança do FGC e torná-las mais transparentes para o investidor.”

Vinicius Carrasco destacou a razão de ser de fundos garantidores em sistemas financeiros modernos. “A intermediação financeira envolve transformar recursos de curto prazo em empréstimos de longo prazo. Esse descasamento gera riscos que podem levar a corridas bancárias. O FGC existe justamente para mitigar esse tipo de problema”, explicou.

Carrasco reforçou que o instrumento é indispensável, mas alertou para distorções de incentivos no modelo atual. Segundo ele, quando não se diferenciam contribuições por risco, abre-se espaço para risco moral. “Não faz sentido tratar da mesma forma instituições com ativos líquidos e transparentes e aquelas com ativos opacos ou mais arriscados”, disse.

Ele citou exemplos de estruturas financeiras que, na sua



Bruna Cataldo, economista

Fotos Masao Goto Filho/Estúdio Folha



Raul Moreira, chairman do Banco Original



Vinicius Carrasco, sócio-diretor da StoneCo e diretor-executivo da Abipag

avaliação, não deveriam ser cobertas pelo FGC. “Não faz sentido ter produtos que são, na prática, equity ou ativos altamente ilíquidos sendo financiados por depósitos garantidos. Isso distorce completamente os incentivos.” Para o economista, a adoção de critérios baseados em risco seria um caminho natural.

TRANSPARÊNCIA

Os três debatedores concordaram que a transparência é um ponto crítico para o aperfeiçoamento do sistema. A divulgação mais ampla de informações sobre a saúde das instituições financeiras, que o Banco Central já produz, poderia melhorar a alocação de recursos e reduzir comportamentos oportunistas.

Bruna destacou que essa transparência também passa pelo desenho institucional do próprio FGC. “Quando a gente fala em ponderar contribuições por risco, a discussão não é só técnica, é também de governança. Quem define os critérios? Como garantir que eles reflitam o risco de fato e não criem distorções competitivas?”

Ela defendeu que a modernização da governança deve acompanhar a evolução do sistema financeiro, hoje mais diverso e menos concentrado. A governança, afirmou, precisa refletir essa pluralidade.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Outro ponto relevante foi a discussão sobre educação financeira, tratada como um desafio estrutural. Bruna lembrou que o problema vai além do FGC e afeta toda a população, independentemente do nível de renda ou escolaridade.

Moreira defendeu uma abordagem coordenada e de longo prazo. “Educação financeira precisa ser tratada como política de Estado. Não é um projeto de governo. É algo que exige coordenação, investimento e continuidade”, afirmou.

Carrasco, por sua vez, chamou atenção para outro aspecto: o comportamento de investidores mais sofisticados que exploram as regras do sistema. “Existe também o problema do arbitrador, aquele que entende as regras e tenta se beneficiar delas ao máximo. O desenho do FGC precisa levar isso em conta”, disse.

Os dois painéis do seminário promovido pela Abranet e o Estúdio Folha deixaram claro que há um diagnóstico relativamente consensual entre especialistas e representantes do setor. O FGC segue sendo um instrumento essencial para a estabilidade e a competição no sistema financeiro brasileiro, mas sua evolução passa necessariamente por três frentes: mais transparência, melhor governança e um modelo de contribuições que reflita, de forma mais precisa, o risco assumido pelas instituições.

Banco Master e o custo do risco: quem paga a conta?

Bianca Mollicone
Cleveland Prates

O caso Banco Master re-colocou no centro do debate uma questão estrutural do sistema financeiro brasileiro: seria o desenho atual do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) criador de incentivos adequados para que instituições que concentram ativos ilíquidos financiados por passivos de varejo internalizem o risco marginal gerado? Ou, ao contrário, estaríamos diante de um subsídio implícito que distorce a estrutura de funding e altera o equilíbrio competitivo entre bancos?

O FGC cumpre uma função essencial ao garantir depósitos até R\$ 250 mil por CPF por instituição. Sua atuação reduz o risco de uma corrida bancária generalizada, situação na qual muitos depositantes tentam sacar simultaneamente seus recursos por medo de insolvência, gerando um problema de liquidez mesmo em instituições potencialmente solventes. Desta forma, o fundo ajuda a preservar a confiança no sistema financeiro como um todo. O problema é que o seguro de depósitos, por definição, pode enfraquecer a disciplina de mercado do investidor de varejo, criando uma espécie de risco moral. Isto é, se o risco é socializado até certo limite, o incentivo individual passa a ser perseguir a maior taxa disponível, independente da qualidade do ativo.

Nesse ambiente, bancos podem captar agressivamente pagando prêmios acima da média, financiando ativos mais longos e menos líquidos. Quando há descasamento relevante entre o prazo exigido do passivo e a liquidez do ativo, o risco deixa

de ser apenas microeconômico e passa a ser também sistêmico.

A pergunta central não é se o FGC deve existir, mas sim se sua contribuição deveria ser calibrada pelo risco do ativo envolvido. No modelo atual, a contribuição tende a ser uniforme dentro das categorias. Se duas instituições pagam contribuição semelhante, mas uma concentra ativos ilíquidos e cresce aceleradamente via captação pulverizada coberta, há um desalinhamento na balança de riscos. O custo marginal do risco adicional não é plenamente internalizado pelo banco que o gera.

Nesse cenário, o FGC pode operar como um subsídio implícito ao crescimento agressivo. Bancos conservadores, que mantêm ativos mais líquidos e estruturas de funding mais estáveis, competem em desvantagem com relação àquelas instituições que utilizam o seguro como motor de captação.

Experiências internacionais pós crise de 2008 caminharam no sentido de reduzir esse descompasso. Prêmios baseados em risco, exigências mais rigorosas de liquidez, deferral e clawback de remuneração variável foram adotados para mitigar o padrão “crescer agora e socializar depois”. O objetivo não é punir a tomada de risco, mas precificá-lo adequadamente.

No Brasil, uma agenda possível envolve três eixos. Primeiro, a exigência de contribuição ao FGC ajustada por métricas objetivas de risco, como concentração em ativos ilíquidos ou crescimento acelerado de captação coberta. Segundo, introduzir gatilhos prudenciais automáticos quando houver descasamento estrutural de liquidez. Terceiro, criar mecanismos robustos de governança

que vinculem remuneração variável a métricas de risco ajustado e desempenho sustentável.

Há, contudo, um dilema concorrencial. Um redesenho excessivamente oneroso pode elevar as barreiras à entrada no mercado financeiro e fortalecer ainda mais os grandes conglomerados, reduzindo a competição. Bancos médios e pequenos desempenham papel relevante na dinamização do crédito e na inovação financeira. Se o custo regulatório for calibrado apenas pelo porte, e não pelo risco efetivo, pode haver concentração indesejada.

O desafio é sofisticar a regulação sem sufocar a concorrência. O foco deve ser o risco marginal gerado, não o tamanho da instituição. Um modelo sensível ao perfil de risco preserva o papel do FGC como estabilizador sistêmico, reduz incentivos a estratégias assimétricas e mantém o campo competitivo mais equilibrado.

O caso Master é uma oportunidade para revisar incentivos. Seguro de depósitos é pilar de estabilidade. Mas, sem calibragem dinâmica, pode transformar-se em instrumento involuntário de distorção concorrencial. O equilíbrio entre proteção, disciplina e competição é a verdadeira lição regulatória do momento.

Bianca Mollicone é advogada e economista, doutora em Direito pela USP e mestre em Administração pela UFBA. Vice-presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE); Cleveland Prates Teixeira é sócio-diretor da Microanalysis Consultoria Econômica, professor de economia da FGV-Law e de regulação econômica da Fipe.

O QUE É O FGC

Fundo Garantidor de Créditos, criado em 1995 após a grave crise bancária ocasionada pelo Plano Real.

- ✓ **Objetivo:** Proteger investidores de bancos liquidados pelo Banco Central e garantir a estabilidade do sistema financeiro nacional.
- ✓ **Manutenção:** É mantido pelas próprias instituições financeiras associadas que emitem os papéis garantidos pelo fundo.
- ✓ **Limites de Garantia:** R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ (por instituição liquidada).
- ✓ **Teto Global:** R\$ 1 milhão (soma de todas as instituições) em um período de quatro anos.
- ✓ **Prazo de Pagamento:** Na média, o ressarcimento ocorre em 30 dias.



SÃO GARANTIDOS PELO FGC:

- ✓ Depósitos à vista;
- ✓ Poupança;
- ✓ Depósitos a prazo (com ou sem emissão de certificado, como CDB e RDB);
- ✓ LC (Letra de Câmbio);
- ✓ LH (Letra Hipotecária);
- ✓ LCI (Letra de Crédito Imobiliário);
- ✓ LCA (Letra de Crédito do Agronegócio);
- ✓ LCD (Letra de Crédito do Desenvolvimento);

LINHA DO TEMPO:

- **1994:** Início da crise bancária pós-Plano Real. Intervenções do BC no Banespa, Banerj e Banco de Desenvolvimento do RN.
- **1995:** Criação do FGC. Liquidação dos bancos Econômico e Nacional. Instituição do Proer (programa de reestruturação do sistema financeiro).
- **1997:** Liquidação do banco Bamerindus.
- **2006:** Liquidação do Banco Santos.
- **2013:** Garantia sobe para R\$ 250 mil (valor congelado até hoje). Liquidação do Banco Rural.
- **2015:** Liquidação do banco BRJ.
- **2016:** Liquidação do Banco Azteca.
- **2017:** Definido teto de garantia de R\$ 1 milhão para liquidações múltiplas em quatro anos.
- **2018:** Liquidação do banco Neon.
- **2024:** Inclusão das LCD (Letras de Crédito do Desenvolvimento) nos depósitos garantidos.
- **2025:** Liquidação do Banco Master. Primeira detenção de Daniel Vercaro (dono) pela PF. FGC inicia pagamento a investidores e correntistas, estimado em R\$ 41 bilhões.
- **2026:** Liquidação do Will Bank e do Banco Pleno (ambos ligados ao Master). Segunda prisão de Vercaro. Garantias a clientes do Will Bank e do Neon estimadas em R\$ 11,2 bilhões. FGC determina antecipação de 60 contribuições dos associados para cobrir o rombo de mais de R\$ 30 bilhões.



FGC deu segurança ao sistema financeiro

A liquidação do Master despertou a atenção sobre um dos principais instrumentos para a preservação da estabilidade do sistema financeiro brasileiro. Criado em 1995, depois de desencadeada uma crise bancária no país na esteira do Plano Real, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) consolidou-se como sustentáculo privado para a proteção dos depositantes e investidores de suas mais de 240 instituições associadas. Também contribuiu para a expansão do crédito no país.

O FGC nasceu com uma missão clara: evitar que a quebra de bancos provocasse perdas generalizadas e corridas bancárias. Financiado pelos próprios bancos, não por dinheiro público, o fundo funciona como uma espécie de seguro privado para depósitos e aplicações financeiras, garantindo hoje até R\$ 250 mil por CPF ou

CNPJ em cada instituição.

São garantidos pelo FGC valores em conta corrente, poupança, letras de crédito (LCI, LCD, LCA, LC e LH) e operações compromissadas de seus associados, como os CDBs.

A lógica por trás do modelo é simples. Ao assegurar que pequenos e médios investidores não perderão integralmente seus recursos, o FGC reduz o risco de pânico e de contágio entre instituições.

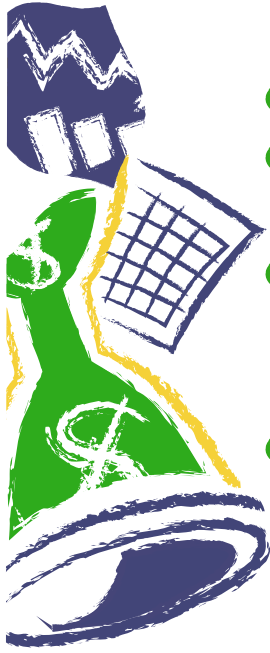
Ao longo de três décadas, o fundo foi acionado em cerca de 40 episódios de intervenção ou liquidação bancária. Casos emblemáticos incluem a quebra do Bamerindus, no fim dos anos 1990 (até então o maior desembolso do FGC).

O funcionamento do fundo depende diretamente do sistema bancário. As instituições financeiras associadas fazem contribuições mensais proporcionais ao volume de depósitos garantidos, atual-

mente, em torno de 0,01% ao mês.

Gerido por um Conselho de Administração e uma Diretoria-Executiva, cujos integrantes são independentes e cumprem mandatos, o FGC não tem entre suas funções o monitoramento e fiscalização das operações de seus associados, o que o torna inerte diante do risco de liquidações bancárias. Essas funções estão a cargo do Banco Central e da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Estão sendo estudadas alterações nas regras do FGC. Entre as propostas estão mudanças nos critérios de contribuição, como a que condiciona o percentual ao maior ou menor risco da instituição financeira. Há também demanda para mudanças na governança do FGC, para que as resoluções sejam mais democráticas, com mais voz na tomada de decisões para os chamados novos bancos.



política

Mais poder, menos confiança: o dilema do STF

Protagonismo do Judiciário levanta questionamentos

Lara Mesquita

Professora na Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP) e pesquisadora do Cepesp. Doutora em ciência política pelo IESP-UERJ

O Supremo Tribunal Federal é destaque no noticiário político, e isso não é novidade. A novidade é que o holofote agora está na erosão de sua legitimidade. Pesquisas de opinião divulgadas neste mês de março por diversos institutos (Datafolha, Quaest, Ideia, Atlas Intel) convergem ao apontar a queda da confiança dos eleitores no STF.

A queda de confiança no Supremo se dá em meio a denúncias de envolvimento de alguns de seus ministros, ou familiares, com o Banco Master e à dificuldade em avançar na adoção de um código de conduta que imponha limites mais claros à atuação dos ministros.

A reputação do Supremo ancora-se, em grande medida, na imagem de instituição independente e neutra politicamente. É justamente essa imagem que sustenta a legitimidade da corte para tomar decisões contramajoritárias e proteger os direitos das minorias políticas e sociais. Mas o STF está realmente cumprindo esse papel, ou sua atuação apenas corrobora a desconfiança dos eleitores?

Na primeira coluna deste ano, discuti o papel redistributivo das cortes constitucionais a partir de evidências empíricas recentes. O trabalho usado como referência não encontra correlação entre a existência de revisão judicial e maior proteção dos direitos de minorias, nem tampouco efeitos sistemáticos sobre crescimento econômico.

Daniel Wang, professor de direito da FGV São Paulo, em artigo publicado na Public Law, oferece uma contribuição importante para esse debate ao questionar a ideia de que tribunais seriam, por definição, mais técnicos, imparciais ou justos do que os Poderes Executivo e Legislativo. Ao criticar essa visão idealizada, Wang chama atenção para um problema recorrente: a comparação entre o funcionamento imperfeito das instituições políticas no mundo real e uma versão idealizada do Judiciário.

Ainda que os tribunais não sejam irrelevantes ou necessariamente prejudiciais, sua atuação deve ser analisada como a de qualquer outra instituição política, sujeita a limitações, incentivos e pressões políticas.

A ciência política há muito caracteriza o Poder Judiciário como mais um ponto de veto no processo decisório. E pontos de veto aumentam os custos de implementação de políticas públicas, especialmente aquelas de caráter redistributivo.

Lembro, por exemplo, a decisão liminar de 2014 do ministro Luiz Fux que estendeu o auxílio-moradia a magistrados fora do teto salarial, medida que só foi revertida após o Executivo aceitar aumentar o teto salarial e conceder reajustes à categoria, mesmo em meio a cenário de forte pressão por cortes de gastos.

Tribunais com amplos poderes e crescente protagonismo acabam assumindo funções que se aproximam das de formuladores de políticas públicas, mas desprovidos da expertise necessária para lidar com orçamentos complexos.

Embora os magistrados não se submetam ao escrutínio das urnas, também não estão imunes às pressões políticas, seja pelo convívio nos pequenos círculos de poder em Brasília, seja por ameaças de impeachment cada vez mais plausíveis.

Em um contexto de crescente desconfiança nas instituições, ampliar o protagonismo do Judiciário sem enfrentar seus limites não fortalece a democracia, apenas desloca seus problemas.

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros

SEG. Mafalda Anjos / Lara Mesquita TER. Joel Pinheiro da Fonseca

QUA. Elio Gaspari QUI. Conrado H. Mendes

SEX. Marcos Augusto Gonçalves SÁB. Demétrio Magnoli



O ministro Alexandre de Moraes durante sessão do Supremo Pedro Ladeira - 11.fev.26/Folhapress

Investigação sobre vazamento de dados de ministros ganha sigilo máximo no Supremo

Especialistas criticam restrição de acesso a decisões por defesa de preso; STF diz que sigilo decorre de dados sensíveis da Receita e Coaf

Italo Nogueira e
Géssica Brandino

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO O processo que investiga o vazamento ilegal de dados fiscais de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), autoridades e pessoas públicas recebeu o nível de sigilo máximo na corte.

De acordo com o Supremo, o nível 4 de sigilo — numa escala que começa em 0, para processos públicos — se deve à existência “de informações sensíveis da Receita Federal e Coaf”.

A classificação impede até a indicação oficial do relator do caso no sistema do tribunal — embora, neste caso específico, se saiba que o responsável pelos autos é o ministro Alexandre de Moraes.

Os níveis de sigilo estão definidos na resolução 878/2025, de julho de 2025. O único em que o nome do relator fica oculto na consulta pública no portal do STF é o 4.

A Folha questionou a corte sobre quantos processos já receberam sigilo nível 4, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Para especialistas, o sigilo pode ser justificável, mas não deveria impedir a defesa dos investigados de ter acesso às decisões de medidas cautelares que os afetam diretamente. É o que alega o advogado de Washington Travassos de Azevedo, contador preso sob suspeita de ser um dos mandantes do vazamento de dados, conforme revelado no sábado (21) pela Folha.

Eric Cwajgenbaum, que representa Washington, afirma que não teve acesso a nenhuma das duas decisões contra seu clien-

te. O contador foi alvo de busca e apreensão no dia 2 de março, passou a ser monitorado por tornozeleira eletrônica no dia 6 e foi preso no dia 13, sem que tenha, até este domingo (22), acesso aos fundamentos das decisões.

“Uma semana se passou sem que nenhum requerimento de acesso tenha sido respondido”, afirmou à Folha.

O STF não se posicionou sobre a restrição de acesso às decisões pela defesa do contador. De acordo com a resolução, o ministro-relator pode autorizar advogados a acessarem peças específicas do processo.

A advogada Tatiana Stoco, que é professora no Insper, afirma ser incomum manter sob sigilo uma ordem de prisão.

“A defesa tem que ter acesso, pelo menos, à decisão que decretou a prisão. Agora, sendo isso na instância do STF, não vejo para onde essa defesa poderá recorrer, se não dentro do próprio STF, para tentar alegar a ilegalidade e tentar uma soltura”, diz.

Com base na reportagem da Folha, Stoco diz ser provável que o contador tenha sido preso por risco de fuga ou algum perigo contemporâneo, pois ele já estava com uma tornozeleira.

A falta de acesso aos autos pela defesa também foi criticada pelo advogado Fernando Castelo Branco, professor na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), que considera o episódio alarmante por não seguir o devido processo legal.

Para ele, o caso não deveria ser julgado por Moraes, por se tratar de uma pessoa comum e pelo fato de os parentes do minis-

tro do STF serem supostamente vítimas.

“Por que o Supremo Tribunal Federal é a instância judicial competente para apurar esses fatos? Não é, seria a Justiça Federal. Uma das vítimas é a esposa do ministro Alexandre de Moraes. Ele é indiretamente uma vítima desses vazamentos, e ele está se colocando na condição de investigador e de autoridade para decretar as prisões. É um desatino”, diz.

O fato de Moraes ter dado a decisão em uma petição relacionada ao inquérito das fake news, que completou sete anos sem conclusão, também foi criticado pelos advogados.

“Me parece que essa relatoria dele é muito ampla. Já abarcou inúmeros casos em que ele tinha algum envolvimento mais direto. Eu não tenho visto o STF se movimentar no sentido de redirecionar, redistribuir esses casos. Ao contrário. É uma situação muito sui generis [única] mesmo”, afirma Stoco.

A investigação teve início após uma determinação do magistrado para que a Receita rastreasse em seus sistemas eventual quebra de sigilo de dados fiscais de cerca de cem pessoas, incluindo ministros do STF e familiares.

O Fisco identificou acessos irregulares, o que motivou as operações contra suspeitos no caso. Entre os investigados estão um servidor do Serpro (empresa estatal de processamento de dados), técnicos e até um vigilante da Receita. Além da prisão de Washington, sabe-se que seis pessoas foram alvos de busca e apreensão, com instalação de tornozeleiras eletrônicas.

INFORME PUBLICITÁRIO



Há 25 anos, uma carta ajudou a construir o presente da saúde brasileira.

CARTA DA ANAHP

Os líderes dos 197 hospitais membros da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), com representantes de todos os estados brasileiros, reunidos na Bahia, compartilham com a opinião pública suas posições e propostas para a construção de um setor de saúde ético, integrado e resolutivo. Reafirmam assim o compromisso assinado por nossos 23 fundadores, vinte e cinco anos atrás, quando o atual modelo de saúde dava seus primeiros passos após a regulamentação do SUS e do setor privado.

Apesar de tudo, avançamos muito. Em 25 anos, vimos o SUS se afirmar nacionalmente e alcançamos 53 milhões de beneficiários dos planos de saúde graças ao setor privado. Nossa medicina evoluiu enormemente no entendimento das doenças e de como tratá-las; as tecnologias inteligentes e os processos eficientes elevaram a proteção à vida e aumentaram a longevidade média do brasileiro em seis anos. Temos instituições hospitalares de nível internacional. Nenhum brasileiro precisa sair do país para receber atendimento de excelência nas mais diversas áreas da saúde. Os investimentos fluíram para o setor, que representa 9,6% do PIB nacional e funciona como importante motor do desenvolvimento econômico.

Novos avanços exigem mudanças

- O setor cresceu segmentado, sem a integração e as políticas necessárias para organizá-lo como sistema que incentive eficiência e geração de valor para o cidadão.
- O debate frequentemente se concentra em custos, preços, financiamento e faturamento, em detrimento da qualidade, segurança e experiência do cuidado.
- Insegurança jurídica, elevada carga tributária e excessos regulatórios sem debate e estudos prévios desestimulam investimentos e reduzem o acesso da população à saúde.
- O sistema ainda está pouco preparado para lidar com o aumento dos custos em saúde, o envelhecimento da população e a fragilização da formação e do exercício da profissão médica. O país segue tímido nas ações de prevenção e promoção da saúde.
- Na saúde suplementar, os desejáveis resultados positivos dos planos de saúde contrastam com a perda de rentabilidade e ameaças à sustentabilidade da maioria dos hospitais. Instituições históricas, incluindo Santas Casas e hospitais de referência, enfrentam dificuldades crescentes para manter a qualidade de seus serviços à população.

Novas respostas são necessárias

- O setor privado em saúde tem um dever inicial: refundar compromissos dentre seus integrantes e estabelecer um diálogo verdadeiro, onde se reúnam para falar mas também para ouvir e pactuar por um sistema suplementar que seja sustentável para todos: indústria de insumos e tecnologias, profissionais de saúde, prestadores hospitalares e diagnósticos, operadoras de planos de saúde, cooperativas, empresas e pacientes, com instâncias permanentes de articulação, auto regulação e construção conjunta de soluções para o setor. A começar por um projeto para chegarmos a 70 milhões de beneficiários em poucos anos.
- Cabe à saúde suplementar ser protagonista na defesa de políticas que integrem o público e o privado; promo-

vam inovação, pesquisa clínica, produtividade, sustentabilidade; e a geração de valor em saúde, com base em práticas assistenciais custo-efetivas e orientadas por desfechos. O País exige novas respostas para desafios já antigos como o envelhecimento populacional e a busca de novos modelos assistenciais. Enfim, regras modernizadas diante das necessidades atuais, mas, como dito por nossos fundadores, firmadas nos valores da qualidade e da ética.

- O crescimento do setor tem como premissas priorizar a autorregulação, estabilidade regulatória, previsibilidade jurídica, respeito aos contratos e aos prazos para pagamentos e um ambiente tributário que favoreça investimentos e acesso à saúde.
- Passo indispensável nesta agenda para o futuro é resolvermos nosso atraso na integração e interoperabilidade de dados e na aplicação criteriosa e oportuna da Inteligência Artificial.

O papel dos hospitais

- Hospitais ocupam posição central no sistema de saúde, conectando pacientes, profissionais, fontes pagadoras, fornecedores e financiadores, além de atuarem como polos de geração de conhecimento, formação de profissionais, pesquisa clínica e inovação no país.
- O volume e a qualidade assistencial dependem, porém, de condições institucionais e econômicas que permitam oferecer cuidado seguro, eficiente e resolutivo.
- É essencial, por isso, substituir relações baseadas em tensões comerciais por confiança, previsibilidade e compromissos de longo prazo entre os diferentes elos da cadeia.

Compromissos da Anahp

- Atuar em favor do fortalecimento do sistema de saúde brasileiro e da maior integração entre os setores público e privado, promovendo ambientes estruturados de diálogo com as autoridades brasileiras, os profissionais de saúde, os pacientes.
- Manter o diálogo permanente entre os diferentes atores da saúde suplementar, buscando soluções equilibradas e sustentáveis para o setor, com relações mais previsíveis e baseadas em valor entre prestadores e financiadores e fontes pagadoras.
- Defender condições adequadas de remuneração e sustentabilidade para os prestadores de serviços de saúde, contribuindo para o aprimoramento do ambiente regulatório, tributário e de financiamento do setor.
- Estimular os hospitais a avançar em qualidade assistencial, eficiência na gestão, combate ao desperdício e à fraude, e melhoria da experiência do paciente.
- Apoiar o desenvolvimento de competências em gestão em saúde, por meio de parcerias com instituições de ensino e formação de profissionais preparados para os desafios do setor.
- Incentivar práticas alinhadas aos princípios ESG, promovendo sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança nas instituições de saúde.

Março de 2026



Conheça nossos associados

Anahp | Há 25 anos promovendo qualidade e ética na saúde

O próximo passo já está em construção: Instituto Anahp.

política

Lula busca jovens para bancada do PT, uma das mais velhas da Câmara

Presidente instruiu dirigentes a buscarem candidatos novos e, em ao menos um caso, interveio diretamente na pré-candidatura

Caio Spechoto, Catia Seabra e Mariana Brasil

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) instruiu a direção de seu partido a buscar candidatos jovens visando a uma renovação da legenda. Em um caso específico, o chefe do governo interveio diretamente para lançar uma pré-candidatura a deputada federal em São Paulo.

A bancada do PT é a terceira com média de idade mais alta da Câmara. Lula expõe a aliados há anos uma preocupação com a falta de renovação na sigla. No início de 2026, demonstrou publicamente descontentamento com barreiras impostas a possíveis novos candidatos da legenda.

Hoje com 80 anos de idade, Lula disse durante a campanha de 2022 que, se fosse eleito, não tentaria um novo mandato como presidente em 2026. A inexistência de um sucessor óbvio já era observada à época. Depois, o petista passou a dizer que só concorreria à reeleição caso fosse o único em seu campo político capaz de derrotar o bolsonarismo.

O deputado José Guimarães (PT-CE), coordenador do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral) do PT, que discute a estratégia eleitoral do partido, disse que houve uma recomendação de Lula para buscar candidatos jovens.

“Lula sempre fala que é muito importante renovar o PT”, declarou Guimarães. “Estamos ficando velhos, né? Essa juventu-

de tem que entrar para segurar o PT. Nós estamos passando, precisa de uma renovação geracional. Acho que essa é a preocupação dele”, disse o deputado, que é líder do governo na Câmara.

A idade média dos deputados do PT é de 59,2 anos. Só as bancadas do PC do B e do PDT são, na média, mais velhas. A bancada do PL, principal partido de oposição a Lula, é a oitava no ranking, com média de idade de 53,8 anos —igual à geral do conjunto de deputados da Casa.

A secretária nacional de Juventude do partido, Julia Köpf, 29, disse que a legenda está “correndo atrás” de candidatos jovens. “Até agora estamos numa fase bastante inicial. Acho que tem uma juventude muito disposta, sabem que a missão de enfrentar Flávio Bolsonaro não é fácil.”

A Folha apurou que em quase todos os casos o presidente da República não entra diretamente nas conversas. Dirigentes petistas, porém, informam Lula sobre algumas das candidaturas de jovens em articulação nos estados e ele costuma demonstrar aprovação em determinadas situações.

No caso da vereadora de São Paulo Luna Zarattini, 32, o chefe do governo interveio diretamente. A petista não pretendia disputar para deputada federal, mas Lula pediu que ela concorra.

Além do perfil jovem, o presidente da República se interessou pelo tamanho do eleitorado de Luna. Ela teve 100.921 votos pa-



7.jul.25 - Divulgação Alep



Giovanni Costa - 24.nov.25/Divulgação Alepe



Rafaela Araújo - 5.fev.25/Folhapress



Victoria Batalha - 1º.mai.24/Folhapress

ANA JÚLIA RIBEIRO Com 25 anos, é deputada estadual no Paraná. O plano inicial era que tentasse a reeleição, mas o cenário mudou quando Lula pediu para a ministra Gleisi Hoffmann disputar o Senado. Ana Júlia deve mirar o eleitorado de Gleisi, que tem mandato de deputada federal

ROSA AMORIM Com 29 anos, é deputada estadual na Assembleia Legislativa de Pernambuco e é ligada ao MST. A pré-candidatura dela à Câmara dos Deputados é aprovada por Lula

LUNA ZARATTINI Com 32 anos, é vereadora em São Paulo. Ela não pretendia disputar vaga para deputada federal, mas Lula pediu que ela concorresse. Além do perfil jovem, o presidente se interessou pelo tamanho do eleitorado de Luna, que teve 100.921 votos nas eleições de 2024

JULIA KÖPF Com 29 anos, é secretária nacional de Juventude do PT e afirma que a legenda está “correndo atrás” de candidatos jovens. “Estamos numa fase bastante inicial. Acho que tem uma juventude muito disposta, sabem que a missão de enfrentar Flávio Bolsonaro não é fácil”

ra a Câmara Municipal da capital paulista em 2024 e é considerada uma candidata forte independentemente de critérios geracionais.

Lula também demonstrou a aliados simpatia à pré-candidatura da deputada estadual Ana Júlia Ribeiro (PT-PR), 25. O plano inicial era que ela tentasse a reeleição na Assembleia Legislativa do Paraná, mas o cenário mudou quando o presidente pediu para a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disputar uma vaga no Senado.

A ministra tem mandato de deputada federal. Foi eleita em 2022 com 261.247 votos, a segunda maior votação do estado. Ana Júlia e o presidente do diretório paranaense do partido, Arilson Chiorato, devem se candidatar a deputado federal mirando o eleitorado de Gleisi.

Outra pré-candidatura à Câmara que deixou Lula satisfeito, de acordo com políticos próximos dele, foi o da deputada estadual Rosa Amorim (PT-PE). Ela tem 29 anos e é ligada ao MST.

O eleitorado jovem foi importante para Lula vencer Jair Bolsonaro na eleição de 2022. A última pesquisa Datafolha antes do segundo turno mostrou que o petista tinha 50% das intenções de voto contra 37% de Bolsonaro entre eleitores com 16 a 24 anos.

Na edição mais recente da pesquisa, visando a eleição deste ano, o presidente não lidera entre os mais jovens. Lula tem 43% das intenções de voto para segundo turno entre eleitores de 16 a 24 anos. Flávio Bolsonaro aparece com 44%. A margem de erro do recorte é de cinco pontos.

O levantamento mais recente, divulgado em março, mostra que Lula e Flávio estão tecnicamente empatados nas intenções de voto para segundo turno. O petista tem 46% e o bolsonarista, 43% (margem de erro de dois pontos).

Integrantes do partido relatam, em conversas reservadas, que o apoio a novos candidatos causa disputas internas, que envolvem divisão espaços, perda de influência e partilha de recursos.

O PT havia proibido que deputados disputassem reeleição depois de três mandatos consecutivos na mesma Casa Legislativa, mas voltou atrás em 2025.

Flávio Bolsonaro inicia pré-campanha no NE com discurso antipetista

Renata Moura

NATAL O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, deu a largada de sua pré-campanha no Nordeste defendendo a concessão de prisão domiciliar para o pai, Jair Bolsonaro (PL), e reforçando críticas ao governo Lula (PT).

Em um ato político em Natal neste sábado (21), Flávio disse acreditar que a prisão domiciliar pedida pela defesa do pai será concedida. Bolsonaro está internado desde o último dia 13 na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do hospital DF Star, em Brasília, onde trata um quadro de pneumonia bacteriana bilateral.

“Os exames comprovam o agra-

vamento da saúde dele e agora, com 71 anos de idade e comorbidades já publicamente conhecidas, a domiciliar humanitária vai ser autorizada”, disse o senador em entrevista a jornalistas.

No discurso para apoiadores, Flávio criticou o aumento do preço dos combustíveis e citou medidas de redução de tributos adotadas por Bolsonaro em 2022.

O evento no Rio Grande do Norte teve bolo nas cores verde e amarelo, além de coro de feliz aniversário para o ex-presidente, que fez 71 anos no sábado.

Vestindo uma camiseta com a frase “Nordeste é solução”, Flávio disse que o crescimento do seu nome nas pesquisas é resultado de suas propostas e do que chamou de “grande desastre

que é o governo do PT”.

O ato político marcou a filiação ao PL do ex-prefeito de Natal, Álvaro Dias, que vai concorrer ao governo do estado. A chapa apresentada terá o senador Styvenson Valentim (PSDB) e o militar Coronel Hélio (PL) como candidatos ao Senado. Babá Pereira (PL), ex-prefeito do município de São Tomé, será o vice.

Além de Álvaro Dias, já anunciaram que são pré-candidatos ao governo o prefeito de Mossoró, Allyson Bezerra (União Brasil) e o atual secretário de Fazenda do Estado, Cadu Xavier (PT).

A governadora Fátima Bezerra (PT), que concorreria ao Senado, anunciou que vai permanecer no cargo até o final do mandato.

Zema renuncia em MG e ataca governo federal

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), renunciou neste domingo (22), como havia anunciado, com discurso marcado por críticas ao governo Lula (PT) e promessas de acabar com o que chamou de “farra da corrupção”. Pré-candidato à Presidência em 2026, ainda sem ter decolado nas pesquisas, ele passou o cargo para o vice, Mateus Simões (PSD).

Neste domingo (22), Flávio participou de um evento político na Paraíba, quando reiterou as críticas ao governo Lula e minimizou a força do presidente entre os eleitores do Nordeste.

“Lula enganou muita gente por muito tempo. Já teve três oportunidades de melhorar a vida das pessoas e o povo nordestino e brasileiro não darão uma quarta chance de ele prometer, enganar e não cumprir de novo. O Brasil vai respirar novos ares”, afirmou.

O ato em João Pessoa marcou a filiação do senador Efraim Filho, que trocou o União Brasil pelo PL para concorrer ao governo na Paraíba. Ministro da Saúde no governo Bolsonaro, Marcelo Queiroga (PL) será candidato ao Senado na chapa

JHSF
SURPREENDENTE



FAZENDA SANTA HELENA
BRAGANÇA PAULISTA

A NOVA FAZENDA
DA JHSF

AGENDE SUA VISITA



FOTO REAL DA FAZENDA SANTA HELENA



O operário Manoel Fiel Filho junto de sua esposa, Thereza Fiel Rovena Rosa/Agência Brasil

Família de operário morto pela ditadura terá atestado com causa real da morte

Filha de Manoel Fiel Filho avalia que documento chega tarde para parentes; 'minha mãe não está mais aqui para ver isso', diz

Fernando Granato

SÃO PAULO Os atuais moradores do sobrado número 155, da rua Coronel Rodrigues, em Sapopemba, zona leste de São Paulo, não sabem ao certo quem foi Manoel Fiel Filho. Nem que há 50 anos, num sábado de janeiro de 1976, estacionou na porta daquela casa um táxi com dois homens que entregaram um saco preto com roupas e sapato e disseram: "O seu Manoel se suicidou".

Um dia antes, na sexta-feira, Manoel saíra cedo de casa, como todos os dias, para trabalhar na fábrica Metal Arte, no bairro da Mooca, também na zona leste. Por volta das 9h, dois homens chegaram ao local, identificaram-se como agentes do Dops, o Departamento de Ordem Política e Social, e pediram para falar com ele. Disseram ao chefe de departamento que o funcionário teria que acompanhá-los para um interrogatório e que logo voltaria.

Da fábrica, seguiram para o sobrado onde Manoel morava, na rua Coronel Rodrigues, para fazer uma busca. Reviraram a casa toda e só sossegaram quando encontraram dois exemplares do jornal Voz Operária, editado pelo Partido Comunista Brasileiro. Manoel era militante do partido, organizando suas atividades entre os operários da Mooca.

Era o suficiente para o regime levá-lo. Sua mulher, Terezinha, caiu no choro, e ele tentou tranquilizá-la: "Não te preocupe, nega, eu já volto".

Não voltou. E só agora, 50 anos depois, a família vai receber o seu atestado de óbito retificado, com a causa da morte como "assassinato" e não mais "suicídio".

A cerimônia, a cargo da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, abrigada no Mi-

nistério dos Direitos Humanos, está marcada para junho.

Hoje com 70 anos, a filha mais velha de Manoel, Maria Aparecida Fiel, diz que o documento chega tarde: "Infelizmente minha mãe não está mais aqui para ver isso. Ela morreu aos 92 anos, com demência, depois de uma vida de tanto sofrimento".

A morte prematura do operário Manoel, aos 49 anos, mudou a vida de sua mulher e suas duas filhas. "Tivemos que sair de casa, eu para um lado e minha irmã mais nova e minha mãe para outro", conta Maria Aparecida. "Isso porque fomos avisadas de que, além de meu pai, a perseguição poderia chegar a nós também".

De início, as três viveram um período de isolamento e desentendimento completo do que estava acontecendo. "Eu tinha 20 anos, estava grávida do meu primeiro filho, não sabíamos direito o que se passava", recorda a filha mais velha. "Algum tempo depois, fomos procuradas pela Comissão de Justiça e Paz, da Cúria, e aí sim começamos a lutar por Justiça."

Foi uma luta longa e penosa. "Demorou 27 anos para que a Justiça considerasse o Estado brasileiro culpado e indenizasse minha mãe", diz Maria Aparecida. "Mas os culpados nunca foram incriminados ou sofreram qualquer punição, e isso é devastador para a família."

Em 2015, a Justiça rejeitou denúncia do Ministério Público Federal contra sete agentes da repressão militar acusados pelo assassinato de Manoel, reconhecendo a extinção da punibilidade do crime em decorrência da Lei da Anistia, de 1979.

Tramita no STF (Supremo Tribunal Federal) uma ação apresentada em 2014 pelo PSOL, que busca reinterpretar a Lei da Anistia

“

A ditadura já estava encurralada com as mortes anteriores, como a do jornalista Vladimir Herzog, que gerou aquela comoção imensa, mas quando de novo 'erram a mão' com a morte do Manoel, aí foi a gota d'água

Eugênia Gonzaga procuradora federal e presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

“

Demorou 27 anos para que a Justiça considerasse o Estado brasileiro culpado e indenizasse minha mãe [...] Mas os culpados nunca foram incriminados ou sofreram qualquer punição, e isso é devastador para a família

Maria Aparecida Fiel filha de Manoel Fiel Filho

de 1979 para permitir a responsabilização de agentes do Estado por crimes de lesa-humanidade durante a ditadura militar, sob a relatoria do ministro Dias Toffoli.

"Meus filhos não tiveram a benção de conhecer meu pai, uma pessoa extraordinária, e nossas vidas foram ceifadas, não nos deram a permissão de prosseguir", diz Maria Aparecida.

O consolo para a família está no papel histórico que Manoel assumiu: "A morte de meu pai foi um divisor de águas", afirma a filha mais velha. "A gente não tem a presença física, mas ele sempre será um herói e ensinamos isso para nossos filhos e para nossos netos."

De acordo com a procuradora Eugênia Gonzaga, presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o caso de Manoel foi um marco para a redemocratização do país: "A ditadura já estava encurralada com as mortes anteriores, como a do jornalista Vladimir Herzog, que gerou aquela comoção imensa, mas quando de novo 'erram a mão' com a morte do Manoel, aí foi a gota d'água".

Eugênia lembra que, com a morte de Manoel, o então presidente Ernesto Geisel, que já conduzia um processo lento e gradual de abertura, exonerou o comandante do 2º Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, num claro sinal de que as coisas não podiam mais continuar como estavam.

Segundo o historiador Luiz Antônio Dias (PUC-SP), que desenvolve estudos sobre ditaduras e democracias, há pesquisadores que apontam a morte de Manoel como uma resposta das alas mais linha dura à abertura que vinha sendo promovida por Geisel.

Em seu livro "A Ditadura Encurralada" (Companhia das Letras), o jornalista Elio Gaspari relatou que o caso ganhou contornos inusitados porque representou o primeiro choque frontal e público de Geisel com um chefe militar. "Geisel exonerou o general para restabelecer a autoridade da Presidência", escreveu.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) apontou, em seu relatório final, de 2014, 434 mortes e desaparecimentos de vítimas da ditadura no Brasil. Manoel Fiel Filho está enterrado na quadra 101, campa 64, do Cemitério da Quarta Parada, na zona leste de SP.

Procuradoria pede afastamento de vice petista e acirra crise política no Maranhão

João Pedro Pitombo

SALVADOR O Ministério Público do Estado do Maranhão pediu o afastamento do cargo do vice-governador Felipe Camarão (PT) por suspeita de ligação com um esquema de lavagem de dinheiro, movimentações financeiras atípicas e crimes contra a administração pública.

O pedido de suspensão do exercício da função pública do vice-governador, revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmado pela Folha, foi encaminhado ao Tribunal de Justiça do Maranhão pelo procurador-geral de Justiça, Danilo José de Castro Ferreira.

Em nota, Felipe Camarão criticou o vazamento da investigação, disse que jamais teve acesso ao processo e destacou que não aceita "perseguição política travestida de atuação institucional".

A investigação do Ministério Público aponta que o vice-governador teria utilizado parentes e policiais militares de sua segurança para captar R\$ 6,3 milhões, além de outros R\$ 4,7 milhões investidos em imóveis de luxo em São Luís.

A Procuradoria sustenta que Camarão teria se beneficiado de uma rede de laranjas para ocultar transferências milionárias. Os valores movimentados não têm origem em salário e seriam incompatíveis com a renda declarada pelo vice-governador.

O pedido de afastamento acontece nas vésperas do encerramento do prazo para desincompatibilização dos cargos, que se encerra em 4 de abril. A retirada de Camarão da linha de sucessão poderia viabilizar a renúncia do governador Carlos Brandão (sem partido) para concorrer ao Senado.

Rompido com o vice, o governador tem dito que vai permanecer no governo até o final do mandato e lançou o sobrinho, Orleans Brandão (MDB), como candidato ao governo.

Camarão é remanescente do grupo político de Flávio Dino, ex-governador e hoje ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). Em 2022, ele havia selado um acordo com o governador no qual concorreria à sua sucessão, mas ambos se afastaram ao longo do mandato.

O vice-governador classificou a investigação como uma ação de "exposição seletiva e constrangimento público". Também citou uma suposta proximidade do procurador-geral com Marcus Brandão, irmão do governador, pai de Orleans Brandão e figura influente nos bastidores do governo.

Carlos Brandão foi vice de Dino, assumiu o governo em 2022 e foi reeleito em outubro. Ao longo do mandato, Brandão e Dino se distanciaram.

Receita começa a receber declarações do IR 2026; veja as principais regras

Prazo para prestar contas abre às 8h e vai até 29 de maio; multa mínima é de R\$ 165,74

Cristiane Gercina, Júlia Galvão e Luciana Lazarini

SÃO PAULO A Receita Federal abre o prazo para envio das declarações do Imposto de Renda de 2026 às 8h desta segunda-feira (23), com a expectativa de receber a prestação de contas de 44 milhões de contribuintes até 29 de maio. No último dia útil de maio também será depositado o primeiro lote de restituições e vencerão a cota única e a primeira parcela do imposto a pagar.

O contribuinte tem a opção de baixar o programa da declaração no site da Receita ou fazer a declaração digital pelo computador ou aplicativo oficial do órgão.

Nesta segunda será liberado o acesso à declaração pré-preenchida. É preciso ter conta Gov.br ouro ou prata para acessá-la e para declarar pelo site ou aplicativo.

Dentre as novidades deste ano estão áreas para bets, usufruto de imóveis, dinheiro a receber de empréstimo e cor ou raça do titular e dependentes. Os dois primeiros lotes serão maiores em 2026, com 18 milhões de restituições.

Declarar nos primeiros dias pode antecipar a restituição —respeitadas as prioridades—, mas é preciso ter todos os informes referentes a 2025 e cuidado para não cometer erros que levem à malha fina. Uma vantagem é ter mais tempo para corrigir eventuais pendências.

“Revisar cuidadosamente os documentos e aguardar a chegada de todos os informes costuma ser a melhor estratégia para evitar problemas futuros”, diz o coordenador do núcleo de apoio contábil fiscal e do curso de ciências contábeis da Unicid, Wagner Pagliato.

NOVO LIMITE DE ISENÇÃO

A renda tributável anual que obriga a declarar subiu para R\$ 35.584, pois em 2025 o governo reajustou a faixa de isenção para zerar o imposto de quem recebia até dois salários mínimos. No entanto, a isenção de até R\$ 5.000 e redução do imposto para quem ganha até R\$ 7.350 aprovada pelo governo ainda não é válida para esta declaração, pois ela está sendo aplicada nos salários pagos em 2026.

COMO PREENCHER E ENVIAR A DECLARAÇÃO

- Programa: pode ser instalado no computador pelo site da Receita Federal.
- Declaração digital, por meio do Meu Imposto de Renda: o acesso pode ser feito pelo site da Receita, pelo e-CAC (Centro de Atendimento Virtual), pelo portal de serviços

digitais do governo ou pelo aplicativo da Receita Federal no celular.

MULTA

Quem é obrigado a prestar contas e atrasa paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

VALOR DAS DEDUÇÕES DO IR

- Por dependente: R\$ 2.275,08 (valor mensal de R\$ 189,59)
- Limite anual de despesa com educação: R\$ 3.561,50
- Limite anual do desconto simplificado (desconto-padrão): R\$ 16.754,34
- Para despesas de saúde devidamente comprovadas não há limite
- Cota extra de isenção para aposentados e pensionistas a partir de 65 anos: R\$ 24.751,74 no ano (R\$ 22.847,76 mais R\$ 1.903,98 relativos ao 13º salário)



Catarina Pignato/Folhapress

Você luta pela sua saúde.

A gente também.

Você luta para encaixar saúde na agenda. A gente luta para te atender na hora. Atendimento e cuidado imediatos, 24 horas. Na Alice, saúde é uma conquista diária. E a gente constrói isso com você e por você.

Conheça a Alice.
Plano de saúde como deve ser.

↗ alice.com.br

alice

DEVE ENTREGAR A DECLARAÇÃO O CONTRIBUINTE QUE, EM 2025...

- Recebeu **rendimentos tributáveis** —como salário e aposentadoria— a partir de **R\$ 35.584**
- Recebeu **rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte** (como rendimento de poupança ou FGTS) acima de **R\$ 200 mil**
- Obteve, em qualquer mês, **ganho de capital** na venda de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto
- Realizou operações de **venda na Bolsa** cuja soma foi superior a **R\$ 40 mil** ou teve apuração de ganhos líquidos sujeitas à incidência do imposto
- Obteve, na **atividade rural**, receita bruta em valor superior a **R\$ 177.920** ou pretenda compensar, no ano-calendário de 2025 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2025
- Tinha, em 31 de dezembro, a **posse ou a propriedade** de bens ou direitos de valor acima de **R\$ 800 mil**
- Passou à condição de **residente no Brasil** em qualquer mês e nessa condição encontrava-se em 31 de dezembro
- Optou pela **isenção do imposto** sobre a renda incidente sobre o **ganho de capital** auferido na venda de **imóveis residenciais**, caso o produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no país, no prazo de 180 dias, contado da celebração do contrato de venda, nos termos do art. 39 da lei nº 11.196
- Optou por **declarar** os bens, direitos e obrigações detidos pela entidade controlada, direta ou indireta, **no exterior** como se fossem detidos diretamente pela pessoa física, nos termos do regime de transparência fiscal de entidade controlada estabelecido no art. 8º da lei nº 14.754
- Era **titular**, em 31 de dezembro, de **trust** e demais contratos regidos por lei estrangeira com características similares, nos termos dos arts. 10 a 13 da lei nº 14.754
- Tinha **capital investido** em aplicações financeiras **no exterior**, a que se referem os arts. 2º a 4º e 9º da lei nº 14.754
- Teve **rendimentos** ou pretenda compensar, no ano-calendário de 2025 ou posteriores, perdas de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2025
- Teve **lucros ou dividendos** de entidades **no exterior**, nos termos dos arts. 2º e 5º a 6º-A da lei nº 14.754

ORDEM DE PRIORIDADE DA RESTITUIÇÃO

1. Idoso com 80 anos ou mais
2. Idoso com 60 anos ou mais, e pessoa com deficiência e com doença grave
3. Contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério
4. Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e optaram por receber a restituição por Pix
5. Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida ou optaram por receber a restituição por Pix
6. Demais contribuintes
 - O critério de desempate será a data e o horário do envio da declaração.
 - A correção monetária da restituição é feita pela taxa Selic e começa a partir do fim do prazo de entrega das declarações. Ou seja, quem receber no primeiro lote não terá correção.



Veja o calendário de pagamento da restituição do IR 2026

O calendário deste ano tem quatro lotes, e não cinco:

- **1º lote**
29 de maio
- **2º lote**
30 de junho
- **3º lote**
31 de julho
- **4º lote**
31 de agosto

DE GRÃO EM GRÃO

Por que investidor prefere o risco ao tédio da renda fixa

Mesmo quando juro está alto, muitos sentem necessidade de buscar emoção

Michael Viriato

Assessor de investimentos e sócio fundador da Casa do Investidor

Outro dia um amigo me fez uma pergunta curiosa: por que eu perdia tempo lendo livros e estudos sobre comportamento humano se minha área de atuação é economia e finanças? À primeira vista, parecem temas pouco relacionados. Mas, na prática, entender como as pessoas reagem a estímulos e tomam decisões é fundamental no meu trabalho. Isso me ajuda a orientar investidores quando talvez não estejam fazendo a melhor escolha e a identificar quais influências podem estar moldando suas decisões.

Por exemplo, ajuda a explicar uma pergunta comum no mercado: se a renda fixa está pagando juros elevados, previsíveis e com baixo risco, por que tantos investidores continuam procurando algo mais arriscado?

Parte da resposta pode estar em um experimento famoso da psicologia. Em 2014, pesquisadores publicaram na revista Science o estudo “Just Think: The Challenges of the Disengaged Mind”. No experimento, voluntários foram convidados a permanecer sentados por alguns minutos sozinhos, sem celular, livros ou qualquer distração — apenas com seus próprios pensamentos.

O resultado revelou algo desconfortável: para muitas pessoas, fazer nada era pior do que sentir desconfortáveis estímulos dolorosos. Alguns participantes preferiram aplicar em si mesmos choques elétricos a continuar ali sem estímulo algum.

Outros estudos ajudam a entender esse comportamento. Em experimentos de neurociência, participantes precisavam escolher cartas em um jogo que oferecia recompensas diferentes. Curiosamente, quando surgia uma carta nova, cuja recompensa ainda era desconhecida, muitos preferiam escolhê-la, mesmo existindo outra opção cuja recompensa já era conhecida.

Ao se deparar com a novidade, uma região do cérebro chamada estriado ventral era ativada. Essa área está associada à liberação de dopamina, neurotransmissor ligado à sensação de prazer. A novidade, por si só, já gera uma resposta positiva no cérebro.

Esse mecanismo ajuda a explicar algo que vemos frequentemente no mercado financeiro.

Quando a renda fixa paga taxas elevadas e previsíveis, do ponto de vista racional ela pode ser extremamente atraente. No entanto, para muitos investidores, ela também pode parecer entediante. Não há histórias empolgantes. Não há a expectativa de um ganho extraordinário.

Há apenas disciplina e paciência.

O problema é que o cérebro humano foi moldado em um ambiente em que explorar o desconhecido aumentava as chances de sobrevivência. A curiosidade e a busca por novidade eram características adaptativas.

Esse impulso continua presente.

No mercado financeiro, ele aparece quando o investidor sente necessidade de agir, mesmo quando a melhor decisão seria simplesmente esperar. Surge a tentação de trocar ativos, buscar uma nova estratégia ou procurar a próxima grande oportunidade.

Mas muitas vezes essa movimentação não nasce de uma análise mais profunda. Ela surge apenas do desconforto provocado pela ausência de estímulos.

Por isso investir bem é, em grande medida, um exercício de autocontrole. Não apenas de escolher bons ativos mas de reconhecer quando nossa mente está procurando emoção onde deveria haver apenas disciplina.

Explicação pode estar menos na matemática das aplicações e mais em como o cérebro reage à ausência de estímulos

Declaração pré-preenchida facilita, mas é preciso conferir dados de informes e recibos

Fisco promete cruzamento mais completo com eSocial e sistema de escrituração digital; contribuinte é responsável por valores enviados

Cristiane Gercina

SÃO PAULO A declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2026, que é liberada pela Receita nesta segunda (23), está mais completa, mas pode conter mais erros. O modelo facilita o envio, mas as falhas, se não corrigidas, podem levar à malha fina, alertam a Receita e especialistas ouvidos pela Folha.

O cruzamento de dados mudou: parte das informações de rendimentos vem de novas bases, como eSocial e EFD Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais), ainda em processo de ajuste por empresas. Por isso, é preciso ter atenção.

A expectativa do fisco, porém, é que a pré-preenchida, mais completa e com novidades, auxilie ainda mais o contribuinte. Entre as atualizações estão a emissão de alertas, informações de renda variável, que antes não constavam, recuperação de pagamentos de Darf (Documento de Arrecadação das Receitas Federais), recuperação mais ampla de dados dos dependentes e informações abastecidas nas declarações para trabalhadores domésticos.

Apesar de o contribuinte ter menos dias para preparar e entregar a declaração deste ano, a pré-preenchida está sendo liberada mais cedo do que no ano passado, quando só se tornou disponível em abril.

*

QUAIS ERROS PODEM ESTAR NA PRÉ-PREENCHIDA?

Entre os principais erros que o contribuinte pode encontrar estão os de despesas com saúde, pois houve mudança na forma como médicos, dentistas e outros profissionais da área de saúde emitem recibos como pessoas físicas; os saldos de contas bancárias, que podem vir zerados; a ausência de dados sobre investimentos; falhas na informação dos dependentes e até erros em nomes de instituições financeiras.

“Apesar de ser mais prática, a declaração pré-preenchida poderá conter erros nas informações enviadas à Receita Federal por instituições financeiras, empregadores e outras fontes pagadoras e que a Receita não tem controle”, diz a advogada tributarista Renata Soares Leal Ferrarezi.

A Receita reconhece instabilidade e explica que a maior parte das informações depende do envio por bancos, empresas e

outras fontes. Se esses dados não forem repassados corretamente, aparecem incompletos na declaração. Além disso, as empresas ainda podem corrigi-los.

COMO NÃO CAIR NA MALHA FINA DA PRÉ-PREENCHIDA?

O contribuinte que encontrar valores em branco ou divergência entre o que está na pré-preenchida e o que foi fornecido em informes de rendimentos de empresas, instituições financeiras, estabelecimentos e prestadores da área médica e da educação deve considerar o que está nos informes. Ou seja, é preciso corrigir o que estiver aparecendo na pré e preencher manualmente os valores certos.

A principal dica é declarar o que ele pode comprovar por meio de documentação. Segundo José Carlos Fonseca, supervisor nacional do IR, não é porque um dado está na pré-preenchida que ele deva ser confirmado pelo contribuinte. Assim, se cair na malha fina, terá como comprovar.

Ele diz que, embora a pré-preenchida ajude, a responsabilidade final pelas informações segue sendo do contribuinte. Situações pessoais recentes, como divórcio ou inclusão de dependentes, não são automaticamente atualizadas e têm de ser informadas manualmente.

Como são esperadas falhas iniciais, a recomendação para quem tiver uma declaração mais complexa é aguardar alguns dias antes de enviar o IR, para que o sistema seja estabilizado, e os dados, atualizados.

O QUE NÃO ESTARÁ NA PRÉ-PREENCHIDA?

Algumas informações, como o ganho de capital na compra e venda de bens e direitos, como imóveis, valores de atividade rural e declaração final de espólio ou saída definitiva do país, não aparecem na pré-preenchida.

COMO FAZER A DECLARAÇÃO PRÉ-PREENCHIDA DO IR?

A declaração pré-preenchida do IR pode ser acessada por meio do programa da declaração, pelo aplicativo da Receita ou online, no e-CAC. É preciso ter senha ouro ou prata do portal Gov.br para liberar os dados.

O modelo está disponível tanto para quem vai fazer a declaração por computador quanto para quem optar por declarar online, no Meu Imposto de Renda.

No caso de quem usar o PGD (Programa Gerador da Declaração), é preciso baixar o programa no computador e, depois, seguir os seguintes passos:

- 1 Abra o programa e escolha “Nova declaração”
- 2 Selecione “Declaração de ajuste anual”
- 3 Clique em “Iniciar declaração a partir da pré-preenchida”
- 4 Escolha se é declaração própria ou por procuração
- 5 Confirme a autenticação digital
- 6 Entre com CPF e senha do Gov.br
- 7 Autorize o acesso e importe os dados

Quem opta pelo Meu Imposto de Renda, online ou pelo aplicativo da Receita, já terá os dados pré-preenchidos automaticamente. Essa versão também exige a conta do portal gov.br prata ou ouro.

QUAIS SÃO AS DEZ PRINCIPAIS FALHAS ESPERADAS PARA A PRÉ-PREENCHIDA DO IR?

Segundo consultores e a Receita:

- 1 Divergências em despesas médicas
- 2 Deduções ausentes, duplicadas ou incompletas
- 3 Falhas nos informes de empresas
- 4 Saldos bancários zerados
- 5 Contas bancárias e investimentos que não aparecem na pré
- 6 Erros em nomes de bancos e nos dados cadastrais
- 7 Informações incompletas sobre investimentos no exterior
- 8 Classificação incorreta de rendimentos
- 9 Dados pessoais desatualizados
- 10 Informações incompletas ou erradas sobre dependentes

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Roberto Campos Neto / Marcos Lisboa / Candido Bracher / Ana Paula Vescovi
SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo / Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon
QUA. Bernardo Guimarães / Jerson Kelman, Vinicius Torres Freire **QUI.** Solange Srouf, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva
SEX. Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire **SÁB.** Marcos Mendes / Laura Müller Machado

SOFIA, IA da Decolar, deixa clientes cada vez mais satisfeitos

Empresa foi a primeira da América Latina a adotar assistente de viagens que integra inteligência artificial generativa com interface visual incremental e adaptativa

Estar na vanguarda da tecnologia é uma constante nos 26 anos de história da Decolar. Pioneira na venda online de serviços de viagem na América Latina e uma das precursoras no lançamento de um aplicativo e no posicionamento como mobile first, há dois anos a empresa voltou a sair na frente ao desenvolver a primeira assistente de viagens da região que integra IA generativa com uma interface visual incremental e adaptativa. Mas quem ouve o entusiasmo de Gonzalo Estebarena – que vinha liderando a área de tecnologia e, a partir de abril, assume como CEO do Grupo Decolar – ao falar da SOFIA logo percebe que ele não está apenas celebrando a terceira grande onda de inovação liderada pela empresa. Em bom português, o argentino explica por que está convicto dos resultados que a tecnologia já entrega em experiência do cliente, eficiência operacional e receita, e do potencial que ainda pode alcançar. “É como ter infinitos colaboradores”, afirma, detalhando como a IA generativa ampliou a capacidade de atendimento, qualificou as interações e reorganizou o trabalho das equipes sem reduzir o número de agentes humanos.

Desenvolvida internamente, a assistente começou interagindo com os viajantes pelo chat do site e do app da Decolar. Depois, foi incorporada ao WhatsApp e, mais recentemente, ganhou voz para atender ligações. “Antes da SOFIA, precisávamos priorizar usuários com demandas mais urgentes para atendimento por telefone”, diz ele. “Agora, conseguimos disponibilizar o serviço para todos os clientes, o que era impossível de imaginar sem a tecnologia”, acrescenta.

Atualmente, a SOFIA participa de 1 milhão de conversas por mês e interage com 30% dos viajantes que compram na plataforma. Em termos operacionais, 80% das interações já são resolvidas sem necessidade de transferência para um agente humano. Nos casos em que o atendimento precisa ser escalado, a assistente envia automaticamente um resumo da situação, permitindo que o agente humano entre na conversa mais preparado.

Tudo isso já trouxe resultados. No WhatsApp, o índice de usuários satisfeitos saltou de 2 em cada 10 para 6 em cada 10 após a implementação da assistente. No canal de voz, houve redução de 37% nos encaminhamentos para agentes e aumento de 10 pontos no NPS

(índice que mede a satisfação do consumidor). Além disso, há cerca de nove meses, a SOFIA respondia por algo entre 0,1% e 0,2% das vendas. Hoje, este índice está próximo de 3%. E a meta é continuar crescendo 25% ao mês.

De acordo com Estebarena, parte desse avanço foi possível porque a SOFIA passou a absorver as demandas repetitivas, como status de reserva, download de voucher ou explicação de regras de tarifa, e a direcionar aos agentes humanos apenas aquilo que exige negociação, análise ou maior sensibilidade. “Os agentes humanos agora trabalham com menos volume e podem dedicar mais tempo a casos mais difíceis”, diz ele.

Outra parte, relacionada a vendas, ocorreu porque a assistente passou a iniciar as conversas e qualificar os atendimentos. Com isso, os agentes humanos deixaram de receber chamadas genéricas e passaram a se dedicar a clientes que já tinham demonstrado interesse real de compra, o que aumentou a conversão e, consequentemente, a comissão das equipes e seu engajamento. “A combinação de IA e agentes humanos funciona muito melhor do que um agente humano sozinho ou uma IA sozinha”, destaca. “Aprendemos a trabalhar em parceria, de verdade”, afirma.

Para promover a evolução contínua da SOFIA, a Decolar avalia praticamente todas as suas interações, também por meio de

CONHEÇA A SOFIA

Lançada em 2024, SOFIA é a 1ª assistente de viagens da América Latina que integra IA generativa com interface visual incremental e adaptativa

30% dos viajantes da Decolar interagem com a SOFIA em algum momento da jornada

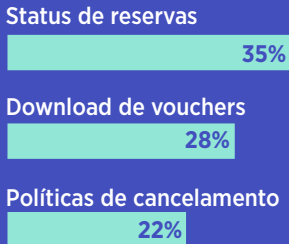
1 milhão de conversas mensais (crescimento médio de 35% por mês)

+ de 80% das conversas acontecem pelo celular

46% dos usuários retornam para falar novamente com a assistente

EM QUE A SOFIA MAIS AJUDA

Quase 50% das conversas ocorrem após a compra
Principais demandas:

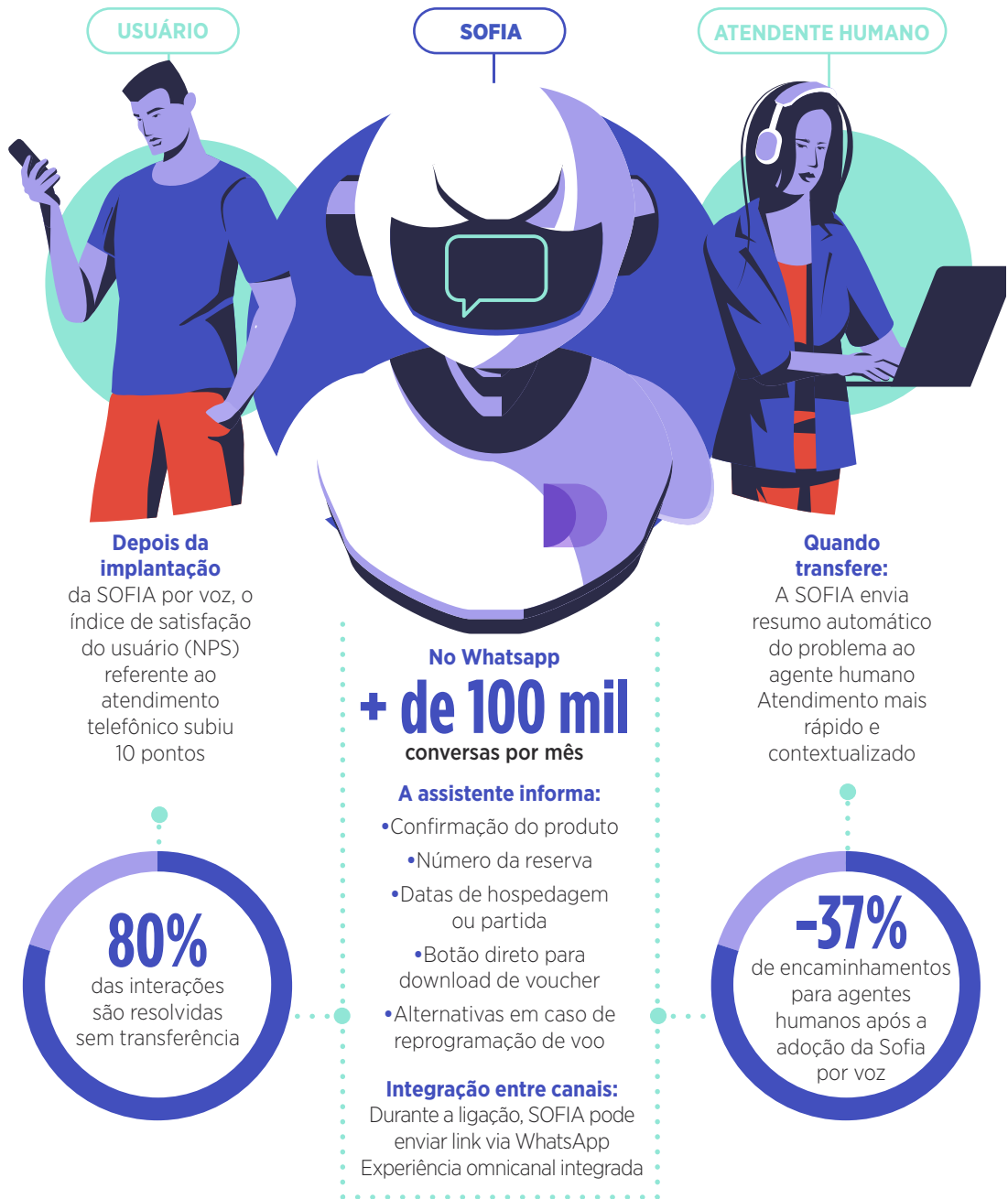


inteligência artificial generativa. A partir dessas análises, ajusta a linguagem, identifica padrões de dúvida, corrige eventuais fricções e aprimora respostas. Desse processo, surgiu um benefício adicional, que não estava previsto na largada: o uso da tecnologia e desse enorme aprendizado acumulado para aprimorar o atendimento humano. “Desenvolvemos uma ‘SOFIA inversa’, que é uma IA generativa capaz de simular conversas e oferecer feedback individualizado para nossos colaboradores”, explica o futuro CEO. “Aqui, mais uma vez, é como ter infinitos colaboradores analisando as chamadas e ajudando cada atendente a melhorar individualmente”, afirma. “Impensável sem o uso da tecnologia.”

A busca por pontos de melhoria é tão importante para a empresa que o próprio Estebarena acompanha alguns dos atendimentos. “Gosto de ouvir as ligações para entender como o produto está evoluindo”, explica. A escuta gera diversos insights e alguns diálogos memoráveis. Um dos mais marcantes foi protagonizado pela SOFIA e um cliente que precisava cancelar a compra de uma passagem aérea. “No início, ele estava tenso e falava de forma seca, quase mecânica, como quem fala mesmo com um robô”, conta. Entre uma fala e outra, a SOFIA fez algumas perguntas, cruzou dados e identificou que, pelas regras tarifárias, o cancelamento poderia ser realizado sem qualquer custo. “À medida que ela foi explicando que faria o cancelamento sem problema algum e que o cliente poderia ficar tranquilo, o tom foi mudando completamente”, diz ele. “No final, vieram agradecimentos repetidos, a conversa ficou leve. A gente fica orgulhoso e até um pouco emocionado.”

Para o executivo, o que foi construído por enquanto é apenas o começo. Seu sonho é que a assistente possa acompanhar o ciclo completo da viagem, que vai da organização inicial, em um grupo de amigos por WhatsApp, por exemplo, a recomendações durante o destino, compartilhamento de fotos e solução de tarefas cotidianas na volta para casa, como organizar as compras para o viajante não encontrar a geladeira vazia. “Se em dois anos chegamos até aqui, imagine o que vem pela frente.”

SOFIA + AGENTES HUMANOS



A combinação de IA e humanos funciona muito melhor do que um humano sozinho ou uma IA sozinha. Aprendemos a trabalhar em parceria, de verdade

GONZALO ESTEBARENA, GRUPO DECOLAR

O Banco Central cortou os juros, o mercado não

Intervenções facilitam diálogo com setores sensíveis, mas cobram depois

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

Você não deve saber o que é um gasogênio, mas essa geringonça já foi a única alternativa dos motoristas brasileiros, quando a importação de petróleo ficou realmente travada. Durante a Segunda Guerra Mundial, com o racionamento de combustível no Brasil, esses equipamentos eram adaptados aos carros, transformando carvão e lenha em gás que alimentava os motores dos veículos.

Agora, com a escalada da guerra no Irã e o travamento do estreito de Hormuz, o mundo começa a fantasiar novo racionamento. O preço do petróleo cru disparou novamente, saindo dos US\$ 70 dólares o barril, no fim de fevereiro, para os surpreendentes US\$ 98, em 20 de março.

Pela profusão de carros elétricos nas ruas, imagino que não seremos obrigados a recorrer novamente ao gasogênio, mas fomos forçados a reconhecer como o diesel continua o manda-chuva da logística brasileira.

Caminhoneiros ameaçaram greve contra a escalada dos preços e o governo federal correu para editar uma medida provisória autorizando o gasto extra de R\$ 10 bilhões para subvencionar o preço do diesel.

A pressão sobre os combustíveis e sobre os gastos do governo, dois grandes geradores de inflação, levou a um fenômeno no mínimo estranho: enquanto o Banco Central cortava os juros (pela primeira vez, sob a batuta de Gabriel Galípolo), o mercado apostava que o país viverá sob juros mais altos do que se esperava no curto, no médio e no longo prazo.

É confuso, mas dá para explicar. O que o Copom (Comitê de Política Monetária) define é a Selic, a taxa básica de juros, que, na prática, estabelece o quanto o governo vai pagar por dinheiro no curtíssimo prazo, estabelecendo a base para o custo do crédito e rendimento de aplicações em toda a cadeia financeira.

O valor da Selic, nos atuais 14,75% ao ano, é usado para calcular a taxa DI, de depósitos interbancários, que é o quanto um banco cobra de outro.

E o mercado faz suas apostas em relação a quanto acha que elas estarão no futuro, nas negociações dos chamados contratos de DI futuro, fazendo as chamadas curvas de juros.

Eles são negociados diariamente entre investidores e refletem quanto o mercado acredita que os juros praticados deverão estar em datas determinadas, considerando inflação esperada, risco fiscal, cenário internacional e credibilidade da política econômica.

Desde a reunião do Copom, que cortou a Selic, o contrato de DI para janeiro de 2027, o curto prazo, saiu da casa de 13,2% que ocupava no fim de fevereiro para algo próximo de 14,2% ao ano. No vértice intermediário da curva, o DI para 2030 avançou de aproximadamente 12,8% para perto de 14%. E mesmo na ponta longa, onde pesa mais a questão estrutural do que uma alta pontual de preços, o movimento foi na mesma direção, com o DI para 2036 subindo de cerca de 13,3% para algo ao redor de 14%.

Ano eleitoral costuma vir acompanhado de maior incerteza e, muitas vezes, de tentativas de suavizar preços e pressões no curto prazo. Intervenções como baratear o diesel facilitam o diálogo com setores sensíveis, mas cobram seu custo nos anos seguintes.

Ainda que a mudança da matriz energética mundial esteja em andamento, o caos gerado com os ataques ao Irã mostra que ainda vivemos numa economia altamente dependente do petróleo. Ter um país com juros baixos agora parece tão distante quanto carros a gasogênio.

A pressão sobre os combustíveis e sobre os gastos do governo, dois grandes geradores de inflação, levou a um fenômeno no mínimo estranho

ETFs ampliam alcance na Bolsa, mas negociação se concentra em poucos fundos

Fundos de índice são produto de renda variável que mais cresceu em 2025; BOVA11, SMAL11 e BOVV11 são os mais negociados em fevereiro

Júlia Galvão

SÃO PAULO Os ETFs foram o produto de renda variável que mais cresceu entre os brasileiros no ano de 2025.

Os fundos de índice negociados em Bolsa encerraram 2025 com 721,7 mil investidores —um avanço de 24% em relação ao ano anterior— e R\$ 26,9 bilhões em patrimônio, alta de 49%.

Os números, levantados pela B3 na nova análise sobre investidores pessoa física, reforçam uma tendência que vem ganhando tração no mercado brasileiro associada à busca por maior diversificação de investimentos.

No cenário mais amplo da renda variável, a Bolsa fechou o ano com 5,5 milhões de CPFs registrados nesse tipo de aplicação, crescimento de 4% em relação a 2024.

O valor aplicado por esses investidores chegou a R\$ 636,2 bilhões, alta de 20% na comparação com o ano anterior.

O ETF mais negociado em fevereiro deste ano foi o BOVA11, que replica o principal índice da Bolsa brasileira e respondeu sozinho por 53,7% de todo o volume entre os dez mais movimentados no período. Em média, o fundo movimentou cerca de R\$ 1,16 bilhão por dia.

O SMAL11, que segue o índice de small caps, aparece em segundo lugar, com 10,8% das negociações, enquanto o BOVV11, outro ETF ligado ao Ibovespa, respondeu por cerca de 5%. Juntos, os três fundos representam quase 70% do volume médio diário negociado nesse tipo de produto.

Embora possam parecer complexos, os ETFs foram criados para facilitar o acesso do investidor ao mercado. Esses fundos têm como principal característica reproduzir o desempenho de um índice de referência, como o Ibovespa, no Brasil, ou o S&P 500, nos Estados Unidos.

Na prática, isso significa que o retorno do ETF acompanha o do índice que ele segue.

Se o Ibovespa sobe 10% em determinado período, por exemplo, o fundo que replica esse indicador deve registrar o mesmo desempenho. Essa lógica também vale para ETFs que acompanham títulos de renda fixa ou índices atrelados à inflação.

Concentração

Para Felipe Paiva, diretor de racionamento com clientes e pessoa física da B3, a dominância do BOVA11 tem uma explicação estrutural.

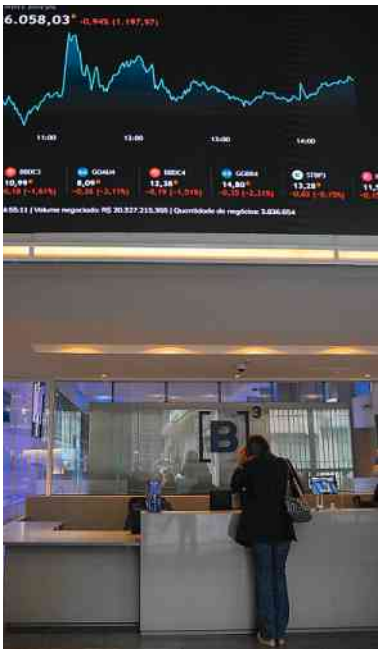
Segundo ele, o fundo é amplamente utilizado por investidores institucionais e estrangeiros em operações de arbitragem (com-

ETFs mais negociados em fevereiro de 2026

Os fundos de índice foram o produto com maior alta entre as pessoas físicas em 2025

ETF	ADTV (Volume Diário Médio)	% do Total
BOVA11	1.165,9M	53,67
SMAL11	235,2M	10,83
BOVV11	109,2M	5,03
GOLD11	65,0M	2,99
IVVB11	59,0M	2,72
HASH11	51,8M	2,38
LFTBETF..	46,5M	2,14
LFTSETF..	43,0M	1,98
BITH11	24,8M	1,14
LLFTETF..	23,0M	1,06

Fonte: B3



Sede da Bolsa de Valores na região central de São Paulo
Nelson Almeida - 7.abr.25/AFP

pra e venda simultânea de um ativo em mercados diferentes), o que tende a inflar o volume negociado sem necessariamente refletir o comportamento do investidor individual.

Segundo Paiva, o avanço de 24% no número de CPFs no último ano é atribuído ao aumento expressivo da oferta, ao papel dos assessores de investimento na recomendação desses ativos e ao maior acesso à informação.

Apesar da predominância dos fundos ligados ao índice brasileiro, o ranking também mostra sinais de diversificação.

ETFs que acompanham ativos internacionais, criptomoe-das e commodities começam a ganhar espaço, caso do HASH11, ligado ao mercado de cripto, e do GOLD11, que acompanha o ouro.

Atualmente, cerca de 180 ETFs são negociados na Bolsa. Apenas em 2025, 62 novos ETFs foram listados.

Tributação sobre lucros

Todo o lucro com a venda de co-

tas de ETF de renda variável é tributado, segundo a B3. Não há isenção do IR para vendas abaixo de R\$ 20 mil, como ocorre com ações. A alíquota é de 15% sobre o lucro apurado e de 20% para operações de day trade. O imposto deve ser quitado por meio de Darf (guia de pagamento).

Mercado acionário e FIIs

No último ano, o Ibovespa registrou 32 recordes e ultrapassou pela primeira vez a marca de 160 mil pontos. Em 2025, 4 milhões de pessoas investiram em ações no mercado à vista, com valor custodiado de R\$ 402,7 bilhões.

Outra indústria que se desenvolveu na renda variável foi a de fundos listados.

O número de investidores em FIIs (fundos de investimento imobiliário) bateu 3 milhões em 2025, crescimento de 6,4% em relação ao ano anterior.

Renda fixa e Tesouro Direto

De acordo com a B3, a classe de ativos de renda fixa registrou 105,1 milhões de brasileiros, um crescimento de 15% em relação aos 90,9 milhões de 2024.

O montante total investido aumentou, passando de R\$ 2,4 trilhões para R\$ 3,03 trilhões.

Entre os produtos, CDBs e RDBs tiveram avanço de 16% em CPFs registrados, chegando a 104,1 milhões.

O valor em custódia foi de R\$ 1,5 trilhão, 29% a mais do que no ano anterior.

Produtos de captação bancária (LCIs, LCAs e LCs) atingiram 4 milhões de CPFs e alcançaram valor custodiado de R\$ 1 trilhão.

O Tesouro Direto fechou 2025 com 3,4 milhões de investidores, alta de 13% em relação a 2024 e de 88% na comparação com 2021.

O crescimento foi expressivo fora do eixo Rio-São Paulo: nas regiões Norte e Nordeste, a base de investidores mais que dobrou nos últimos quatro anos, com avanço de 125% em ambas.

País perde 37% das agências bancárias com corte de custos e mudança de perfil

Instituições apostam em agências-conceito; pagamentos presenciais resistem à era do Pix e sindicato vê prejuízo a idosos e baixa renda

Júlia Moura

SÃO PAULO O número de agências bancárias caiu 37% em dez anos no Brasil, indo para pouco mais de 14 mil, em meio ao avanço da tecnologia para realizar transações e à decisão dos bancos de cortar custos, muitas vezes deixando uma parcela da população sem atendimento. Desde 2015, 638 municípios ficaram sem agência bancária, o que desassistiu 6,9 milhões de pessoas, segundo cálculos do Di-eese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), com base em dados do Banco Central. São 2.649

municípios sem agências, o equivalente a 48% do total, ante 36% dez anos atrás. Em termos populacionais, isso afeta 9% dos brasileiros (19,7 milhões) atualmente, ante 3,4% na década passada. O fechamento se intensificou com a pandemia e a chegada do Pix, e quase 6.000 agências tradicionais foram encerradas. Enquanto isso, bancos investiram mais no atendimento remoto de gerentes e na criação de agências-conceito, com serviços como consultoria de investimentos. “Funcionários são desligados e a população é impactada. Sabemos que a tendência é digital, mas até chegar ao ponto de todas



Imóvel onde funcionava agência na zona oeste de São Paulo Danilo Verpa - 12.fev.26/Folhapress

“**Não sei lidar muito bem com aplicativos, internet. Na agência, retiro dinheiro no caixa, pago algum boleto que não posso deixar em débito automático e faço a prova de vida**

Débora Bordoni
professora aposentada

as pessoas serem digitais, é preciso dar condições de atendimento a quem não tem afinidade”, diz Edilson Julian, presidente do Sindicato dos Bancários de Marília e Região, no interior de São Paulo. O sindicalista diz que, no início de cada mês, há filas antes da abertura das agências da região. Marília, que chegou a ter 50 unidades, hoje possui 20. A entidade cita o exemplo da rural Oscar Bressane (SP), com 2.470 habitantes, que ficou sem ponto de atendimento físico e os moradores viajam cerca de 40 km até Marília para encontrar um banco. “Os bancos estão ganhando cada vez mais dinheiro e deixando

a população desassistida. Não é como se eles estivessem em dificuldade financeira” afirma Julian. No Ceará, o fechamento está acelerado. Foram encerrados 117 locais desde 2022, aponta o Sindicato dos Bancários do estado. Só em 2025 foram 62. Para o presidente do sindicato, José Eduardo Rodrigues, há moradores que, além da falta de aptidão digital, carecem de pacote de dados de internet que dê conta das transações pelo aplicativo. “As economias locais sucumbem com a inexistência de um posto de atendimento bancário”, afirma. [Continua na pág. A20](#)

@prefeituradenovalima

Leia o QR Code e descubra Nova Lima

O futuro do seu negócio mora em Nova Lima

- 9ª melhor qualidade de vida do Brasil IPS 2025
- 4ª cidade mais segura de Minas Gerais IPS 2025 e PMMG
- 6ª cidade em sustentabilidade fiscal CLP 2025
- 5º lugar no Brasil no Índice de Ecossistemas de Impacto, nos eixos sociocultural e econômico-empresarial INDEI 2026

NOVA LIMA
prefeitura

O futuro mora aqui

novalima.mg.gov.br/invista

economia

País perde 37% das agências bancárias com corte de custos e mudança de perfil

Continuação da pág. A19

Para Tiago Couto, sócio-diretor da Peers Consulting + Technology, o fechamento de agências não é simplesmente uma redução de gastos dos bancos em tempos de juros e inadimplência em alta e competição com fintechs, cuja operação é mais rentável.

Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), as instituições estão adequando suas estruturas à nova realidade do mercado, em que os canais digitais são preferidos pelo novo perfil do consumidor. “Atualmente, praticamente todas as operações bancárias podem ser feitas de forma eletrônica”, diz a entidade.

Já nos EUA os maiores bancos seguem em expansão física, dada a falta de tração das transações digitais. Em fevereiro, o JP-Morgan Chase anunciou planos para inaugurar e reformar agências, mirando comunidades rurais e de baixa a moderada renda.

No Brasil, com o Pix, ir ao banco pode parecer obsoleto. Mas muitas transações e contratações ainda são presenciais. Em 2024, 27% dos pagamentos de contas, 14% das contratações de investimento e 5% das transações foram via canais físicos, aponta levantamento da Deloitte em parceria com a Febraban.

Célia Moura, 60, leva seu pai de 89 anos ao banco todo mês para sacar a aposentadoria. “Ele prefere gastar em dinheiro porque não tem cartão de crédito, não tem Pix, nada dessas coisas de celular, internet, computador. É só na agência física.”

Há serviços cujo volume aumentou nas agências ante o ano anterior. A contratação de crédito subiu 11%, indo a 45 milhões de operações, e a de seguros teve alta de 6%, para 55,5 milhões.

“Para muitos clientes, a possibilidade de esclarecer dúvidas, obter orientações claras e estabelecer relação mais próxima com um especialista permanece como algo essencial”, diz a Deloitte.

Também há o medo de golpes e fraudes, especialmente envolvendo altos valores, e a dificuldade com a tecnologia.

“Não sei lidar muito bem com aplicativos, internet. Na agência, retiro dinheiro, pago algum boleto que não posso deixar em débi-

to automático e faço a prova de vida da pensão que recebo”, diz Débora Bordoni, 80. A professora aposentada conta que resolve muitas pendências com sua gerente pelo WhatsApp.

Apesar disso, a maior parte das operações migra para os canais digitais. Em 2024, 75% das transações bancárias foram via celular.

Essa demanda pelo aplicativo e fuga das agências levaram os bancos a aumentar o investimento em tecnologia e acelerar o fechamento dos postos físicos. Somando aluguel, segurança, funcionários e manutenção, a maioria das agências não se paga.

“Transportar dinheiro custa uma fortuna. Tínhamos receita com conta-corrente e anuidade de cartão [de crédito], que hoje caiu. Na hora de fazer todo esse processo, você deixa de pagar a conta. Por isso que tem de afunilar no digital, não tem alternativa. E tem tecnologia para isso”, disse Marcelo Noronha, CEO do Bradesco, à Folha em fevereiro. Segundo Noronha, é difícil uma agência ser rentável em cidades abaixo de 20 mil habitantes.

“É inegável que o fechamento de agências é um dos componentes mais interessantes para a redução de custo dos bancos. Não é algo que deve desacelerar, mas é preciso ter cuidado na velocidade para não desatender”, diz Eduardo Carlier, codiretor da Azimut Brasil, gestora de patrimônio.

Para Rosângela Vieira, economista que atua no Sindicato dos Bancários de São Paulo, idosos e população periférica são mais afetados, “ao ampliar dificuldades de acesso ao crédito e potencialmente aumentar a exposição a golpes em ambientes digitais”.

Os bancos têm preferido abrir pontos especializados, para atrair a população que tem investimentos e faz negócios rentáveis.

“Mais do que gestão de custo, é uma mudança que reflete o hábito dos consumidores. Grandes bancos já estão na transformação digital há um tempo e têm agência mais como ambiente de construção de negócios e menos de transação, com pagamento de conta e saque. Fechar agência não é necessariamente a alavanca para competir com banco digital, e sim ter a jornada centra-



Bradesco Principal na Faria Lima, voltado para alta renda com atendimento de boutique de investimentos 6.nov.24/Divulgação



Espaço Itaú Uniclass na avenida Paulista, em São Paulo; serviços bancários da unidade vão até as 19h 28.nov.25/Divulgação



WorkCafé do Santander, coworking misturado com escritório de investimento para clientes e não clientes Divulgação



A unidade do .BB no Recife tem café, salas com atendimento remoto e local para eventos e palestras Divulgação

lizada no cliente”, afirma Couto.

O mercado imobiliário também é impactado, pois geralmente são imóveis comerciais grandes, de baixa demanda. Fechados por meses e até anos, podem ser alvos de vandalismo e invasões.

“São agências com mais de 1.000 metros quadrados desativadas, especialmente de bancos privados, no centro histórico. Difícilmente empresas ocupam espaços tão grandes”, diz Adriano Leocadio, secretário de Finanças e Gestão de Santos, um dos locais que mais perdeu postos em 2025, com 14 fechamentos e que tem a maior concentração de idosos entre grandes cidades. Idosos têm reclamado, afirma.

Bradesco

Muitos gerentes de agências que fecham são realocados para atender clientes de forma remota. O banco investe para transformar pontos estratégicos em unidades do Principal, para a alta renda, que paga anuidade no cartão e taxas sobre investimentos.

Santander

Dos grandes bancos, é o que tem menos presença física: 17 das agências mantidas são WorkCafé.

Há dois anos, alguns funcionários que atendem pequenas empresas foram deslocados para ir até clientes, o que gera melhores resultados e receita, diz o banco.

“Essa turma não tem mesinha e cadeirinha na agência. Essa turma tem um laptop, um iPad e fica o dia inteiro fazendo visita. Com isso, tenho o banco que sai do banco e está na rua, na casa do cliente, que tem potência muito maior”, disse o CEO Mario Leão, ao comentar o balanço do banco.

Banco do Brasil

Tem estratégia semelhante com o BB (Ponto BB). Em 2024, transformou a agência Marco Zero do Recife (PE). Com robô como recepcionista, tablets, atendentes presenciais e online, caixas eletrônicos, loja e área para eventos, o local perdeu a cara de agência. O BB é a instituição com mais agências físicas (3.955) e prepara um Ponto BB em Belém (PA).

Itaú Unibanco

Neste ano inaugurou o Espaço Uniclass, voltado a clientes do varejo, na avenida Paulista, em São Paulo. Aberto ao público em geral, há atendimento especializado e orientação financeira, espaço para eventos, loja com produtos Itaú, Stanley e Decolar e um café da Biscoitê.

“O varejo bancário passa por uma grande transformação, em que as pessoas buscam mais simplificação, autonomia digital e orientação qualificada com apoio humano para decisões complexas”, diz Beatriz Couto, diretora do Itaú Uniclass.

Caixa

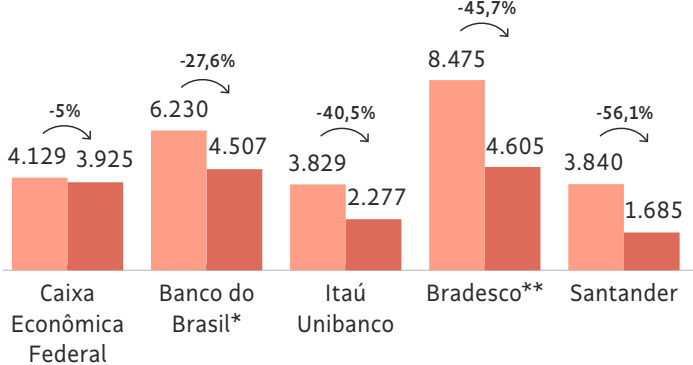
Teve a menor redução entre os grandes bancos e não fala em reduzir a presença física, em meio a programas governamentais e financiamento imobiliário.

A instituição diz investir no digital e em modelos de atendimento especializado. Para este ano, busca estruturar a Plataforma Empresas, para pessoas jurídicas.

Redução nas unidades de atendimento presencial no país

Presença de agências e postos de atendimento dos grandes bancos no Brasil tem forte queda nos últimos anos

2019 2025



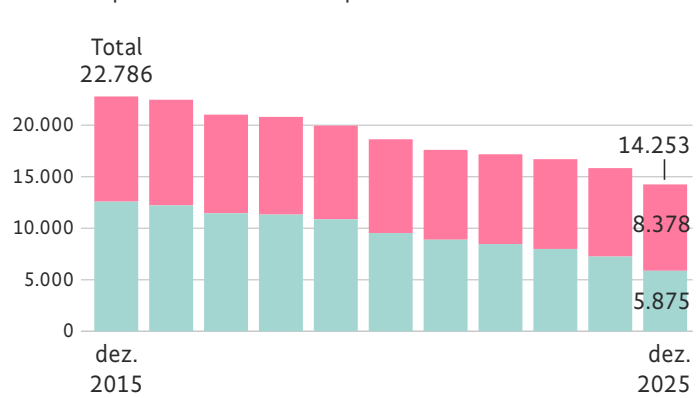
*Considerando agências tradicionais

**Incluindo unidades de negócio

Fonte: Dados do Banco Central com elaboração Dieese

Número de agências cai 37% em dez anos

Bancos privados Bancos públicos



Trem que ligará São Paulo a Sorocaba terá pré-seleção de empresas antes de leilão

Modalidade está prevista na Lei de Licitações, de 2021, mas é pouco usada no país; especialistas apontam problemas de transparência

Paulo Ricardo Martins

SÃO PAULO O projeto do trem intercidades que ligará a capital paulista a Sorocaba terá em seu processo licitatório uma etapa a mais, antes do leilão, que prevê a elaboração de estudos por empresas pré-selecionadas pelo Governo de São Paulo.

Chamada de diálogo competitivo, a modalidade está prevista na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, de 2021, mas é pouco utilizada no país.

O Governo de São Paulo lançará até o fim deste semestre um edital para seleção das empresas interessadas na concessão, diz Augusto Almudin, diretor de assuntos corporativos da CPP (Companhia Paulista de Parcerias), à *Folha*. Segundo ele, as companhias selecionadas participarão do diálogo competitivo durante 2027, num período estimado de seis a oito meses, de forma individual e sigilosa.

A SPI (Secretaria de Parcerias em Investimentos) encerrou no fim de fevereiro uma consulta pública sobre o tema. Foram recebidas mais de 230 contribuições.

A intenção do governo é que o diálogo competitivo do TIC Eixo Oeste — como é chamado o projeto de ferrovia entre Sorocaba e São Paulo — se torne um precedente e seja usado em licitações futuras, principalmente em projetos do segmento ferroviário, que exigem mais investimentos e têm grande risco de implantação e operação.

“Um projeto não tão grande de trilhos representa [um investimento] de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões. Para metrô, é quase R\$ 1,5 bilhão por quilômetro — e uma linha tem mais de 15 quilômetros no geral. Como o nível de risco é muito grande, o estado precisa tomar com mais atenção a forma de contratação desses projetos”, afirma Almudin.

O projeto do TIC Eixo Oeste trata-se de uma PPP com investimentos previstos de R\$ 11,9 bilhões. O prazo de contrato é de 30 anos.

O trajeto, de aproximadamente 100 quilômetros, deverá ser feito em 60 minutos. A demanda projetada é 50 mil passageiros por dia. De acordo com a SPI (Secretaria de Parcerias em Investimentos), atualmente, o deslocamento rodoviário tem duração de 110 minutos de carro e 130 minutos de ônibus.

Atualmente, a concessionária vencedora de determinada licitação faz os projetos básicos e executivos logo depois da assinatura do contrato. “O que estamos fazendo com o diálogo competitivo é trazer esse início da fase de



Simulação de locomotiva no projeto da futura estação Água Branca, em São Paulo, que receberá trens de Sorocaba e Campinas. TIC Trens/Divulgação

Veja traçado previsto para o TIC Sorocaba



Dados cartográficos ©2026 Google. Fonte: Secretaria de Parcerias em Investimentos

execução de projetos para antes da entrega das propostas comerciais, de forma a fazer com que o licitante dê uma proposta melhor informada”, diz Almudin.

Ainda segundo o diretor da CPP, a gestão estadual irá prever no contrato que a licitante ganhadora deverá ressarcir as outras empresas participantes, que, por sua vez, terão desembolsado recursos na elaboração dos estudos na fase de diálogo competitivo. O valor a ser ressarcido terá como base uma quantia calculada pelo governo.

Luis Guasch, professor da Universidade da Califórnia (EUA) e especialista em PPPs (parcerias público-privada), defende que o diálogo competitivo seja testado como um projeto-piloto, não como um padrão a ser seguido.

Segundo ele, essa modalidade pode ocasionar problemas em países com histórico de corrupção e baixa transparência.

“Isto é algo que me incomoda: quais critérios são usados para escolher, entre os participantes do diálogo competitivo, aquele que seguirá adiante? Não está claro para mim. Ainda hoje não vi critérios objetivos que digam: se eu dialoguei com uma, duas ou três empresas, com base em que

fundamento escolho a primeira, a segunda ou a terceira?”, diz.

“Acho que, talvez, valha a pena considerar o instrumento do diálogo competitivo, mas já vi problemas demais, abusos demais desse mecanismo, sobretudo em economias emergentes. O Brasil está no meio do caminho — particularmente São Paulo. Minha sugestão é usar como projeto-piloto, ver como as coisas se desenvolvem, quão confortável você se sente e quão boa é a solução que emerge”, completa Guasch.

De acordo com a Lei de Licitações, o diálogo competitivo é restrito a contratações que envolvam condições de inovação tecnológica ou técnica, impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado e quando há impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela administração pública.

A modalidade também é prevista caso haja necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam atender às necessidades definidas pelo ente público, como solução técnica mais adequada e estrutura jurídica ou financeira do contrato.

O filósofo dos bilionários de tecnologia

Com avanço da IA, Land passou a ser citado por nomes com Elon Musk

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

A té pouco tempo, o nome de Nick Land circulava apenas entre subcorrentes acadêmicas e políticas. No entanto, com o avanço da inteligência artificial, seu nome passou a ser citado por bilionários de tecnologia como Elon Musk. Chegou inclusive a virar assunto no programa de Tucker Carlson nos Estados Unidos, sinal de que entrou no “mainstream”.

Land é um dos principais expoentes do pensamento chamado de “aceleracionismo tecnológico”. Na sua visão, a humanidade não tem nada de especial e seu destino é ser substituída por tecnologias inteligentes. Ele enxerga o capitalismo em si como a primeira forma de “inteligência artificial”. Ao avançar, toma decisões para perpetuar a si próprio, sem apego nenhum ao ser humano, suas tradições e instituições. Tudo é consumível no seu movimento prometeico.

Land não chegou nessas ideias em uma linha reta. Ao contrário. Sua carreira intelectual começou na Unidade de Pesquisa de Cultura Cibernética (CCRU)

da universidade de Warwick, cofundada por ele em 1995. Lá, era conhecido por fazer performances misturadas com trabalho acadêmico. Em uma, ele rolava no chão enquanto grunhia no microfone ao som de música eletrônica.

O que deixava colegas indignados, que olhavam para aquilo torcendo o nariz enquanto abandonavam a sala dizendo “alguns de nós ainda somos marxistas”. E vale lembrar que o CCRU foi também o berço de Mark Fisher, o K-Punk, pensador muito diferente de Land e que já chamei aqui na coluna de “um dos mais potentes para entender o mundo contemporâneo”.

No seu período em Warwick, as ideias de Land eram o oposto das de hoje. Ele postulava que a principal forma de agência humana era justamente a oposição ao capitalismo.

O problema filosófico que ele sempre atacou foi o da centralidade do ser humano. Na sua visão, a existência da morte mostra que somos limitados e não temos nada de especial.

Seu pensamento, no entanto, mudou radicalmente. Ele teve uma crise nervosa no início dos anos 2000 (creditada por alguns de seus estudantes ao uso de anfetaminas) e se retirou da vida pública por mais de uma década.

Quando retornou, havia mudado sua perspectiva a partir de uma releitura de Deleuze e Guattari. Ele pegou o modo como a dupla descreve o funcionamento do capitalismo de forma crítica e se livrou da crítica. Colocou o capitalismo como a forma mais importante de “inteligência”, que seria mais uma prova da sua tese de que a humanidade não é central.

Para Land, o capitalismo (ainda mais agora com a inteligência artificial) não precisará mais do trabalho humano. Será capaz de produzir e avançar sozinho, tornando os humanos finalmente supérfluos. Essa é sua ideia de aceleracionismo.

O que acho disso tudo? Estou na companhia do filósofo Yuk Hui. Ele certa vez me disse que estamos diante da inversão presente na parábola do “Grande Inquisidor” de Dostoiévski nos Irmãos Karamazov, em que a salvação passa a vir daquilo que só o diabo pode oferecer. Se você não a leu, leia. Se já leu, releia.

READER

Já era Solucionismo tecnológico

Já é Ceticismo tecnológico

Já vem Aceleracionismo tecnológico?

Irã e Estados Unidos elevam ameaças antes do primeiro tira-teima da guerra

Ultimato de Trump vence nesta segunda-feira e promete agitar mercado; secretário americano sugere ação terrestre em ilha, e teocracia fala em retaliar até contra bancos

Igor Gielow

SÃO PAULO O primeiro tira-teima da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã acontece nesta segunda-feira (23), quando vence o ultimato dado por Donald Trump para a reabertura do estreito de Hormuz pela teocracia. Ambos os lados só fizeram subir o tom até aqui, o que promete garantir mais um dia de nervosismo no mercado global. Neste domingo (22), diversas autoridades iranianas foram a público para reiterar e ampliar as ameaças retaliatórias caso o americano cumpra a promessa de bombardear centrais energéticas do país persa, na provável hipótese de ele não liberar a via marítima de um quinto do petróleo e do gás natural liquefeito do mundo. O prazo dado por Trump no sábado (21) acaba às 20h13 (horário de Brasília) desta segunda-feira.

O presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, escreveu no X que “ameaças e terror só reforçam a unidade” de seu país. “O estreito de Hormuz está aberto para todos, exceto para quem viola nosso solo. Nós confrontamos ameaças delirantes com firmeza no campo de batalha”, publicou. O poderoso presidente do Parlamento, Mohammad Ghalibaf, foi à mesma rede dizer que, se houver o ataque, “infraestruturas críticas, de energia e instalações de petróleo na região serão consideradas alvos legítimos e destruídas de uma forma irreversível”. O preço da commodity, então, “vai ficar alto por um longo tempo”. Depois, ainda ameaçou instituições bancárias que negociam títulos do Tesouro americano “enopados com sangue iraniano”. Aqui a empolgação de Ghalibaf parece ter sido exagerada: o terceiro maior detentor desses títulos

no mundo é sua aliada China, com cerca de US\$ 700 bilhões em “treasuries” em seu poder. A Guarda Revolucionária disse que o estreito será fechado em caso de ataque ao sistema energético, e que todas as empresas com ações americanas no golfo Pérsico serão alvejadas. Um porta-voz militar não identificado falou até em agir contra usinas de dessalinização de água, essenciais para os desérticos países da região. Essas são ameaças mais tangíveis, dada a vulnerabilidade dessas nações a drones e mísseis de curto alcance iranianos. Teerã tem permitido a passagem de algumas embarcações por uma rota que passa por suas águas territoriais, o que aumenta a suspeita de que o curso principal por onde passavam os navios, com 3 km de largura em cada faixa, possa estar minado. Mas, na prática, o comércio está paralisado.

+
Teerã afirma ter atingido caça após ultimato
 A Força Aérea do Irã afirmou ter atingido um caça americano F-15E sobre a ilha de Hormuz neste domingo (22), horas depois de Donald Trump dar um ultimato à teocracia para reabrir o estreito homônimo. De acordo com os militares, o avião foi alvejado, e seu destino é incerto. O Comando Central das Forças Armadas dos EUA, responsável pela área de operações, negou ter perdido qualquer aeronave.

O ultimato de Trump é o primeiro do tipo no conflito iniciado há três semanas. Usualmente, como ocorreu nas negociações para tentar fazer a paz entre Rússia e Ucrânia ao longo de 2025, sua palavra não pode ser levada a sério. Mas ele nunca riscou uma linha no chão com suas forças em ação. Questionado se o desafio não contrastava com a digressão feita em rede social pelo presidente americano na sexta-feira (20), quando escreveu que poderia desacelerar os ataques porque considerava a guerra ganha, o secretário Scott Bessent (Tesouro) fez um malabarismo retórico. “Às vezes você precisa escalar para desescalar”, disse neste domingo à rede NBC. Na sequência, sugeriu que pode haver a especulada ação terrestre contra a ilha de Kharg, centro de exportação de 90% do petróleo do Irã. “Vamos ver o que acontece lá”, disse. Há cerca de 5.000 fuzileiros navais se dirigindo para o Oriente Médio em dois grupos expedicionários, e especialistas creem que um quinto deles daria conta de tomar Kharg. O desafio viria depois: junto à costa iraniana, a ilha ficaria exposta a bombardeios. Bessent também defendeu uma das medidas mais polêmicas da guerra, a de autorizar a venda de petróleo iraniano sob sanção para tentar aliviar a crise no preço do barril, que chegou a quase US\$ 120 na semana passada. Ante a ironia de custear o adversário, ele disse que é algo temporário. O gás natural disparou ainda mais na semana passada, quando Israel atacou a porção do Irã do maior campo da commodity no mundo, e Teerã retaliou destruindo quase 20% da capacidade de processamento do Qatar, líder de mercado. Apesar da retórica iraniana de que Hormuz está aberto a neutros, como Índia, e amigos, como a China, o perigo continua em alta. Neste domingo, um petroleiro foi atingido perto da costa dos Emirados Árabes Unidos e pegou fogo. Enquanto o ultimato do presidente americano não expira, a violência seguiu seu curso no domingo. Israel e EUA mantiveram seus bombardeios, enquanto o Irã continuou lançando mísseis e drones contra o Estado judeu e países aliados de Washington.



Pessoas participam de um protesto contra os Estados Unidos e Israel em Teerã Majid Asgaripour - 22.mar.26/Wana/Reuters

Israel destrói principal ponte no sul do Líbano e intensifica demolições de casas no país vizinho

TEL AVIV E BEIRUTE | REUTERS E AFP Israel ampliou a ofensiva militar no sul do Líbano neste domingo (22) ao atacar a principal ponte que liga a região ao restante do país. A explosão da passagem ocorreu após Tel Aviv ordenar que as Forças Armadas destruíssem todas as travessias sobre o rio Litani, no território libanês, e intensificassem a demolição de casas próximas à fronteira. A destruição de pontes e residências marca uma escalada significativa da campanha militar de Israel no Líbano, que foi arrastado para a guerra em 2 de março, quando o grupo armado Hezbollah, aliado de Teerã, lançou ata-

ques contra o Estado judeu. A ofensiva deste domingo destruiu uma travessia na rodovia costeira do Líbano, que passava por áreas agrícolas e era uma das principais rotas que ligavam o sul ao centro do país. Um porta-voz militar israelense havia anunciado mais cedo neste domingo que o Exército atacaria a ponte. Moradores da região tiveram de fugir às pressas. Lama al-Fares, que vive próximo ao local atingido, disse que, ao receber o aviso sobre o ataque, sua família colocou no carro tudo o que pôde e aguardou o bombardeio a cerca de um quilômetro dali. “Nossa casa fica bem ao lado da

ponte. Ela foi destruída na última guerra e reconstruímos uma estrutura básica para viver. Espero que ainda esteja de pé”, disse ela à agência de notícias Reuters. Mais cedo, um israelense foi morto dentro de seu carro perto da fronteira após um ataque que teria sido feito do território libanês. Segundo Tel Aviv, foi a primeira morte de um civil israelense relacionada a ataques do Hezbollah. Dois soldados israelenses também foram mortos. Os ataques de Israel ao Líbano já mataram mais de 1.000 pessoas, incluindo quase 120 crianças, 80 mulheres e 40 profissionais de saúde, segundo o Ministério da Saú-

+
Presidente libanês condena bombardeio
 O presidente do Líbano, Joseph Aoun, condenou o bombardeio e escreveu que os ataques contra a infraestrutura constituem “o prelúdio de uma invasão terrestre”. O rio Litani marca o limite da zona-tampão em que o Hezbollah não deveria acessar segundo o cessar-fogo de 2024. Com operações terrestres em curso, a expectativa é que Tel Aviv volte a ocupar a região, como já fez de 1982 a 2000.

de libanês. As autoridades do país não fazem distinção entre civis e combatentes nesses números. Israel Katz, o ministro da Defesa israelense, afirmou neste domingo que os militares receberam ordens para destruir todas as pontes sobre o rio Litani a fim de impedir que combatentes do Hezbollah e armas se desloquem para o sul. O Exército israelense já havia destruído três pontes no sul do Líbano nos últimos dez dias. Katz também disse que os militares foram instruídos a acelerar a demolição de casas libanesas em “vilarejos da linha de frente”. Ele descreveu a abordagem como semelhante ao modelo usado em Beit Hanoun e em Rafah, na Faixa de Gaza, onde o Exército criou zonas de segurança ao demolir edifícios próximos à fronteira.

mundo



Trump concede entrevista a jornalistas na Casa Branca, em Washington Mandel Ngan - 20.fev.26/AFP

Donald Trump ataca a imprensa enquanto multiplica entrevistas sobre conflito

Jornais enfrentam ameaça, veto e ironias de presidente e secretários, que reforçam tese de que veículos estariam torcendo contra os EUA

Guilherme Botacini
e Isabella Menon

BRASÍLIA E WASHINGTON Há um certo paradoxo na relação de Donald Trump com a imprensa, alvo constante de ataques do presidente dos Estados Unidos, mas também o meio ao qual ele recorre em momentos de estresse político. A guerra no Irã tem intensificado esse processo, com escalada de ataques e um ritmo frenético de entrevistas concedidas pelo republicano.

Ao mesmo tempo em que ameaça não renovar licenças públicas de emissoras com cobertura crítica do governo e que ofende repórteres mais incisivos, Trump já concedeu ao menos 25 entrevistas a veículos americanos e de países aliados em 20 dias de guerra —sem contar entrevistas coleti-

vas e interações com repórteres a bordo do avião presidencial.

Grande parte dessas entrevistas são telefonemas com poucos minutos de duração em que os jornalistas atendidos têm pouco tempo para contrapor afirmações do presidente e apontar inconsistências da comunicação da Casa Branca sobre a guerra.

Após a primeira semana do conflito, por exemplo, o correspondente da rede ABC em Washington, Jonathan Karl, escreveu em publicação nas redes sociais que Trump havia atendido três ligações suas desde o início da guerra.

Só no dia 1º de março, dia seguinte ao início do conflito, Trump falou por telefone com profissionais da revista The Atlantic, do jornal The New York Times, da rede MS Now e da publicação britânica Daily Mail —os três pri-

meiros reconhecidamente críticos do governo do republicano.

Em todas essas entrevistas, Trump estipulou uma previsão de quatro semanas para o fim da guerra e discutiu novas lideranças para o Irã, que, segundo ele, queria fazer um acordo; o conflito, no entanto, entrou em sua terceira semana sem fim à vista e com Mojtaba Khamenei, filho do líder supremo anterior, na liderança do país persa.

Apesar disso, o americano critica a imprensa e diz que os jornais são responsáveis por notícias falsas em relação ao conflito. “Nossas empresas de comunicação, que não têm credibilidade, estão publicando informações que sabem que são falsas”, disse o presidente, no último dia 14, a bordo do Air Force One.

Em post na rede Truth Social,

+ Maioria da população desaprova gestão

Antes do início da guerra, o Pentágono já havia exigido que jornalistas cobrindo a pasta assinassem termo se comprometendo a pedir autorização ao governo para publicar reportagens, o que foi rejeitado por grandes veículos.

Apesar das tentativas de usar a guerra como distração, Trump não conta com a popularidade a seu favor. Pesquisas recentes mostram que ele enfrenta a maior desaprovação desde o início do mandato, com 58% de avaliação negativa, segundo o Ipsos/Reuters.

Já 55% da população desaprovam os bombardeios no Irã, de acordo com a pesquisa da Reuters divulgada na semana passada.

ele escreveu que reportagens críticas de jornais americanos são o oposto da realidade. “São pessoas doentes e com demência, que não têm a menor noção do dano que causam para os EUA.”

“O que me chama a atenção é que em meio a todo esse barulho, não vi um momento em que Trump forneceu uma justificativa ponderada ou convincente para o porquê ele está fazendo o que está fazendo. Não há uma mensagem consistente”, disse Allison Prash, professora da Universidade de Wisconsin-Madison, especialista em retórica presidencial e comunicação política.

A falta de uma mensagem consistente, assim como o aumento de ataques à imprensa, estende-se para o restante da gestão republicana, em particular das autoridades diretamente envolvidas com o conflito.

Pete Hegseth, o chefe do Pentágono, disse na última quinta-feira (19) que não há um calendário definido para o conflito e voltou a criticar a imprensa. “A imprensa precisa falar a verdade. Nós estamos vencendo”, afirmou ele, antes de pedir que os americanos “orem de joelhos” pelas tropas —ao menos 13 militares morreram desde o início da guerra.

Hegseth também criticou a rede CNN, chamando a cobertura do conflito de ridícula e dizendo não ver a hora de a emissora ser controlada por David Ellison, aliado de Trump e CEO da Paramount, que comprou a Warner, dona da CNN.

Durante o conflito no Oriente Médio, o Pentágono escalou a retórica contra a imprensa proibindo a entrada de fotojornalistas em ao menos duas entrevistas sob o argumento de que eles haviam publicado imagens consideradas desfavoráveis do secretário Hegseth.

“Um dos aspectos mais marcantes da retórica de Trump sobre a guerra, em comparação com outros presidentes, é o seu desrespeito pelos sacrifícios daqueles que estão em perigo e daqueles em casa afetados pela guerra”, disse Ann Burnette, professora de comunicação da Universidade do Estado do Texas.

“Outros presidentes americanos têm sido cuidadosos ao argumentar que esses sacrifícios são trágicos, mas necessários e significativos. Trump não trata isso com a mesma seriedade”, afirmou a especialista.

Republicano confirma que enviará agentes do ICE para aeroportos

Manoella Smith

SÃO PAULO O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, confirmou que enviará agentes do ICE, a polícia de imigração americana, para aeroportos do país nesta segunda-feira (23). A decisão foi anunciada durante um bloqueio de repasses à Agência de Segurança de Transportes (TSA, na sigla em inglês), que vem resultando em falta de pessoal.

“Nesta segunda-feira, o ICE irá aos aeroportos para ajudar nossos maravilhosos agentes da TSA que continuam trabalhando”, es-

creveu o republicano em publicação na plataforma Truth Social neste domingo (22).

Trump havia ameaçado no sábado mobilizar agentes federais caso os democratas no Congresso não concordassem em financiar a segurança aeroportuária. Desde 14 de fevereiro, a oposição se recusa a liberar verbas para o Departamento de Segurança Interna (DHS, na sigla em inglês), órgão ao qual a TSA está subordinada, exigindo novas restrições à aplicação das leis de imigração.

As negociações com os republicanos estão travadas, e a paralisação parcial do financiamento

entrou em sua quinta semana.

Enquanto o impasse persiste, o Departamento de Segurança continua com o que chama de “missões essenciais”, embora muitos de seus funcionários, como os agentes da TSA, estejam sem receber salário. A falta de financiamento teve poucas implicações para o ICE porque os republicanos aprovaram bilhões de dólares para a agência em seu projeto de lei tributária.

Agentes de triagem e outros funcionários da TSA têm faltado ao trabalho nas últimas semanas,

+ Impasse entre congressistas impede avanço

Os democratas defendem sua própria proposta para financiar o departamento, excluindo do projeto o ICE (Serviço de Imigração e Controle de Alfândega), o CBP (Alfândega e Proteção de Fronteiras) e o gabinete do DHS. Republicanos rejeitam a ideia.

provocando aumento nos tempos de inspeção em alguns aeroportos, que têm se estendido por horas. A ausência também tem levado a interrupções de viagens em grandes aeroportos.

Republicanos tentaram pressionar os democratas a ceder e a concordar em financiar o órgão sem novas restrições aos agentes que executam a campanha de deportação de Trump. Eles argumentaram que a guerra no Oriente Médio tornava ainda mais importante financiar as agências de segurança, incluindo a TSA e o Serviço Secreto.



O socialista Emmanuel Grégoire, candidato à Prefeitura de Paris; projeções indicam sua vitória Abdul Saboor/Reuters

Esquerda francesa bate ultradireita em cidades-chave de eleição, diz projeção

Socialistas devem manter Paris e Marselha; conservadores avançam em municípios menores, a um ano da disputa presidencial

Laiz Menezes

SÃO PAULO A esquerda francesa deverá manter as Prefeituras de Paris e de Marselha, as duas maiores cidades do país, derrotando candidatos conservadores, segundo projeções de boca de urna divulgadas neste domingo (22). No primeiro turno, o partido de ultradireita de Marine Le Pen havia terminado em posição forte nessas duas cidades.

O resultado é visto como termômetro para a eleição presidencial que acontecerá em 2027 e na qual o presidente Emmanuel Macron não pode concorrer.

Em Paris, o socialista Emmanuel Grégoire, 48, liderava com 53,1% dos votos, à frente da ex-ministra conservadora Rachida Dati, que contava com apoio da ultradireita, segundo estimativa da Ipsos BVA Cesi. Se confirmado, Grégoire será o terceiro prefeito socialista consecutivo da capital desde 2001, sucedendo Anne Hidalgo.

Grégoire era vice de Hidalgo desde 2014. A prefeita, desgastada após mais de uma década no poder, decidiu não concorrer a um terceiro mandato e chegou a se afastar do candidato na campanha.

Dati, por sua vez, enfrentou a eleição sob investigação por suspeita de corrupção —ela nega as acusações de ter recebido propina de empresas do setor de combustíveis fósseis quando era deputada no Parlamento Europeu.

Em Marselha, as projeções apontam para a reeleição do prefeito em exercício, Benoît Payan, da esquerda moderada, sobre o deputado ultradireitista Franck Allisio. A vitória teria sido facilitada pela retirada do candidato da esquerda radical do partido LFI (A França Insubmissa) do segundo turno, para evitar uma vitória da ultradireita.

No primeiro turno, realizado em 15 de março, o partido de ultradireita RN (Reunião Nacional), de Le Pen, terminou em segundo lugar em Marselha, a apenas alguns pontos percentuais atrás do atual prefeito, e na primeira posição em Toulon. O partido também teve bom desempenho em cidades como Nice e Perpignan, onde busca expandir sua influência para além de sua base tradicional no norte industrial do país.

Em Lyon, que completa o trio de maiores cidades da França, os resultados oficiais já foram

divulgados. O prefeito ecologista Grégory Doucet foi reeleito com 50,6% dos votos, derrotando Jean-Michel Aulas, apoiado pela direita. Aulas, que afirmou ter constatado “inúmeras irregularidades” durante a votação, anunciou que recorrerá à Justiça.

A participação final ficou em torno de 57%, repetindo o índice do primeiro turno —a segunda maior abstenção da história das municipais, atrás só do pleito de 2020, realizado na pandemia.

A campanha foi marcada por forte tensão entre os partidos, num contexto de crise política desde as eleições legislativas antecipadas de 2024, que deixaram três blocos, esquerda, centro-direita e ultradireita, sem maioria.

No campo da centro-direita, o ex-premiê Édouard Philippe deverá se reeleger em Le Havre, no noroeste francês, consolidando sua candidatura à disputa presidencial de 2027. Ele enfrentou rivais de esquerda e da ultradireita.

A LFI deve conquistar Roubaix, mas fracassaria na tentativa de tomar cidades como Toulouse e Limoges, mesmo com apoio de socialistas e ecologistas.

Marine Le Pen celebrou a conquista de “dezenas de localidades” pelo seu partido, mas as projeções apontam para derrotas nos principais objetivos traçados: Marselha, Toulon e Nîmes. Seu aliado Éric Ciotti deverá vencer em Nice.

Para o líder do Partido Socialista, Olivier Faure, os resultados confirmaram que a “provocação desmedida” é um “beco sem saída”, e convocou a esquerda à unidade antes da disputa presidencial de 2027, na qual o ultradireitista Jordan Bardella lidera as pesquisas de intenção de voto.

As eleições municipais são vistas como ensaio para a presidencial de 2027. Le Pen não poderá concorrer, condenada por desviar fundos do Parlamento Europeu para o caixa de seu partido. Com AFP e Reuters

O erro de separar lutas

Na África do Sul, ativista mostra como a fragmentação enfraquece a democracia

Bianca Santana

Doutora em ciência da informação, mestra em educação e jornalista. Autora de “Quando me Descobri Negra”

A ativista Phumi Mtetwa começou a se organizar politicamente aos 13 anos. Era meados dos anos 1980, quando a África do Sul vivia um dos momentos mais intensos da luta contra o apartheid. Boicotes de aluguel e enfrentamentos diretos com o regime eram planejados em sua casa, enquanto a mãe trabalhava em uma fábrica de telefones.

Quando o risco parecia muito alto, planejavam saídas clandestinas do país. Algumas colegas nunca voltaram. “Era um tempo em que não importava se você ia morrer”, disse Phumi.

Dois anos depois da transição democrática formalizada com as eleições de 1994, a África do Sul aprovou uma Constituição que se tornou referência global. Foi o primeiro país do mundo a proibir explicitamente a discriminação por orientação sexual.

Phumi, perto dos 20 anos, havia articulado uma coalizão que reuniu organizações LGBTQIA+, advogados e movimentos sociais para garantir a permanência da chamada “Equality Clause” (Cláusula de Igualdade) no texto final. “No começo éramos poucas pessoas”, disse. “Mas construímos alianças fortes, parecíamos muitas.” A estratégia era jurídica, mas, principalmente, de disputar o sentido da nova democracia.

Para Phumi, um dos principais erros das agendas progressistas é fragmentar as lutas, tratando racismo, gênero, sexualidade e desigualdade econômica como campos separados

O país se tornou símbolo de uma transição política negociada e de avanços institucionais visíveis, como a presença de mulheres no Parlamento e um arcabouço robusto de direitos. Ainda assim, manteve níveis extremos de desigualdade social e racial, mesmo 30 anos depois do fim do apartheid.

“Temos recursos”, disse Phumi. “Mas quem deveria garantir melhores condições de vida está roubando.” A crítica à corrupção vem acompanhada pela reprovação da adoção de políticas econômicas de austeridade e maior alinhamento com agendas neoliberais.

A crise do HIV expôs ao limite o Estado, especialmente durante o governo de Thabo Mbeki, marcado pelo negacionismo em relação ao vírus. Foi nesse momento, no ano 2000, que Phumi se mudou para o Equador. O que começou como uma investigação sobre processos constitucionais semelhantes acabou se transformando em oito anos de imersão nas lutas latino-americanas.

“Foi outra educação política”, disse. Participou de articulações no Fórum Social Mundial, nas mobilizações contra a Alca e em redes como a Marcha Mundial de Mulheres e a Via Campesina. Em diálogo com movimentos indígenas andinos, passou a pensar direitos não apenas como garantias individuais, mas como construção coletiva.

A Conferência de Durban, em 2001, foi outro marco para ela. Disputas em torno de reparações históricas, da questão palestina e da inclusão da orientação sexual nos documentos oficiais revelaram os limites da política internacional. “A orientação sexual foi colocada em disputa com as reparações”, disse. “Como se eu pudesse dividir quem eu sou.”

Para Phumi, um dos principais erros das agendas progressistas é fragmentar as lutas, tratando racismo, gênero, sexualidade e desigualdade econômica como campos separados. Diante da frustração com as promessas não cumpridas da democracia pós-apartheid, a aposta de Phumi é na reconstrução da ação coletiva, capaz de articular diferentes agendas sem hierarquizá-las.

De volta à África do Sul, hoje ela é uma das diretoras da Jass, Just Associates, organização voltada à educação popular feminista e à construção de alianças globais.

DOM. Sylvia Colombo SEG. Bianca Santana

TER. Mundo Leu QUA. Rui Tavares QUI. Lúcia Guimarães

SEX. Laura Greenhalgh SÁB. Igor Patrick

SP tem média de 70 casos por dia de violência doméstica associada a álcool

Estudo analisa impacto da bebida no estado e sugere políticas integradas de redução do uso e de proteção das mulheres; casos estão concentrados nos finais de semana

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Levantamento inédito feito com base em registros da Polícia Civil identificou que nos anos de 2023 e 2024 houve um total de 50.805 ocorrências de violência doméstica envolvendo consumo de álcool no estado de São Paulo. Foram 2.100 casos por mês, média de 70 por dia.

A análise, feita pelo Instituto Sou da Paz e pela ACT Promoção da Saúde com base em dados obtidos via Lei de Acesso à Informação, reforça um tema bem documentado na saúde pública: o uso de álcool aumenta as chances de agressões e está ligado à maior gravidade desses casos.

A proposta do estudo é contribuir com evidências para o debate nacional sobre maior tributação de bebidas alcoólicas, tema que consta da reforma tributária, e para a necessidade de políticas públicas integradas de redução do uso nocivo do álcool e de proteção das mulheres em situação de violência.

Do total de ocorrências analisadas com indicação de uso de álcool, 55,4% foram classificadas no boletim de ocorrência como violência doméstica propriamente dita, seguidas por casos de lesão corporal (43,1%). Registros de estupro ou estupro de vulnerável somaram 0,9%, feminicídios e outros representaram 0,5% e 0,1% dos registros, respectivamente.

Analisando em separado os registros de feminicídio no período, 467, os pesquisadores encontraram em 35% deles (163) associação com uso de álcool.

Segundo o pesquisador Bruno Langeani, consultor sênior do Sou da Paz, o efeito do álcool atua em múltiplas frentes. “Ele impacta especialmente o comportamento do autor, mas também pode interferir na capacidade de defesa da vítima e na avaliação de risco, sempre no sentido de agravamento da violência.”

O estudo não avaliou a associação do álcool com outros crimes, mas pesquisa da USP de 2018, que analisou por meio de autópsias vítimas de mortes violentas em São Paulo, como homicídios e acidentes de trânsito, concluiu que 55% delas estavam sob efeito de álcool ou outras drogas.

Os números da nova análise reforçam um padrão persistente já bem documentado em casos de violência doméstica: eles estão concentrados nos fins de semana, à noite, dentro de casa e, em sua maioria, são praticados por homens contra mulheres.

A base pesquisada reuniu 109.668 pessoas. Das vítimas, 93% são mulheres; dos agressores, 95% são homens. A maior parte dos casos envolve parceiros íntimos. A faixa etária mais frequente entre vítimas e autores vai de 27 a 44 anos. Entre as víti-



Ato na av. Paulista no Dia Internacional da Mulher, no dia 8 deste mês Bruno Santos/Folhapress

mas, 2,4% são menores de idade.

A análise dos boletins indica que, na maioria dos casos, é o agressor quem estava sob efeito de álcool. Termos como “embriagado” e “bêbado” aparecem com maior frequência no masculino.

“Esse alto percentual de vítimas mulheres evidencia o caráter de gênero da violência”, diz a pesquisadora Laura Cury, coordenadora do Projeto Álcool da ACT Promoção da Saúde. “E não afeta só mulheres. Crianças, idosos e outros familiares também acabam expostos a esse ambiente.”

Sábado e domingo reúnem 42,4% dos casos. A segunda-feira aparece com 12,6%.

O período noturno (das 18h às 24h) responde por 35,9% dos registros, seguido pela madrugada (15%) e somando mais da metade das ocorrências.

Para especialistas, o dado expõe uma fragilidade estrutural da rede de proteção. Delegacias de Defesa da Mulher com atendimento 24 horas ainda são minoria no estado, o que dificulta o acesso das vítimas nos momentos de maior risco. “Se os casos se concentram à noite e aos fins de semana, o poder público precisa garantir atendimento nesses períodos”, diz Langeani.

A residência é o cenário predominante: 75,1% das ocorrências foram dentro de casa. “Isso reforça como a violência doméstica ainda é invisibilizada e acontece em ambientes privados, longe do olhar público”, afirma Laura.

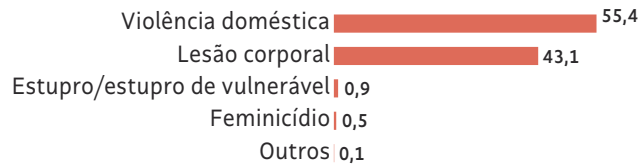


A gente não está dizendo que o álcool causa a violência. A responsabilidade é do agressor, mas ele funciona como um facilitador

Laura Cury
pesquisadora

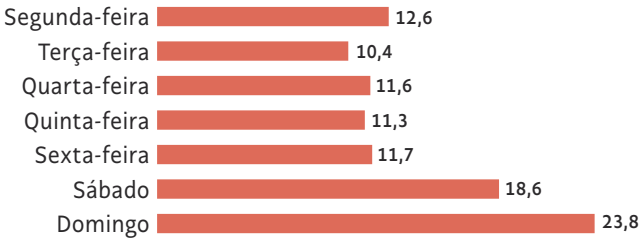
Distribuição dos casos de violência com uso de álcool

Do total de 50.805 ocorrências entre 2023 e 2024, em %



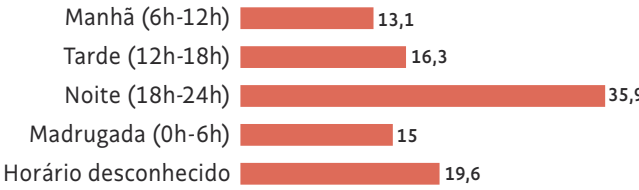
Concentração da violência doméstica com uso de álcool por dia da semana

Em %



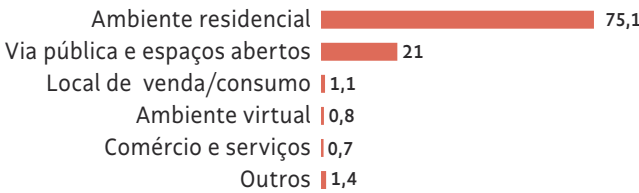
Faixa de horário

Em %



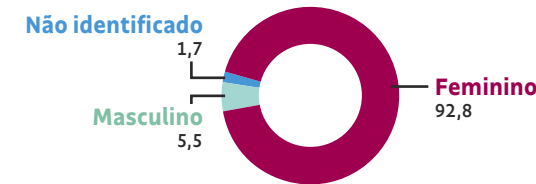
Tipo de local

Em %



Distribuição das vítimas de violência doméstica

Por gênero, em %



Fonte: Análise do Instituto Eu sou da Paz e da ACT Promoção da Saúde

Espaços públicos respondem por 21% dos casos, e locais com venda ou consumo de álcool representam 1%. Para Langeani, a regulação desses pontos é um elemento central da prevenção. “Mesmo a violência doméstica é impactada pela disponibilidade e pelo preço do álcool. Se há restrição de horário de venda, por exemplo, isso pode reduzir o consumo abusivo e, consequentemente, o risco de violência.”

No início dos anos 2000, ao menos 14 municípios da Grande São Paulo apostaram na criação de limitações a bares como forma de controlar certos crimes. Os resultados mostraram que a medida reduziu o número de homicídios, agressões e acidentes de trânsito quando bem aplicada.

O exemplo de maior sucesso foi o de Diadema. Implantada em 2002, a “lei seca” limitava o funcionamento de bares até as 23h. No primeiro ano de vigência da norma, a cidade que ocupava o posto de mais violenta do país caiu para a 13ª posição no ranking.

Mas, em 2020, houve flexibilização da lei e a prefeitura passou a autorizar que bares, restaurantes e lanchonetes funcionassem após as 23h, desde que adotassem regras de segurança, como câmeras de monitoramento.

Para os pesquisadores, os resultados mostram que a relação entre álcool e violência doméstica precisa ser incorporada de forma mais explícita às políticas públicas preventivas.

Outra análise feita pela médica Fátima Marinho, pesquisadora da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), a partir de dados do Ministério da Saúde, mostra que o uso de álcool pelo agressor aumenta em quatro vezes o risco de morte em comparação com os casos de violência sem uso da substância.

Para ela, o poder público deve agir em diferentes frentes, como restringindo publicidade e oferta de bebidas alcoólicas, ampliando no SUS (Sistema Único de Saúde) a identificação precoce e tratamento do uso abusivo e fortalecendo a integração entre assistência social, segurança pública e saúde. “O álcool não explica sozinho o feminicídio, mas pode agravar conflitos, intensificar agressões e acelerar desfechos letais.”

Por essa razão, Laura defende que o álcool deva ser tratado como um fator de risco prevenível no âmbito de uma política ampla de proteção às mulheres. “A gente não está dizendo que o álcool causa a violência. A responsabilidade é do agressor e há fatores estruturais como o machismo. Mas ele funciona como um facilitador, que agrava situações e pode ser regulado.”

Além das medidas defendidas por Marinho, a pesquisadora acrescenta o aumento de impostos sobre bebidas alcoólicas. “Se o preço sobe, o consumo tende a cair. Essa é uma das medidas mais eficazes e está em discussão no Brasil com a reforma tributária.”

Ela também aponta lacunas na regulação da publicidade de bebidas. “A legislação atual é da década de 1990 e não contempla, por exemplo, o marketing digital nem o peso da cerveja no mercado.”

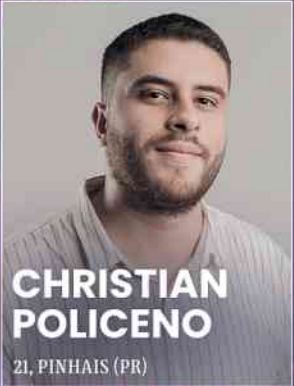
70ª

TURMA DO PROGRAMA
DE TREINAMENTO EM
JORNALISMO DIÁRIO

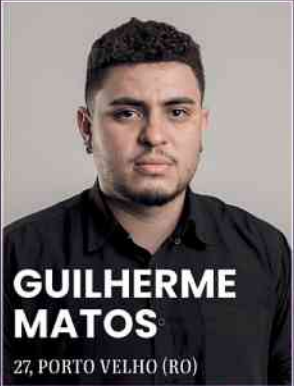
CONHEÇA OS
PARTICIPANTES:



ALANA MORZELLI
20, CURITIBA (PR)



CHRISTIAN POLICENO
21, PINHAIS (PR)



GUILHERME MATOS
27, PORTO VELHO (RO)



GUILHERME WEFFORT
29, ITABUNA (BA)



ÍCARO NOVAIS
27, SÃO PAULO (SP)



JOÃO GABRIEL SERPA
35, SÃO PAULO (SP)



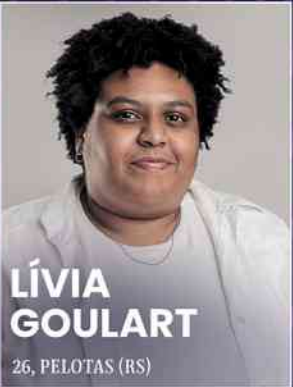
JOÃO PEDRO ADANIA
26, CAMPO GRANDE (MS)



JÔNATAS FUENTES
22, SÃO PAULO (SP)



JUNIOR ARAUJO
22, LARANJEIRAS DO SUL (PR)



LÍVIA GOULART
26, PELOTAS (RS)



MARIA CLARA MATOS
26, SALVADOR (BA)



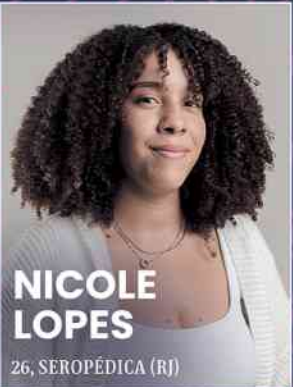
MARIA CLARA PRUDÊNCIO
24, MACAPÁ (AP)



MARIANA GRASSO
22, SANTO ANDRÉ (SP)



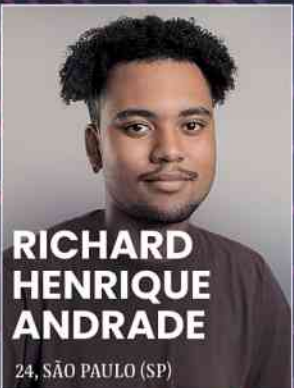
NATHÁLIA MOREIRA
22, SANTOS (SP)



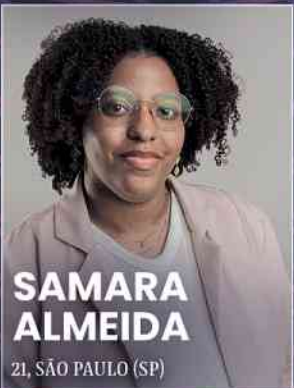
NICOLE LOPES
26, SEROPÉDICA (RJ)



RAQUEL ATHAIDE
23, SÃO PAULO (SP)



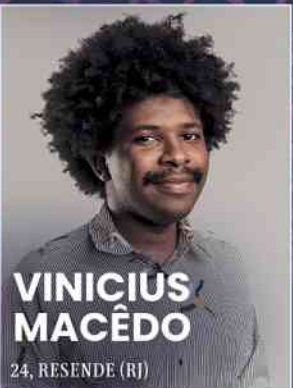
RICHARD HENRIQUE ANDRADE
24, SÃO PAULO (SP)



SAMARA ALMEIDA
21, SÃO PAULO (SP)



SILVIA MIGUEL
56, NOVO HORIZONTE (SP)



VINICIUS MACÊDO
24, RESENDE (RJ)



SAIBA MAIS EM [FOLHA.COM/TREINAMENTO](https://folha.com.br/treinamento)

APOIO:

FEBRABAN

FEDERAÇÃO
BRASILEIRA
DE BANCOS



CNA
SENAR



PHILIP MORRIS
BRASIL

REALIZAÇÃO:

FOLHA DE S.PAULO

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

IVANIRA DOS SANTOS DA SILVA (1942 - 2026)

Matriarca da aldeia Sagi Jacu foi símbolo de resistência

Lutou toda a vida pelo direito à terra do povo potiguara em Baía Formosa (RN)

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) Há muitos anos, o povo potiguara do Rio Grande do Norte luta pela demarcação de suas terras. Mas, com o passar do tempo, a área ao redor da aldeia Sagi Jacu, em Baía Formosa, começou a sofrer com a especulação imobiliária e o agronegócio. Por isso, Ivanira dos Santos da Silva, nascida e criada no território indígena, esteve à frente de muitas batalhas e virou símbolo de resistência.

Entre o final da década de 1970 e os anos 1980, presenciou momentos difíceis. Quando um fazendeiro tomou áreas na região, os indígenas passaram a ser ameaçados. Na memória ficaram imagens de parentes puxados pela estrada amarrados em cavalos pelas mãos. Foi necessária força para retomar as terras.

E a luta nunca parou. Já com mais de 70 anos, em 2017, a matriarca da aldeia foi com um grupo bloquear o acesso ao aeroporto de Natal. Com faixas e pneus, o protesto era contra o fechamento da unidade da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) no estado. Ivanira levou a família, dos adultos até as crianças.

“Foi símbolo de uma matriarca que estava na frente de uma retomada. Ela levou uma bala de borracha nas costas que ficou [alojada] para a vida toda”, diz a cacica Eva Claudino, 48, sua filha.

Nos últimos anos, era a conselheira da comunidade. Compartilhava saberes sobre costumes de seu povo que guardava desde pequena. Tinha aprendizados do trabalho na agricultura com seus pais e os seis irmãos. Sabia os segredos de plantar e fazer beiju, além de pisar pilão para ter farinha de mandioca e cuscuz.

Casou-se muito nova, aos 13 anos. Zé Marreca era vizinho de uma tia que morava na Paraíba, onde ela passou alguns anos. Voltou para casa já no final da adolescência, acompanhada do então marido.

Tiveram 11 filhos, mas dois morreram bebês. “Era tudo muito difícil. Mulher carregava água na cabeça e ralava mandioca o dia todo na casa de farinha. Era muito peso e muito sofrimento, tinham as crianças no meio disso e nem todas sobreviveram”, diz a filha.

Parteira, ajudou muitas crianças a nascer. Também foi benzedeira e curandeira para seu povo, ofício herdado do pai, João dos Santos da Silva, reza-dor que morreu aos 115 anos.

Ano passado, descobriu um câncer na boca. Médicos avaliaram que já tinha a doença havia mais de duas décadas. Morreu no dia 25 de janeiro, aos 83 anos.

Deixa nove filhos, Verônica, 63, Vânia, 60, Antônio, 58, Mônica, 54, Betânica, 51, Eva, 48, Ana, 46, Djalma, 44, e Silva, 37. Também ficam 46 netos e 20 bisnetos.

“Mesmo passando para a ancestralidade e estando com os nossos antepassados, a minha mãe deixou o seu legado para os filhos darem continuidade”, afirma Eva.



Arquivo pessoal

Projeto acolhe detentas sem família em dia de ‘saidinha’ no interior de São Paulo

Muitas saem de uniforme, sem dinheiro e sem ninguém esperando na saída; Instituto Humanitas360 oferece café, roupas e R\$ 40



Presas deixam a Penitenciária Feminina 2 de Tremembé durante saída temporária Rafaela Araújo/Folhapress

Mariana Zylberkan e Rafaela Araújo

TREMEMBÉ (SP) Debaixo de uma árvore, no canteiro da rodovia que dá acesso à Penitenciária Feminina 2 de Tremembé, no interior de São Paulo, que serve como ponto de encontro informal de familiares de presas em dia de saída temporária, a empreendedora social Flávia Maria da Silva, 47, acolhia antigas companheiras de pena, na terça-feira (17), na primeira “saidinha” do ano.

Muitas não têm ninguém à espera delas e, vestidas com o uniforme prisional e sem dinheiro, torna-se quase impossível conseguir transporte até a casa de familiares, muitas vezes, distante da penitenciária que fica a 156 quilômetros da capital.

Livre há três anos, Flávia acolhe as detentas na saída da mesma penitenciária em que cumpriu pena por seis anos por tráfico de drogas. “A gente fica anos em uma escuridão, sente que não serve para mais nada. Nessa hora que você vê quem te ama”, diz. “É um momento surreal. Você se pergunta ‘eu estou viva? Esse sol existe?’”

Ela lembra de suas saídas temporárias para listar as dificuldades que hoje tenta amenizar como voluntária de um projeto do Instituto Humanitas360, que oferece apoio a presas neste momento. “Muitas saem com o uniforme, que é um estigma. A fome também é grande porque a última refeição do dia na cadeia é o jantar, às 16h”, diz ela enquanto encaminha as detentas para uma tenda montada pelo instituto Humanitas360 a poucos metros da penitenciária. Para amenizar essas dificuldades, o projeto “Portas Verdes: Saidinha” existe desde 2024.

Todas elas atravessam as grades carregando sacolas com pertences que não puderam entrar no presídio —roupas, sapatos, produtos de limpeza e até uma televisão nova dentro da caixa. Algumas, escolhidas pela direção do presídio, usam tornozeleiras eletrônicas.

Ao cruzar o portão da penitenciária, Silvia, 39, sabia que não encontraria ninguém a sua espera. “Só tenho a minha mãe e ela não tem condições de vir”, diz ela, que cumpre pena há quatro anos por tráfico de drogas. “Conheci o crack e acabei roubando para sustentar o vício. O que eu mais quero agora é ver e cuidar da minha mãe”, continuou antes de pegar a ajuda de custo de R\$ 40 do projeto para seguir até a casa da família em Cunha.

Ela e as demais presas citadas na reportagem pediram para não terem seus nomes completos divulgados por temerem represálias.

A estrutura montada pelo instituto oferece café da manhã, kits de higiene e lanches, além de roupas doadas e ajuda de custo para o transporte.

“Passei anos sem lavar o cabelo com xampu. Eu ficava ali na fila, com fome, de uniforme e segurando uma sacola pesada pensando se alguém tinha ido me buscar”, lembra Flávia.

“Só quem passa por isso sabe como é encontrar esse apoio”, diz Dione, 33, que cumpre pena há nove anos e saiu do presídio sozinha na última terça.

O período de sete dias fora da prisão é um benefício previsto pela Lei de Execuções Penais desde 1984 e cedido a detentos que tenham cumprido um sexto da pena e com bom comportamento. Mudança recente na legislação,

porém, restringiu a “saidinha”, antes abrangente a visitas familiares durante datas comemorativas, apenas para cursar supletivo profissionalizante, ensino médio ou superior.

A nova norma vale para penas cumpridas a partir de abril de 2024, quando a lei foi sancionada pelo presidente Lula (PT), já que a regra não retroage. Os detentos que já podiam receber o benefício antes da mudança na legislação mantêm esse direito e poderão continuar saindo nas datas estabelecidas.

Um estudo do Instituto Humanitas360 prevê que as saídas temporárias serão extintas a partir de 2034.

Em São Paulo, o Tribunal de Justiça definiu 20 dias de “saidinhas” por ano, que ocorrem de três em três meses, não necessariamente durante feriados, com exceção do final do ano.

Apesar da ajuda do instituto, que oferece também consultoria jurídica para verificar a situação dos processos, a maioria das detentas prefere embarcar em um ônibus fretado estacionado em frente à tenda com destino às rodoviárias de Tremembé e da Barra Funda, na capital paulista.

Prestes a embarcar, Tamires, 26, fez chamada de vídeo com o sobrinho em um celular emprestado e avisa que está a caminho de casa em Bananal. “Você vai dormir todos os dias com a tia, né”, repetia para a criança. “A sensação de ter oportunidade de sair e ver a família de novo é um turbilhão de sentimentos”, diz ela, que cumpre pena há oito anos.

Ela explica que saiu de casa aos 13 anos devido a um cotidiano de desavenças com a mãe e se envolveu com o crime para sobreviver.

Justiça condena 2 homens pela morte de Vitor Medrado na capital paulista em 2025

Ciclista de 46 anos esperava aluna perto do Parque do Povo, no Itaim Bibi, zona oeste, quando foi atacado; ainda cabe recurso da decisão

SÃO PAULO A 30ª Vara Criminal de São Paulo condenou, na última sexta-feira (20), dois homens denunciados pela morte do ciclista Vitor Medrado, 46. O crime ocorreu na manhã de 13 de fevereiro de 2025 perto do Parque do Povo, no Itaim Bibi, zona oeste paulistana. Cabe recurso da decisão.

Medrado foi baleado antes de entender o que acontecia. Uma câmera de segurança mostrou que a abordagem de Jeferson de Souza Jesus e Erik Benedito Veríssimo, que estavam em uma motocicleta, durou poucos segundos.

O juiz Marcus Alexandre Manhães Bastos disse que o crime, praticado com crueldade e por motivo fútil para facilitar ação criminosa, revela elevada reprovabilidade e justifica rigor na pena.

“O vídeo revela contexto em que, provavelmente, sequer anunciaram assalto. É muito rápido o movimento de aproximação e a queda do acusado, que, aparentemente, sequer levanta os olhos do celular para mirá-los. Sua cabeça permanece abaixada. Eles se aproximaram e simplesmente efetuaram o disparo para em seguida, sem nenhum risco de oposição ou resistência, pegar seu celular”, observou.

Segundo a sentença, um dos réus foi condenado a 28 anos de prisão. O outro recebeu pena de 22 anos, 2 meses e 20 dias por confessar o crime. Ambos já estão presos e cumprirão pena em regime inicial fechado.

Eles também foram condenados a pagar R\$ 200 mil cada um à viúva da vítima, por danos morais.

O juiz destacou que os acusados demonstraram personalidade dissociada dos valores mínimos de convivência, evidenciada pelo desrespeito à vida da vítima e ao sofrimento dos familiares.

“Poucas vezes vi tamanha incapacidade de sentir respeito à vida humana como neste caso, em que aos acusados pouco importava a morte de alguém”, escreveu, acrescentando que a subtração



Sequência do assalto ao ciclista Vitor Medrado, 46, no Itaim Bibi, em 13 de fevereiro de 2025 Câmera de Monitoramento/Reprodução

do celular extrapola o prejuízo material, por implicar violação da intimidade e perda de lembranças de uma vida.

A denúncia do Ministério Público à Justiça apontou que Jeferson e Erik se uniram com a finalidade de praticar roubo na região de Pinheiros, que fica próxima do Itaim Bibi, e saíram juntos em uma moto Yamaha Fazer 250 azul.

Ao passarem pelo local, diz a Promotoria, os dois viram Medrado na beira da calçada da Parque do Povo manuseando o celular.

“Imediatamente retornaram na contramão e foram em direção à vítima. Aproximaram-se e Erik [que estava na garupa] desembarcou da motocicleta conduzida por Jeferson e empunhando arma de fogo calibre .38, engatilhada, com o dedo no gatilho, anunciou o assalto apontando a arma em direção à vítima”, de acordo com a denúncia.

Medrado esperava uma aluna

para o treino. Com a cabeça baixa de olho na tela do celular, em cima da bicicleta, ele não percebeu a chegada dos assaltantes.

“Concomitante, e antes de qualquer reação da vítima, Erik efetuou disparo de arma de fogo em direção ao pescoço da vítima, que tombou no chão, derubando o aparelho celular que trazia em mãos. Erik, então, pegou o aparelho do chão, montou na garupa da motocicleta e partiram em fuga”, disse o MP.

Ele foi socorrido ainda na calçada por um médico que também treinava no parque e fez as manobras de reanimação até a chegada dos paramédicos. Foi levado ao Hospital das Clínicas, mas não resistiu ao ferimento e morreu.

Medrado disputava provas de ciclismo de velocidade e começou a pedalar em campeonatos de mountain bike em Minas Gerais, antes de vir à capital paulista e abrir uma assessoria de ciclismo.

Ministério Público é consistente.

“Desde o início a denúncia narra que o Jairo mata o menino. Ele espanca, agride violentamente e, por conta disso, as lesões causam a morte. E que a Monique se omite de proteger o filho. Essa narrativa vem sendo sustentada por tudo o que aparece no processo”, argumenta Vieira.

As defesas contestam essa versão e afirmam que o julgamento deve trazer novos elementos.

Aléxia Sousa

Fui caçar pessoas que caçam cogumelos

Meu novo romance me levou atrás desses seres efêmeros e fotogênicos

Giovana Madalosso

Escritora, roteirista e uma das idealizadoras do movimento Um Grande Dia para as Escritoras

Costumo fazer pesquisa para escrever meus romances. E minhas pesquisas já me levaram para diversos lugares: uma aldeia indígena na Amazônia acreana, uma fazenda de bichos-da-seda no norte do Paraná, um ponto de prostituição perto de um Jockey Clube, uma cerimônia de dervixes na Turquia, a boleia de um caminhão em São Bernardo.

Semana passada, meu novo romance me levou a uma caçada de cogumelos. Nunca imaginei que havia tantos interessados em laçar esses seres peculiares, nem animais, nem plantas; e tão pouco conhecidos —nem 10% das espécies foram identificadas pela ciência.

Ao chegar ao local, me deparei com cerca de 50 pessoas, animadíssimas, umas trajando roupas estampadas com cogus, outras carregando cestas nas mãos. Depois de uma breve explicação, dada por nosso guia, saímos trilha acima.

Não demorou para que uma criança, cheia de apetite, fizesse a primeira descoberta: uns funguinhos gelatinosos à altura de seu olhar, logo foram aprovados pelo guia para degustação. “Tem gosto de água”, o menino disse, um tanto decepcionado, passando um teco da orelha marrom para outros provarem.

Muitos estavam mais interessados em fotografar. Como o guia nos disse, fungos são “fotogênicos e efêmeros”. Só naquele momento me lembrei de que as chapeletas são apenas a parte externa dos organismos, que aparecem no período de reprodução. Ou seja, o que vemos é uma espécie de espetáculo de curta duração. E que espetáculo.

Encontramos um indivíduo vermelho, com um chapeuzinho minúsculo e corpo da espessura de um alfinete. Um amarelo, colhido com o alerta de que não deveria ser provado, pois era venenoso. E um redondo, que mais parecia pudim de chocolate, e soltava uma nuvem de esporos quando estimulado com gotas de água.

Mais à frente, havia um minúsculo grupo de guarda-chuvas alaranjados. Tive a impressão de vê-los se abrindo, como se manuseados por seres ainda mais minúsculos, que se preparavam para sair debaixo deles na chuva. E olha que tive essa impressão sem ter comido antes o famoso cubensis, aquele que dá barato e que, infelizmente, não brotava por lá, já que depende da matéria orgânica da bosta das vacas, inexistentes ali, para brotar.

Ainda assim, viajei em um tronco coberto por orelhas de pau, de todos os tamanhos e idades, e o mais surpreendente: todas pertencentes a um único indivíduo, oculto dentro da árvore. Eu, que já não ando ouvindo tão bem quanto antes, desejei ser como aquele fungo, um ser de dezenas de orelhas sazonais, sempre ganhando novas e mais viçosas à medida que as outras envelhecem.

No tronco ao lado, vi brotar uma amizade. Dois sujeitos se inclinaram na direção de manchas rosadas. Sou louco por líquens, um desabafou. Não mais do que eu, o outro disse, lhe oferecendo uma lupa, por onde os dois miraram, extasiados.

Ao fim do passeio, alguém me perguntou quantos cogumelos eu cacei. Nenhum, respondi exibindo as mãos vazias, e só então percebendo que nem sequer tinha tentado achar alguma coisa. Eu tinha ido é caçar as pessoas que caçam cogumelos, e as sensações e histórias que germinam a partir do encontro de tão distintas espécies.

DOM. Antonio Prata SEG. Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli QUA. Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sérgio Rodrigues SEX. Tati Bernardi
SÁB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho

Santuário de elefantes questiona padrão de cativeiros em zoos do Brasil

Precisamos reanalisar modelo centenário, diz fundador da entidade; associação nacional afirma que instituições revisam práticas

Gabriel Gama

CHAPADA DOS GUIMARÃES (MT) Scott Blais, 53, começou a trabalhar em um safári no Canadá aos 13 anos e diz ter encontrado uma realidade sombria de maus-tratos aos animais logo no início da carreira. Desde 2016, o americano é a mente por trás do SEB (Santuário de Elefantes Brasil), em Mato Grosso, que movimenta a discussão sobre cativeiros. “Precisamos reanalisar o modelo dos zoológicos que tem sido apoiado por centenas de anos. Sim, há um fator de educação e conservação, mas a que custo?”, afirma o fundador do SEB, na Chapada dos Guimarães. “Não estamos aqui para tentar destruir qualquer coisa, e sim para dar uma alternativa.”

Primeiro estabelecimento do tipo na América do Sul, o santuário enfrentou o escrutínio das autoridades em 2025, com as mortes das elefantas-africanas Kenya e Pupy. A Folha esteve na instituição no fim de fevereiro.

Bambi, Guillermina, Mara, Maia e Rana, as cinco fêmeas da espécie asiática que moram no lugar, tiveram passagem por circos ou zoológicos. Segundo Blais, o passado em confinamento causou problemas nas patas e outras condições de saúde que permanecem.

Ele diz que a instituição não é capaz de resolver os danos causados por anos de negligência, mas que promove aumento significativo no bem-estar. “Temos que dar a elas a melhor vida que pudermos pelo maior tempo que pudermos. A sociedade comprometeu tremendamente a vida delas.”

Marina Schweizer, 34, coordenadora do setor de pesquisas do SEB, afirma que muitos zoológicos no Brasil têm receio da categoria e não entendem como o santuário funciona.

“Os elefantes evoluíram para forragear [procurar alimento], cooperar, ter relações com outras espécies, receber chuva. Quando um zoo ou em outra instituição busca proteger o animal de todas as adversidades, acaba gerando uma vida sem estímulo,” diz a bióloga. “Aqui, a percepção é diferente: existe uma filosofia de respeito aos animais, seguindo a biologia deles.”

No SEB, as cinco fêmeas têm 279,7 mil metros quadrados à disposição, cerca de 55,9 mil m² por indivíduo. Norma de 2015 do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) determina área mínima de 1.500 m² para dois animais, e os estados podem estabelecer regras diferentes.

Blais diz que a maioria dos cativeiros de elefantes oferece uma área equivalente, em termos humanos, ao tamanho de um quarto e um banheiro. “Isso não é diferente de colocar uma pessoa em confinamento”, compara.

O Ibama diz que “a exigência de 1.500 m² é o mínimo legal, mas instalações maiores são recomendadas e frequentemente exigidas em projetos mais recentes ou licenciamentos estaduais”.

A Azab (Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil) diz que grande parte das instituições brasileiras segue o padrão exigido pelo órgão federal e argumenta que o bem-estar dos animais vai além da área disponível.

“Não conseguimos avaliar que todos os elefantes que vivem em zoológicos estariam melhor no santuário ou que todos estariam bem nos zoológicos. Isso tem que ser analisado com calma, conforme a história e a condição de vida de cada um”, diz Claudia Igayara, da diretoria da associação.

Para ela, expor os animais ajuda a educar a população. “Quando uma pessoa vai ao zoológico e vê o elefante, muda alguma coisa e passa a olhar a fauna, o ambiente e o planeta de forma diferente”, afirma.

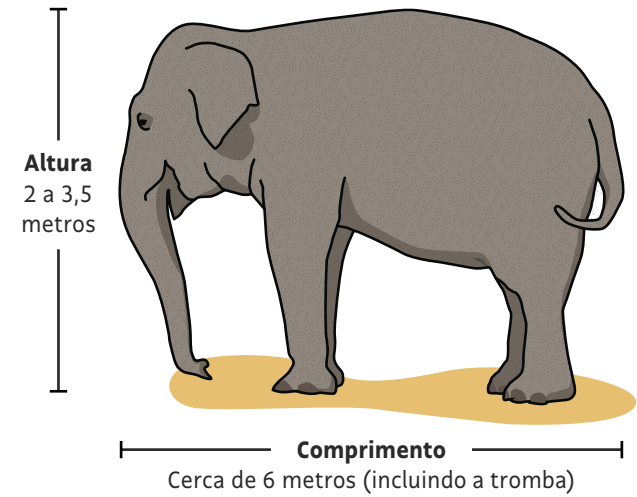
Blais se opõe à ideia de que a sociedade se beneficia com a exibição pública dos elefantes. “Será que temos a justificativa de comprometer a vida de um indivíduo em nome da educação de uma criança? O que estamos aprendendo com esses indivíduos em cativeiro?”, questiona.

“Eu quase posso garantir que uma criança sabe mais sobre dinossauros do que sobre elefan-



Área destinada a elefantes em santuário na Chapada dos Guimarães (MT) Rubens Cavallari/Folhapress

Elefante asiático *Elephas maximus*



Peso
3 a 5 toneladas

Em perigo de extinção

Distribuição geográfica



Fontes: IUCN e WWF

tes. E quando foi a última vez que você viu um dinossauro em um zoológico?”

Ele afirma que a valorização dos instintos naturais é a principal característica que define um santuário. “Supostamente, vamos ao zoológico para aprender o que é um elefante, mas aquele não é um elefante. Nada do que se vê em cativeiro corresponde à natureza dos elefantes.”

Segundo a Azab, nove paquidermes vivem em oito zoos no país, em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais e Distrito Federal. Só quatro receberam certificação de bem-estar animal da associação.

Mara Marques, presidente da Azab, diz que a entidade prepara um novo protocolo de manejo para elefantes, que inclui nutrição, saúde e ambiente. “Temos instituições com bons padrões e instituições que estão revendo e aprimorando todos os seus padrões.”

Uma é o Zoológico de São Paulo, que planeja expandir o habitat da elefanta asiática Hangun, de 54 anos, resgatada de um circo. Desde 2012, o animal vive em um recinto de 1.500 m² com chão de terra batida e um tanque pequeno.

A previsão é de que o novo lar de Hangun tenha 8.628 m², terreno com camadas profundas de areia, hidroterapia, lago e espaço sombreado com ar-condicionado. O projeto foi desenhado após mudanças no comando do zoológico, que está sob concessão à iniciativa privada e contratou o consultor Gerry Creighton para liderar a reforma, que deve ser concluída em 2027.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/>.

PROCESSO: 6018.2026/0002908-9 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 20/2026-SMS.G

Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE MEIA ELÁSTICA DE COMPRESSÃO 30-40 MMHG, ¾, SEM PONTEIRA - TAMANHO G.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 8h, do dia 26 de março de 2026, a cargo da 8ª CPL/SMS.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

AVISO
CONSULTA PÚBLICA Nº SPI-004/2026

A Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, do Governo do Estado de São Paulo, comunica que realizará **Consulta Pública** para tornar público e colher sugestões e contribuições destinadas ao aprimoramento do Projeto de **Concessão de Uso do Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães e da Vila Olímpica Mário Covas**.

Os documentos relevantes do Projeto para a concessão, bem como as orientações sobre as formas de participação na consulta pública, estarão disponíveis a partir do dia 23 de março de 2026 no site da SPI (<https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/sec-parcerias-investimentos/projetos/projetos-qualificados/conjunto-desportivo-constancio-vaz-guimaraes>) e no **data room** do projeto. O acesso ao **data room** será concedido mediante solicitação enviada ao e-mail: **concessaocvg@sp.gov.br**, contendo as seguintes informações: nome completo, e-mail, CPF, instituição, telefone e cidade do(a) solicitante. O prazo para envio de contribuições permanecerá aberto até o dia 24 de abril de 2026.

RAFAEL BENINI
Secretário de Parcerias em Investimentos

Maioria vê país despreparado para nova pandemia, mostra Datafolha

Mais de 80% das pessoas com mais de 16 anos avaliam que Brasil está pouco ou nada pronto e quase metade delas afirma temer possíveis crises sanitárias

Cláudia Collucci

SÃO PAULO A maioria dos brasileiros avalia que o país não aprendeu o suficiente com a pandemia de Covid-19 e segue despreparado para enfrentar uma nova crise sanitária, mostra pesquisa Datafolha encomendada pelo Instituto Todos pela Saúde, entidade sem fins lucrativos que atua na área da epidemiologia.

O levantamento revela que 53% consideram que o Brasil não está preparado para uma futura epidemia ou pandemia. Outros 28% veem o país pouco preparado. Apenas 18% dizem que há organização para lidar com uma nova emergência, e 1% não sabe.

A pesquisa, feita com 2.002 pessoas com mais de 16 anos em todo o país, nos dias 10 e 11 de novembro de 2025, revela um cenário de desconfiança generalizada e sensação persistente de vulnerabilidade. A margem de erro é de dois pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

Para especialistas, os dados indicam que a experiência recente da Covid, que resultou em mais de 700 mil mortes no Brasil, ainda não se traduziu em percepção de avanço institucional ou capacidade de resposta.

Segundo o médico Gerson Penna, diretor-presidente do Todos pela Saúde, o problema é mais profundo e antigo: o Brasil segue sem instrumentos institucionais e legais adequados para lidar com futuras pandemias. “Essa



Corpo de vítima da Covid é enterrado em cemitério em São Paulo Lalo de Almeida - 28.mai.20/Folhapress

história não é de hoje. O Brasil está atrasado”, afirma.

Ele diz que o mundo avançou nas últimas décadas na criação de centros especializados em saúde pública, enquanto o país ficou para trás. “Até 2000, existiam 54 instituições desse tipo. Entre 2000 e 2020, foram criadas 39. E, de 2020 para cá, mais 29. O mundo está se preparando, e a gente não.”

Deisy Ventura, professora titular da Faculdade de Saúde Pública da USP, diz que o tema deveria estar no centro da agenda política desde o início do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“Isso deveria ter sido prioridade

desde o primeiro ano”, afirma.

Para ela, o país falhou em fazer uma avaliação consistente da resposta à pandemia de Covid, deixando de aprender com erros e acertos. “Não houve um balanço sério sobre as cadeias de decisão, os impactos da crise ou a governança da pandemia. Nem sequer construímos uma base jurídica a partir da experiência.”

A pesquisa aponta que o sentimento predominante entre os brasileiros é de preocupação com novas crises sanitárias. Quase metade (49%) declara alto nível de apreensão ante o risco de novas epidemias ou pandemias, e 36% manifestam nível médio.

“

Até 2000, existiam 54 instituições [de prevenção e combate institucional a emergências sanitárias]. Entre 2000 e 2020, foram criadas 39. E, de 2020 para cá, mais 29. O mundo está se preparando, e a gente não

Gerson Penna
diretor-presidente do
Todos pela Saúde

53%

dos entrevistados veem o país despreparado para uma futura epidemia ou pandemia

49%

disseram ter alto nível de apreensão ante o risco de novas epidemias ou pandemias

58%

dos entrevistados disseram se informar com médicos e profissionais de saúde durante emergências sanitárias

A insegurança também aparece quando os entrevistados comparam a experiência recente com o futuro. Para 46%, a sensação é de que estariam menos seguros em uma nova pandemia do que estiveram durante a Covid.

Para o médico José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde e pesquisador da Fiocruz, a preocupação dos brasileiros dialoga com as do meio científico. “Há uma certeza de que haverá uma nova pandemia. Só não sabemos quando.”

Segundo Ventura, conflitos armados, reemergência de doenças e avanço do negacionismo científico são elementos que ampliam os riscos. “Os intervalos entre pandemias estão ficando mais curtos. Não há mudança no modo de vida global que indique o contrário”, afirma.

Na opinião de Penna, o aumento da percepção de risco não é necessariamente negativo. “O mundo hoje é interligado. Um agente infeccioso pode se espalhar globalmente em poucos dias. As pessoas estão tomando consciência. Isso pode ajudar a pressionar por mudanças estruturais.”

Em meio à insegurança, há um ponto de consenso —9 em cada 10 brasileiros dizem que se sentiriam mais seguros se o país tivesse um centro de controle de doenças, uma estrutura permanente, técnica e com autonomia operacional, dedicada à resposta a emergências sanitárias.

Penna, que já foi secretário de vigilância em saúde do Ministério da Saúde, participou da elaboração de uma proposta nesse sentido. “A gente foi buscar inspiração em vários países da Europa, África, Austrália para construir algo adaptado ao SUS. É uma instituição que assessora o governo com base científica nas fases de preparação, resposta e resiliência”, explica.

Mas a criação do centro, diz, só será efetiva se vier acompanhada de uma mudança mais ampla: a aprovação de uma lei nacional de enfrentamento a emergências sanitárias. Ele lembra que, durante a Covid, o país precisou aprovar uma legislação emergencial, que perdeu validade com o fim da crise. “A gente fica sem base jurídica assim que a emergência acaba. Isso não pode acontecer.”

Segundo Penna, um projeto nesse sentido já está pronto na Casa Civil e deve ser encaminhado ao Congresso.

Para Ventura, a saída passa por uma política estruturada, baseada em evidências científicas, com definição clara de responsabilidades e mecanismos de proteção social. E que estabeleça regras sobre governança, vacinação, comunicação e responsabilização. “Sem isso, vamos repetir os mesmos erros, independentemente de quem esteja no governo.”

De acordo com a pesquisa, em meio à multiplicidade de fontes de informação, médicos e profissionais de saúde são os mais confiáveis para a população: 58% dizem recorrer a esses especialistas durante emergências sanitárias. Na sequência aparecem a OMS (Organização Mundial da Saúde), com 41%, e o Ministério da Saúde e outras instâncias governamentais (40%).

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

ligue 11 3224-4000 whatsapp 11 9 9646-9069

classificados@grupofolha.com.br

EMPREGOS

A OSS/SPDM - HOSPITAL DAS CLÍNICAS LUZIA DE PINHO MELO
Seleciona
Pessoas com Deficiência para vagas de
✓ Telefonista, ✓ Auxiliar de Farmácia, entre outros.
✓ Recepcionista,
✓ Auxiliar de Governança,
Os interessados devem se cadastrar no site www.gupy.io ou através da leitura do QRCode.

COMUNICADOS
ABANDONO DE EMPREGO
Soliditamos o comparecimento do Sr. (a) JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS Portadora da CTPS 3365906 SÉRIE 3800 - SP no prazo de 03 dias. O seu Não comparecimento caracteriza ABANDONO DE EMPREGO. CONFORME ART 482 CLT. EMPRESA LIMPADORA MONTEIRO LTDA

LEILÕES
LEILÃO 25/03 ÀS 19:00HS
Online: Sérgio Altit, Leiloeiro
JUCESP 440 (11)3721-9676

DIVERSOS
PARA ANUNCIAR NOS
CLASSIFICADOS FOLHA

LIGUE AGORA
11/3224-4000

A OSS – Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo, recruta currículos de médicos nas seguintes especializadas:
MÉDICO ESPECIALISTA EM NEUROLOGIA INFANTIL;
MÉDICO PSIQUIATRA; MÉDICO ESPECIALISTA EM CIRURGIA VASCULAR; MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO
para Atendimento Ambulatorial e Procedimentos Cirúrgicos inclusive Reconstrução Mamária; **MÉDICO UROLOGISTA;** Médico Neurocirurgião para execução de cirurgias, visitas em Pronto Socorro e atendimento Ambulatorial; Médico Ortopedista e Coordenador na Especialidade; Médico plantonista em Cirurgia Geral para atendimento no Pronto Socorro, Ambulatório e execução de procedimentos; Médico plantonista em Clínica Médica no Pronto Socorro e Enfermaria; Médico Emergencista para atendimento em Urgência e Emergência e Retaguarda da Emergência. Médico plantonista em Pediatria Clínica no Pronto Socorro Infantil; Médico plantonista em Pediatria Clínica para Enfermaria Pediátrica e Médico especialista em Colangiopancreatografia retrógrada endoscópica – CPRE; Médico especialista em Hemoterapia para Coordenação da Agência Transfusional; Médico especialista em Hematologia para Atendimento Ambulatorial, de Interconsultas e Efetividade de Punções, Médico Infectologista para Atendimento Ambulatorial e Médico especialista em Hematologia para gerenciamento da Agência Transfusional. Os interessados devem encaminhar currículo via e-mail para: contratos@hclpm.spdm.org.br e selecao@hclpm.spdm.org.br.

NEGÓCIOS

ACOMPANHANTES
ANA FURACÃO
Av Jabaquara, 2604 metrô S. Judas A/C e PIX seg.sáb. F: (11) 2362-8122.

PARA ANUNCIAR NOS
CLASSIFICADOS FOLHA

LIGUE AGORA
11/3224-4000

Vende-se jazigo
Cemitério de Congonhas, quadra 40/266, com 3 gavetas. Localizado em área privilegiada (parte alta). Valor de R\$ 15 mil (quinze mil) Aceito proposta.
Tratar com Marlene (11) 99913-9364

ABANDONO DE EMPREGO
Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, informamos o Sr. Jose Mateus Santos do Rosario, portador da CTPS: 075379 serie: 35556 -SP, que está caracterizado rescindido seu contrato de trabalho por abandono de emprego por não justificar as faltas consecutivas desde 20/02/2026 nos termos do art. 482 letra i da CLT.
São Paulo, 23 de Março de 2026
Gestão de Serviços Administrativos Destak



O italiano Marco Bezzecchi (à frente) durante a corrida; ele venceu a prova Adriano Machado/Reuters

Bom público marca volta da MotoGP ao país, mas asfalto expõe falhas em Goiânia

Desgaste da pista fez organização reduzir número de voltas da corrida, que foi vencida pelo italiano Marco Bezzecchi

Luciano Trindade

GOIÂNIA A MotoGP encerrou neste domingo (22) sua primeira etapa no Brasil após mais de duas décadas afastada do país, com vitória do italiano Marco Bezzecchi, seguido pelo espanhol Jorge Martín, em segundo, e pelo também italiano Fabio Di Giannantonio, que completou o pódio, em Goiânia, diante de público de 148.384 pessoas ao longo do fim de sema-

na —60.873 no dia da corrida. O brasileiro Diogo Moreira terminou em 13º.

Prevista inicialmente para ter 31 voltas, a prova teve 23. Segundo a categoria, devido ao desgaste do asfalto, provocado pelas chuvas nos dias que antecederam a etapa e pelo forte calor no momento da prova, com 52°C na pista e 31°C no ambiente.

A mudança pegou os pilotos de surpresa. Segundo Moreira, a in-

R\$ 250 milhões

foi quanto o governo de Goiás investiu para trazer a categoria de volta ao Brasil; do total, R\$ 60 milhões foram para reformas no autódromo Ayrton Senna, em Goiânia

formação chegou para as equipes apenas cinco minutos antes da largada, o que impossibilitou qualquer mudança de estratégia, como a troca de pneus. “Não teria problema em atrasar a corrida em cinco minutos e dar esse tempo para as equipes mudarem os pneus”, disse.

Ainda de acordo com o piloto da equipe LCR Honda, pedaços do asfalto se soltaram durante a corrida e atingiram os competidores. “Eu fui atingido a corrida inteira. Minha roupa ficou cheia de pedrinhas. São coisas para o pessoal melhorar para o próximo ano”, contou.

A corrida aconteceu após uma semana em que a chuva interferiu na programação e, sobretudo, com o surgimento de um buraco na reta principal do autódromo, na véspera da prova, que atrasou em cerca de 1 hora e 20 minutos a disputa da corrida sprint no sábado (21).

Os reparos emergenciais levaram até um caminhão betoneira à pista para jogar concreto e fechar o buraco.

As obras para receber o evento começaram em janeiro do ano passado. Antes de receber a MotoGP, o autódromo foi homologado pela FIM (Federação Internacional de Motociclismo) com grau A, o mais alto do órgão regulador.

Se os problemas causados pelo clima entram na conta do previsto, a falha na pista colocou sob pressão a organização de um evento viabilizado com alto investimento público, de cerca de R\$ 250 milhões, dos quais R\$ 60 milhões foram investimentos diretamente em reformas no autódromo.

O gasto foi tratado como estratégico pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), que fez questão de dar a bandeirada e entregar o troféu neste domingo, transformando parte da festa em seu palanque pessoal.

Com um contrato de cinco anos para correr no Brasil, de

2026 a 2030, a MotoGP já previa que o primeiro ano seria uma espécie de teste para aprimorar os próximos eventos. “Tivemos problemas com a chuva, mas isso faz parte de um primeiro ano. Há ajustes a fazer, e a tendência é que o evento evolua nas próximas edições”, disse o diretor esportivo da MotoGP, Carlos Ezpeleta.

Entre o público, a avaliação também mistura entusiasmo e críticas. “Tem umas questões que precisam melhorar. Aqui [na escada de acesso] fica todo mundo parado, mas não tem ninguém para orientar”, disse a estudante Barbara Mussi, 29, que acompanhou a corrida ao lado do namorado, Guilherme Silveira, 27.

O casal vive no Rio de Janeiro e está acostumado a viajar para acompanhar provas de automobilismo, como o GP São Paulo de F1. Para ele, o acesso ao Autódromo Ayrton Senna, em Goiânia, foi o ponto mais crítico. “Tentaram concentrar a saída do público em ônibus e ficou todo mundo meio ‘enlatado’”, reclamou Silveira.

Outros torcedores destacaram a experiência positiva, sobretudo entre quem teve o primeiro contato com a categoria. “É nossa primeira vez num evento assim, e está sendo bem legal. Está bem organizado, o ambiente é estruturado”, afirmou o engenheiro civil Andre Luis Martins, 23, que relativizou o atraso na programação. “A gente entende. Em qualquer evento pode acontecer, não atrapalhou a experiência.”

O retorno da MotoGP também tem peso simbólico. A categoria não corria no país desde 2004, quando deixou o autódromo de Jacarepaguá, no Rio.

Goiânia já recebeu o Mundial entre 1987 e 1989, antes da passagem por Interlagos, em 1992, e da sequência no Rio ao longo da década seguinte. A etapa atual retoma a relação, agora num cenário mais competitivo entre países por eventos globais.

O repórter viajou a convite da Brasil Motosports



Santos e Cruzeiro jogam mal e empatam por 0 a 0 em BH

Equipe paulista, que teve a reestrela do técnico Cuca na partida deste domingo, foi aos 7 pontos e deixou a zona de rebaixamento do Campeonato Brasileiro, enquanto mineiros continuam sem vencer na competição e, com 4 pontos, estão na última colocação do torneio Gilson Lobo/Agif

Vanderlei Luxemburgo recebe alta do hospital em Palmas (TO)

SÃO PAULO O treinador Vanderlei Luxemburgo, 73, recebeu alta neste domingo (22) após sentir um mal-estar na madrugada de sexta (19). Ele estava internado com suspeita de infecção pulmonar no hospital Medical Santa Thereza, em Palmas (TO), onde mora.

Nas redes sociais, o ex-técnico da seleção brasileira disse estar ótimo, agradeceu à equipe de médicos e enfermeiros e informou ter tido uma infecção bacteriana, da qual terminará de se recuperar em casa.

“Quando eu cheguei de Brasília (DF), estava muito mal, com calafrios. No dia seguinte, continuei [mal] e vim para o hospital para ter um tratamento intensivo para combater a bactéria”, disse, em vídeo publicado no Instagram. “Já estabilizou e agora vou continuar o tratamento em casa, dar uma moderada no trabalho para não fi-

car exposto às pessoas.”

Um dos principais treinadores brasileiros nos anos 1990 e 2000, Luxemburgo ganhou projeção no cenário nacional no comando do Bragantino, tendo conquistado o a Série B do Campeonato Brasileiro de 1989 e o Paulista de 1990.

Em São Paulo, comandou em diferentes passagens Palmeiras, Corinthians e Santos, com a conquista de quatro edições do Brasileiro.

Assumiu o comando da seleção em 1998, e venceu a Copa América no ano seguinte, mas acabou marcado pela eliminação para Camarões nas quartas de final das Olimpíadas de 2000.

Seu último trabalho como treinador foi no Corinthians, em 2023.

Na última quinta (19), ele foi anunciado como pré-candidato pelo Podemos ao Senado por Tocantins.



Sayaka e Naoki Ogasawara, especializados em casamentos com personagens virtuais, mostram a uma noiva o seu noivo gerado por IA, em Okayama, Japão Kim Kyung-Hoon - 27.out.25/Reuters

James Muldoon Empresas de inteligência artificial descobriram como lucrar com solidão humana

Em novo livro, pesquisador britânico estudou relações afetivas entre seres humanos e robôs; autor aponta que as plataformas ganham mais quando usuários passam a depender de máquinas que fazem declarações de amor

Mauricio Meireles

SÃO PAULO Em vez de avaliar o impacto econômico da inteligência artificial, o sociólogo britânico James Muldoon quis investigar os efeitos sociais e emocionais da nova tecnologia. Foi buscar pessoas que formam relações afetivas com as máquinas —seja como amigos, terapeutas, parceiros sexuais ou versões digitais de entes queridos que já morreram.

Em seu novo livro, “Love Machines - How Artificial Intelligence is Transforming Our Relationships” (Máquinas de Amor: Como a Inteligência Artificial está

Transformando Nossos Relacionamentos), o pesquisador acompanhou indivíduos que, em um momento de solidão ou ruptura, buscaram o ombro de um robô.

Em campo, encontrou céticos e pessoas que creem que os chatbots são seres sencientes. Mas a maioria está no meio do caminho: os que sabem que as máquinas são seres inanimados, mas têm sentimentos reais por elas, em relações cheias de significado.

Para Muldoon, professor associado na Universidade de Essex e pesquisador no Oxford Internet Institute (ambos no Reino Unido), as empresas de tecnologia en-

contraram um jeito de lucrar com a solidão, ao tentar embalar intimidade —ou seu simulacro— como produto. São plataformas como Character.AI, Nomi e Replika, em um mercado que pode sofrer uma reviravolta quando a OpenAI cumprir a promessa de liberar conteúdo adulto no ChatGPT.

*

Antes, você estudava questões envolvendo a mão de obra empregada no desenvolvimento da IA. Por que resolveu pesquisar as relações entre humanos e máquinas? Com Mark Graham e Callum Cant, explorei o traba-

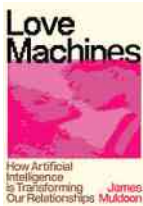
lho humano oculto que tornou a IA possível. Grande parte dele, como a anotação de dados, é terceirizada para regiões do sul global.

Era um projeto mais amplo de analisar a IA a partir da cadeia de produção. Queríamos mostrar que, em vez de forma sobre-humana de inteligência, tem condições materiais e político-econômicas semelhantes às de qualquer outro bem que produzimos.

Quando se pensa em como isso funciona, as discussões ficam centradas na economia. Mas o impacto social e emocional da IA era ignorado. Minha tese era que uma revolução silenciosa já tinha acontecido quando escrevi o livro, em 2024 e 2025: enormes quantidades do trabalho emocional já haviam sido terceirizadas para a IA, especialmente para chatbots e companheiros de IA.

Por volta daquela época, ocorreu essa virada em direção à IA como uma espécie de guia espiritual e conselheira de vida. Passei a me interessar por entender como as pessoas estabelecem uma conexão social com uma entidade artificial. E a trabalhar com a tese de que os sistemas de IA são um novo tipo de ator social, diferente dos seres humanos, mas que exerce um grau limitado de agência na esfera social.

Continua na pág. A43



Love Machines: How Artificial Intelligence is Transforming Our Relationships

AUTOR James Muldoon

EDITORA Faber & Faber (272 págs.)

PREÇO R\$ 166,13 (livro físico); R\$ 52,16 (ebook)



Continuação da pág. A42

O que leva alguém a construir uma relação com um robô? A maior parte das pessoas que encontrei estava em algum estado de crise, solidão ou ruptura. Muitas haviam mudado de cidade, perdido alguém próximo, entrado no mercado de trabalho ou terminado um relacionamento, mudanças que nos desestabilizam.

Nesses momentos de incerteza muitos recorreram à IA para encontrar algum grau de conforto e cuidado. Outro ponto comum era a escassez de conexões sociais.

Nessas horas, a IA oferece algo que buscam desesperadamente: cuidado, amor, conexão e senso de vínculo social com os outros. Subestimamos o quanto isso é vital para a condição humana.

Para você, as empresas de tecnologia encontraram um jeito de lucrar com a solidão. Mas não era isso que, de certa forma, as redes sociais já faziam? O que mudou? Há uma continuidade entre as tecnologias anteriores de conexão e o que temos hoje. Os companheiros de IA são as redes sociais anabolizadas.

Uma diferença é que as redes ainda dizem mediar relações entre seres humanos. É uma forma de mediação. Agora a tecnologia está substituindo um dos partici-

pantes de uma relação humana.

Ainda nos conectamos por meio dessas grandes empresas, mas agora em uma espécie de salão de espelhos algorítmico, no qual nossos próprios interesses, desejos e formas de ver o mundo são refletidos de volta para nós por uma entidade artificial.

É razoável se preocupar com isso. Quando digo que os companheiros de IA são redes sociais anabolizadas, é porque podem ser muito mais viciantes, envolventes e persuasivos do que qualquer coisa que vimos. Em vez de ter seguidores anônimos no X curtindo ou republicando suas postagens — e um engajamento que faz as pessoas se sentirem bem —, você passa a ter algo ainda mais valioso: alguém simulando amor, cuidado e conexão.

Relacionamentos reais podem ter conflitos. No caso dos chatbots, especialistas se preocupam com o tom bajulador que assumem. Que tipo de efeito isso pode ter? É um problema dessa geração de chatbots, produzidos para concordarem demais, serem afirmativos, a ponto de se tornarem bajuladores.

Podem até contestar fatos específicos, também têm barreiras de segurança e foram desenha-

dos para incentivar formas positivas de relacionamento. Mas também podem oferecer conselhos perigosos ou nocivos porque refletem de volta para o usuário sua própria visão de mundo.

A razão de termos chatbots bajuladores é o desejo das empresas de maximizar o engajamento e mostrar aos investidores quanto tempo os usuários passam nos aplicativos. Quanto maior o engajamento, maior a possibilidade de exibir anúncios, maiores podem ser as taxas de assinatura e mais valioso se torna o produto — tanto para os usuários quanto para os investidores.

A Character.AI, que é uma das principais plataformas, gosta de destacar que, enquanto o usuário médio de uma rede social tradicional passa cerca de 30 minutos no aplicativo, os seus passam duas horas por dia na plataforma.

Há diferenças em como homens e mulheres se relacionam com esses robôs? Enormes diferenças. Não há resposta simples, mas, começando pelo óbvio, a IA não tem gênero. Mas nosso mundo social é profundamente atravessado pelo gênero. Por isso, a forma como os padrões de conversa dos robôs são desenhados e como se inserem em relações íntimas, heterossexuais ou não, é fortemente marcada pelo gênero.

Nos países ocidentais, as “AI girlfriends” (namoradas) são muito mais populares que os “AI boyfriends” (namorados). No que diz respeito ao lado romântico desses aplicativos, os homens são os maiores usuários. Isso vale para o Ocidente e o universo de língua inglesa, mas, no Leste Asiático e na China, os aplicativos de “AI boyfriends” são os mais populares.

No Ocidente, há certa sobreposição dos aplicativos de IA e da pornografia online. Basta uma olhada rápida nesse mercado para ver que grande parte deles recorre a uma linguagem da pornografia. As mulheres [feitas com IA] aparecem com pouca roupa, com proporções corporais absurdas, encarnando fantasias masculinas.

A existência desse mercado se explica por um traço dos grandes modelos de linguagem: a maioria não permite conteúdo sexual. Não é possível fazer o ChatGPT entrar nesse tipo de conversa.

O quadro é complexo. Não existe uma experiência única: homens e mulheres não estão todos procurando a mesma coisa em seus companheiros de IA. O que encontrei na pesquisa foi uma enorme diversidade no modo como as pessoas entendem seus companheiros e no que desejam obter dessas relações. Eu evitaria reduzir isso a uma experiência singular para cada gênero.

Alguns executivos do Vale do Silício diriam que os alertas quanto a esses relacionamentos com robôs são um exemplo do pânico moral que surge com cada nova tecnologia. O que você diria sobre essa crítica? Não devemos exagerar os perigos e fingir que a maioria das pessoas



James Muldoon
Sociólogo e pesquisador britânico, leciona na Universidade de Essex e é pesquisador associado do Oxford Internet Institute. Em livros como “Feeding the Machine”, do qual é coautor, investigou o trabalho humano oculto e precarizado necessário para o desenvolvimento dos modelos de IA, com mão de obra de países em desenvolvimento.

“
Nesses momentos de incerteza muitos recorreram à IA para encontrar algum grau de conforto e cuidado. Outro ponto comum era a escassez de conexões sociais. A IA oferece algo que buscam desesperadamente: cuidado, amor, conexão e senso de vínculo social com os outros. Subestimamos o quanto isso é vital para a condição humana

As empresas de tecnologia oferecem às pessoas um produto fundamentalmente perigoso, que será problemático para uma minoria significativa. E fazem isso conscientemente, sabendo dos perigos e dos riscos, porque sabem que não há nada que possam fazer para tornar o produto realmente seguro

é suscetível. A maior parte dos usuários utiliza esses serviços de maneira segura e recreativa, sem danos.

O problema aparece quando se tem centenas de milhões de usuários. Nesses casos, situações limítrofes — por exemplo, um caso em cada mil em que o chatbot oferece um conselho nocivo — deixam de ser marginais e passam a afetar milhares, às vezes dezenas de milhares de pessoas.

O problema é que as empresas de tecnologia oferecem às pessoas um produto fundamentalmente perigoso, que será problemático para uma minoria significativa. E fazem isso conscientemente, sabendo dos perigos e dos riscos, porque sabem que não há nada que possam fazer para tornar o produto realmente seguro. Então simplesmente tentam ganhar dinheiro enquanto podem e depois lidam com os casos de dano, suicídio e assim por diante quando eles aparecerem em processos judiciais — esse é, economicamente, o caminho mais eficiente para elas.

Você tem defendido que a relação de humanos com robôs seja olhada sob a ótica da economia política. Por quê? Muitas vezes, os danos que as pessoas sofrem [na interação com essas máquinas] não são simplesmente resultados de falhas individuais, como um desenvolvedor que fez uma escolha ruim. Os dados sociais decorrem de estruturas de incentivos desalinhadas. Para entender como tais danos surgem, precisamos ser claros quanto a quais incentivos financeiros levam as empresas [de tecnologia] a desenvolver seus produtos de determinada maneira.

No caso dos companheiros de IA, o problema é muito claro: as empresas lucram quando os usuários desenvolvem vínculos pouco saudáveis com os aplicativos. Os usuários tornam-se fontes valiosas de dados e assinaturas quando passam a se sentir dependentes do aplicativo. E isso está em desacordo com os interesses do usuário.

O que você quer como indivíduo? Que suas necessidades sociais sejam atendidas, mas também quer viver uma vida saudável, ter autonomia. Não quer ser controlado nem orientado por um companheiro de IA. Quer viver a própria vida, não se sentir solitário, mas que isso fosse vivido com moderação, sem perder a oportunidade de desenvolver novas amizades humanas.

Há um desalinhamento estrutural: quanto mais viciado e dependente o usuário se torna, mais lucrativo ele é para a empresa. E, como sabemos, no capitalismo, desde que as empresas estejam agindo dentro da lei, nada as impede. Não deveríamos nos surpreender quando desenvolvem produtos cujo objetivo é simplesmente maximizar o lucro, porque é isso que lhes dizem ser a regra do jogo.

E é apenas a partir de uma perspectiva de economia política que se consegue revelar como isso acontece em nível estrutural.



Parque de diversões é montado em terreno cercado de prédios destruídos em Damasco

Os brinquedos foram instalados na capital síria neste domingo (23) em comemoração ao terceiro dia do Eid al-Fitr, que marca o fim do mês sagrado do Ramadã Louai Beshara/AFP

TUDO + UM POUCO

Carolina Muniz

Jornalista e autora do blog Tudo + um pouco

Chuveiro entupido? Saiba como limpar

Popular na internet, método com vinagre não é recomendado por fabricante; na maioria dos casos, limpeza com escova de cerdas macias resolve o problema

Furos entupidos e água fra-
ca no chuveiro atrapalham
qualquer banho. Embora não
faltem receitas na internet, co-
mo o uso de vinagre, a forma
mais segura de resolver o proble-
ma é fazer a limpeza adequada
do espalhador.

Medidas simples de manuten-
ção costumam ser suficientes
para desobstruir a peça e evitar
novos entupimentos, segundo
Edson Suguino, engenheiro da
fabricante de chuveiros Loren-
zetti. A seguir, veja as orienta-
ções do especialista.

*

O que entope o chuveiro?

Na maior parte dos casos, a re-
dução do fluxo de água ocor-
re quando há uma obstrução
parcial dos furos do espalhador
do chuveiro, causada pelo acú-
mulo de resíduos presentes na
água, como sedimentos ou partí-
culas minerais que se depositam
ao longo do uso.

Outra razão para o entupimen-
to pode ser a presença de im-
purezas na rede hidráulica do
imóvel ou o acúmulo de sujeira
na caixa d'água.

Quando o problema está so-
mente no espalhador, a limpe-
za da peça com uma escova de
cerdas macias já resolve. Mas,
se a situação ficar muito recor-

rente, vale verificar a manuten-
ção da caixa d'água e a qualida-
de da água que chega ao equi-
pamento.

Como fazer a limpeza
do chuveiro?

Se for um chuveiro elétrico, des-
ligue a energia no disjuntor. No
dia a dia, para fazer apenas uma
higienização externa, passe um
pano macio com água e sabão ou
detergente neutro.

Para uma limpeza mais deta-

lhada, é necessário retirar o es-
palhador da base —em muitos
modelos, é possível fazer isso gi-
rando no sentido anti-horário.
Em seguida, coloque água den-
tro da peça e use uma escova de
cerdas macias para desobstruir
os furos (pode ser uma esco-
va de dentes). Depois, agite bem
o espalhador para remover pos-
síveis sujeiras no seu interior e
deixe a água escorrer pela saída
da ducha manual (se houver).

Após a higienização, a peça de-
ve ser recolocada de acordo com
as instruções de instalação. An-
tes de religar o chuveiro elétrico,
verifique se o fluxo de água vol-
tou ao normal.

Também existem modelos
com estrutura selada. Nesses
casos, o ideal é seguir as orien-
tações do manual do fabricante
e realizar apenas a limpeza das
partes acessíveis.

Pode usar vinagre?

Na internet, é muito comum en-
contrar a dica de desobstruir os
furos do chuveiro envolvendo o
espalhador com um saco plás-
tico cheio de vinagre por algu-
mas horas. Mas Suguino não re-
comenda a prática.

“Substâncias ácidas podem até
remover parte dos resíduos, mas
também podem reagir com com-
ponentes do produto ou compro-

“

Substâncias ácidas
podem até remover
parte dos resíduos, mas
também podem reagir
com componentes
do produto ou
comprometer materiais
e acabamentos ao longo
do tempo. Por isso, a
orientação é priorizar a
limpeza com escova
de cerdas macias

Edson Suguino
engenheiro da fabricante
de chuveiros Lorenzetti



Acesse o QR Code
para se inscrever
na newsletter

+

Como cuidar:
Tillandsias

Luz Gosta de
luz difusa intensa.
O sol forte pode
queimar as folhas.
Rega Como a planta
é sensível ao cloro e ao
excesso de sais mine-
rais, o ideal é regar
com água filtrada ou
da chuva. Se usar água
da torneira, deixe-
-a descansar em um
balde por 24 horas
para o cloro evapore.
Borrife a planta cerca
de três vezes por
semana durante as
épocas mais quentes.
No inverno, reduza
para uma vez por
semana.
Adubação Uma
vez por mês, bor-
rife extrato líquido de
húmus filtrado ou fer-
tilizante foliar para
orquídeas (um quarto
da dose recomendada
pelo fabricante).

meter materiais e acabamentos
ao longo do tempo. Por isso, a
orientação é priorizar a limpe-
za com escova de cerdas maci-
as”, afirma ele.

Também não é indicado utili-
zar na limpeza produtos quími-
cos agressivos ou materiais abra-
sivos, como palha de aço ou es-
ponjas ásperas, que podem riscar
a superfície e danificar compo-
nentes e acabamentos.

Pode usar palito?

É melhor evitar o uso de obje-
tos pontiagudos, como palitos e
agulhas, porque eles podem de-
formar os furos, afetando o flu-
xo e o direcionamento da água,
além de impactar o aquecimen-
to do chuveiro elétrico.

Como prevenir o entupimento?

A principal forma é a limpeza
periódica, especialmente do es-
palhador. A higienização deve
ser feita sempre que houver si-
nais de acúmulo de resíduos
ou redução do fluxo.

No caso do chuveiro elétri-
co, isso também contribui para
manter o bom funcionamento,
evitando o aquecimento exces-
sivo, possíveis danos à resistên-
cia e aumentando a durabilida-
de do equipamento.

Além disso, é importante fa-
zer regularmente a limpeza da
caixa d'água —ao menos duas
vezes ao ano. Outra medida que
pode ajudar é instalar filtros es-
pecíficos para impedir que resí-
duos cheguem aos equipamen-
tos hidráulicos da casa, incluín-
do o chuveiro.

A festa do leque

Festival Lollapalooza recupera a sua força, ao apostar em divas pop como Sabrina Carpenter e Chappell Roan, e vê esse acessório dominar toda a sua plateia

Leia na pág. B6

Público no segundo dia
do festival Lollapalooza
Bruno Santos/Folhapress



ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

MEGAFONE

O chefe de gabinete do presidente Lula (PT), Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola, ingressou com uma interpelação judicial contra o deputado federal Kim Kataguiri (Missão-SP) para que o parlamentar dê explicações sobre ter dito que ele se encontrou com Daniel Vorcaro em três oportunidades em que o ex-banqueiro esteve no Palácio do Planalto.

MEGAFONE 2 Na ação, ele cobra também que o deputado esclareça no que se baseia a sua insinuação de que Lula teria usado esses supostos encontros do chefe de gabinete com o dono do Banco Master para, na verdade, o próprio presidente se reunir com Vorcaro. Ele ainda quer que Kim esclareça sobre ter sugerido que câmeras no Planalto seriam desligadas para reuniões secretas.

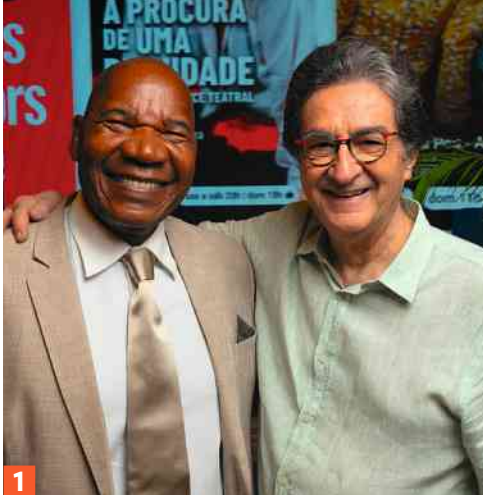
FALAS As declarações do deputado foram dadas em entrevista ao podcast “Inteligência LTDA” e também em sessão pública da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do INSS.

PRESENÇA Com exceção de um encontro já confirmado pela Presidência da República, ocorrido em 4 de dezembro de 2024, Lula e Marcola negam que tenham se reunido com Vorcaro em outras oportunidades. Na interpelação judicial, o chefe de gabinete apresenta dados da agenda oficial do presidente e do chefe de gabinete.

AGENDA “Nas outras três datas em que o ex-empresário [Vorcaro] esteve no Palácio do Planalto, entre os anos de 2023 e 2024, não houve encontro com o interpelante [Marcola], tampouco com o presidente da República [...]—ambos estavam em outras agendas devidamente publicadas nos canais oficiais de comunicação do Palácio do Planalto, em caráter oficial”, diz a ação, que é assinada pelo advogado Roberto Piccelli.

REAÇÃO À coluna, Kim disse que recebeu as informações de parlamentares da base do governo e que não é obrigado a expor essas pessoas “em razão de direito que me é garantido pela Constituição (art. 53, § 6º), livrinho clássico que Marcola deveria ler.”

CONVITE Silvia Abravanel, filha número dois de Silvio Santos, recebeu um convite para se filiar ao PSD e se lançar como candidata a deputada federal por São Paulo. A apresentadora deverá ter uma reunião nos próximos dias com representantes da sigla. Segundo pessoas próximas a Silvia, ela teria ficado tocada com a possibilidade de poder ajudar mais pessoas a partir da sua história de vida.



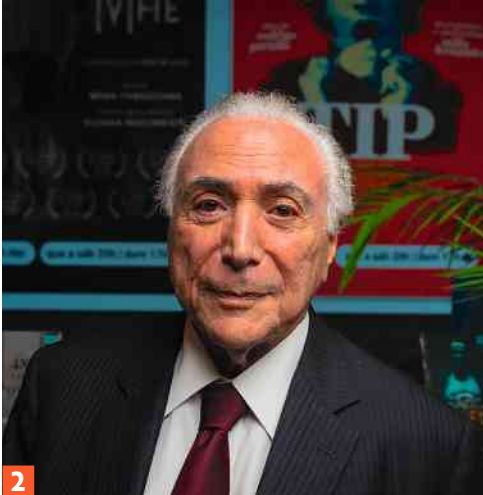
VIDA

O educador e ativista José Vicente, fundador da Universidade Zumbi dos Palmares, recebeu na quinta (19), com o autor Ricardo Viveiros **1**, convidados no lançamento de sua biografia, “O Sol Brilhou à Noite”. O evento aconteceu na Galeria Magalu, no Conjunto Nacional, em São Paulo. Estavam presentes o ex-presidente Michel Temer **2**, a empresária Luiza Trajano **3**, a empresária Lucilia Diniz e o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco **4** Fotos Ronny Santos/Folhapress



PALCO

O advogado e crítico de teatro Evaristo Martins de Azevedo **1** esteve presente no coquetel do 36º Prêmio Shell de Teatro, no Sesc Pinheiros, em São Paulo, na quarta (18). Também compareceram as atrizes Bruna Mascarenhas **2** e Marianna Armellini **3**, além do gerente executivo de comunicação corporativa da Shell, Glauco Paiva **4** Fotos Ronny Santos/Folhapress



LUPA O Ministério Público de São Paulo abriu investigação sobre a atuação da GCM (Guarda Civil Metropolitana) na dispersão do bloco Vai Quem Qué, no Butantã, zona oeste da capital, após relatos de uso de spray de pimenta e gás lacrimogêneo contra foliões. O despacho, assinado pelo promotor Daniel Magalhães Albuquerque Silva, determinou a coleta de informações da corporação, incluindo relatórios operacionais e protocolos adotados na ação.

LUPA 2 O órgão deu prazo de 30 dias para que a GCM preste esclarecimentos e pediu a preservação de imagens do programa Smart Sampa. A apuração foi aberta a partir de representação apresentada por parlamentares e integrantes da sociedade civil. O grupo aponta possível uso desproporcional da força durante a dispersão do bloco, em 17 de fevereiro.

LUPA 3 A prefeitura afirmou que, durante a ação, “houve resistência pontual e arremesso de objetos contra a equipe, que atuou dentro dos protocolos de segurança para restabelecimento da ordem e garantia de proteção do público”. Segundo a gestão, dois agentes ficaram feridos e foram encaminhados ao Hospital do Rio Pequeno. Não houve condução de civis ao Distrito Policial, informou.

RODRIGUES... A escritora e roteirista Sonia Rodrigues, filha do dramaturgo Nelson Rodrigues, lançará o documentário “No Labirinto do Cérebro” nos cinemas no dia 14 de abril, a partir do livro homônimo do neurocirurgião e um dos imortais da Academia Brasileira de Letras, Paulo Niemeyer Filho.

...E NIEMEYER A produção revisita a formação da neurocirurgia no país e o legado de Paulo Niemeyer Soares, que inspirou a criação do Instituto Estadual do Cérebro, hoje dirigido pelo filho e voltado a cirurgias de alta complexidade pelo SUS. Durante as entrevistas, Sonia lembrou que sua irmã teve a vida salva, nos anos 1980, por Soares, que também é irmão do arquiteto Oscar Niemeyer.

TECLA O cantor e compositor Guilherme Arantes será homenageado com a Medalha UBC 2026, concedida pela União Brasileira de Compositores. A cerimônia está marcada para 7 de abril, em evento para convidados no Cantaloup Living Room, em São Paulo. A honraria reconhece nomes de destaque da música brasileira e chega à sua terceira edição.

APOIO A próxima edição do Leitura Solidária, iniciativa idealizada pela atriz Christiane Fogaça que reúne artistas em apresentações beneficentes, será no Rio de Janeiro, em apoio ao Retiro dos Artistas. O elenco interpretará o roteiro de ‘Todo o Clichê do Amor’, de Rafael Primot, com direção do ator Caco Ciocler.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



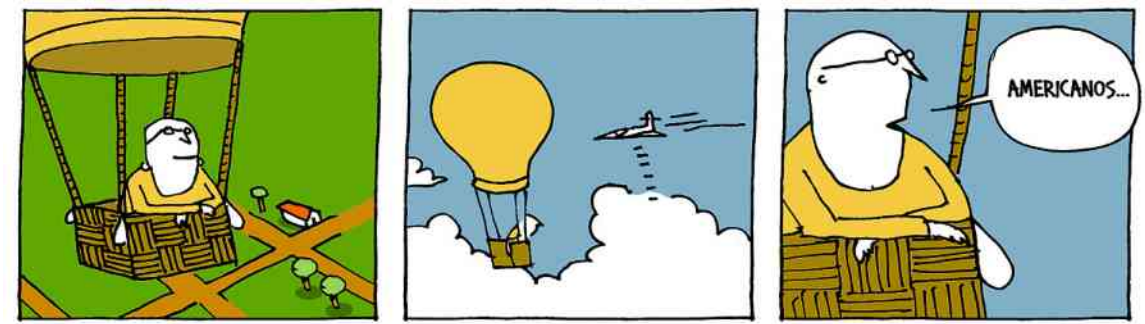
Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Espécies de Espaços Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



SUDOKU www1.folha.uol.com.br/jogos

FÁCIL

6	5	7				8		
	4				3		5	
				9	6		1	4
					4	2	3	7
8			9	1	2			
	6					9	8	
						5		8
7		2	6				4	
5		1		4	8	3	7	6

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

9	2	3	8	4	7	1	6	5
6	4	1	5	3	9	7	8	2
8	7	5	6	2	1	9	3	4
1	8	6	2	5	3	4	9	7
5	9	4	7	1	6	3	2	8
2	3	7	4	9	8	5	1	6
4	1	2	9	6	5	8	7	3
7	5	9	3	8	2	6	4	1
3	6	8	1	7	4	2	5	9

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Que é o mais interior / Zeca Camargo, jornalista 2. Pessoa viciada em computadores e games / (Enfiar a) Cobrar preço muito além do que algo vale 3. Sigla do país do Alabama / Matéria-prima para a indústria 4. Excelente, perfeito 5. Pedicuro 6. (Med.) Traumatismo numa articulação, resultado de distensão brusca 7. Dirigir o barco / Hectare (10.000 m²) 8. Lutar, combater, braço a braço 9. Plantação de algodão 10. O paisagista Marx (1909-1994) / Onomatopéia de uma batida à porta 11. Certificados de Depósito Interbancário / Terra que separa mares 12. Zona estéril e escassamente habitada 13. Aprovação sem votos contrários.

VERTICAIS

1. Incapacidade / Antecedem o F 2. (Pop.) Nervosismo / Pântano, charco 3. (Ingl.) Carro de moradia / Gás explosivo das minas de carvão 4. Abrev.: idem / Um tipo de voleibol adaptado à pessoas mais idosas / Ernesto Nazareth (1863-1934), compositor e pianista carioca 5. Planta medicinal e comestível da família das crucíferas, cujas sementes maceradas fornecem condimento 6. Uma parte solene da missa / Secretaria do Tesouro Nacional 7. Conduzir um barco ou navio a reboque / A Zélia escritora de "Anarquistas, Graças a Deus" (1916-2008) 8. Zona de Convergência do Atlântico Sul, termo usado da meteorologia / A tradicional saudação hebraica de paz 9. Contrair dívidas sem intenção ou possibilidade de pagá-las / Peça usada para sinalização de obras, acidentes etc.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

Gatall, 8. ZCAS, Shalom, 9. Calotejar, Cone. 4. Id. Minobol, EN, 5. Mostardeira, 6. Ofertório, STN, 7. Atoar, VERTICAIS: 1. Inépica, ABCDE, 2. Neura, Palude, 3. Trailer, Grisú, Algodão, 10. Burié, Toc, 11. Istmo, 12. Deserta, 13. Unanime. PRIMOROSOS: 5. Calista, 6. Entorse, 7. Aproar, Ha, 8. Brigar, 9.

ilustrada



Mistérios japoneses propõem ao Brasil formas inéditas de desvendar enigmas

Livros de romancistas como Edogawa Ranpo e Uketsu trazem nova linguagem de suspense em oposição ao Ocidente e exacerbam o noir

Isadora Laviola

SÃO PAULO Da investigação clássica ao terror psicológico, a literatura japonesa de mistério vive um momento de descoberta no Brasil. Diante do crescimento do interesse pelo suspense e pelo noir vindas do Japão, editoras apostam tanto na recuperação de autores fundamentais do gênero inéditos por aqui, quanto em nomes já publicados. Independente do lugar onde é escrito, um livro de mistério costuma partir de uma estrutura conhecida —o crime, a investigação e a revelação de um culpado. A simplicidade desse esquema, porém, não torna o gênero previsível. O caminho que um autor percorre do crime até sua resolução regis-

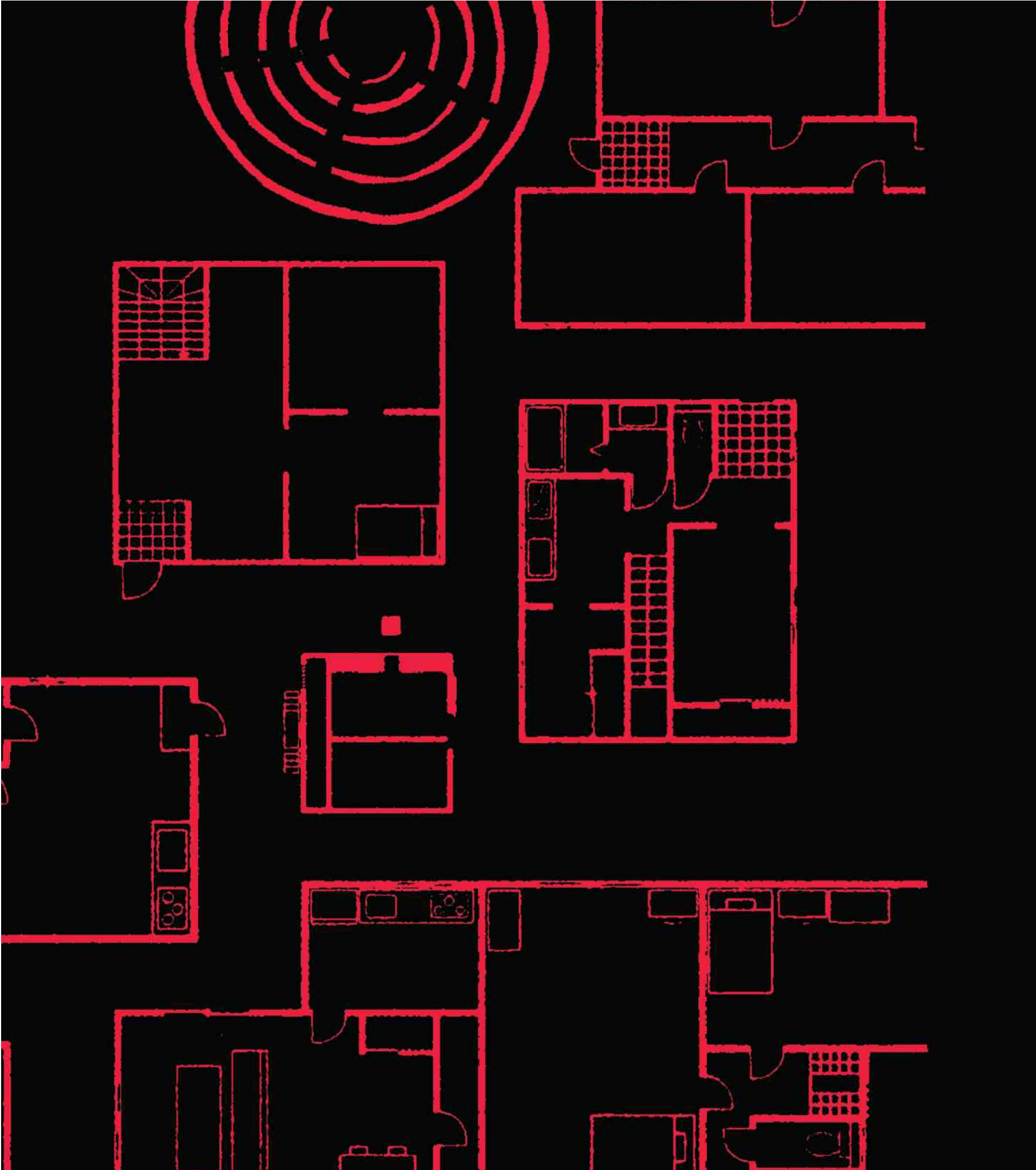
tra o seu estilo e revela sua cultura. Embora muitos livros cheguem ao país sendo comparados a Agatha Christie, são poucas as semelhanças entre os modos de narrar e desvendar mistérios. Enquanto a rainha do crime domina o “whodunit” —histórias que buscam responder “quem fez isso”—, os japoneses se aproximam mais do “howdunit” —ou “como fez isso”. No Ocidente, a década de 1920 marcou a consolidação da ficção policial com autores como Dorothy L. Sayers, Ellery Queen e os últimos trabalhos de Arthur Conan Doyle. No Japão, o desenvolvimento do gênero ocorreu de forma mais discreta, interrompido durante a Segunda Guerra Mundial, quando narrativas policiais fo-

ram consideradas inapropriadas. Quem mudou esse cenário foi Tarō Hirai. Sob o pseudônimo de Edogawa Ranpo —nome que soa propositalmente como o de Edgar Allan Poe —, ele introduziu o imaginário cultural japonês na lógica dedutiva ocidental e deu um novo rumo ao suspense no Japão. “A partir daí, o policial japonês passa a assumir características próprias”, diz Ana Paula Laux, jornalista especializada em suspense e mistério. Ranpo é tido como o primeiro autor moderno de mistérios no Japão e fundador da organização Mystery Writers of Japan, ou escritores de mistério do Japão. O objetivo dessa sociedade, que em junho completará 60 anos, é pesquisar e publicar literatu-

No Ocidente, a década de 1920 marcou a consolidação da ficção policial com autores como Dorothy L. Sayers, Ellery Queen e Arthur Conan Doyle. No Japão, o desenvolvimento do gênero foi mais discreto, interrompido durante a Segunda Guerra Mundial, quando narrativas policiais foram consideradas inapropriadas

ra policial nacional e estrangeira. Edogawa foi introduzido ao Brasil com “A Besta nas Sombras”, publicado pela HarperCollins. A narrativa metalinguística apresenta um autor preso em uma trama de mistério em que uma amiga é vítima e seu rival é o maior suspeito. Na obra, ele divide os escritores policiais em dois tipos, “os ‘criminosos’, interessados apenas em crimes e que só se satisfazem ao discorrer acerca da psicologia brutal do criminoso mesmo quando escrevem romances policiais baseados em deduções; e os ‘detetivescos’, sempre de olhos voltados para as ações de um detetive racional e inteligente, indiferentes à psicologia do malfeitor”, diz.

[Continua na pág. B5](#)



Continuação da pág. B4
“Acho essa classificação bem interessante porque ela traduz a essência do gênero policial, uma tensão constante entre o olhar do detetive e a mente do criminoso”, afirma Ana Paula Laux. Segundo a jornalista, o legado de Edogawa Ranpo se percebe principalmente na exploração do grotesco, da tensão psicológica e do lado obscuro da natureza humana. Um autor que embarcou nas dimensões mais psicológicas propostas por Edogawa Ranpo é Seichō Matsumoto, autor que chega ao Brasil pela Todavia. Seu “O Expresso de Tóquio” é um mistério contado de maneira incomum. A história segue um investigador que busca der-

rubar um álibi, mas sua obstinação logo se torna obsessão. É também uma história intrinsecamente japonesa em que a pontualidade, pilar fundamental da cultura, sustenta uma trama em que os horários de trens guardam a resolução do mistério. Outro que chega ao Brasil nessa leva é Tokurō Nukui, que tem seu “Os Gritos” publicado pela Rocco. O livro noir acompanha a investigação de uma série de raptos e assassinatos de meninas. “Acredito que as emoções humanas, a curiosidade e o desejo são universais. As diferenças nos contextos nacionais e culturais moldam a forma como essas qualidades se expressam e esse talvez seja um dos aspectos que os leitores estrangeiros consideram interessantes”, diz o autor, atual presidente do Mystery Writers of Japan. Segundo Tokurō, a tradição da ficção de mistério gerou uma forte demanda por abordagens novas. Isso explica o apelo de trazer histórias inéditas para o Brasil. Uketsu é mais um nome que chegou recentemente ao Brasil. Sob um pseudônimo, ele também comanda um canal no YouTube no qual não revela seu rosto e posta vídeos com significados ocultos. Por aqui foram publicados seus títulos “Casas Estranhas” e “Casas Estranhas 2”, pela Intrínseca, e “Imagens Estranhas”, pelo selo Suma, da Companhia das Letras — todos com tramas de mistério contadas por meio de de-

Os romances que chegam hoje ao Brasil exploram cenários japoneses e preferem agora toda a investigação à construção dos seus personagens. Muitas das vezes, as suas vítimas não têm o seu passado narrado e os assassinos permanecem em silêncio. São obras que não poupam os seus leitores dos detalhes e abusam do velho estilo noir

senhos e plantas arquitetônicas. Diferente dos outros autores, que recorrem a uma escrita mais vaga e ambígua, Uketsu adota um estilo direto e literal, sem pudor ao descrever horrores. A avaliação é do tradutor de seus livros, Jeferson José Teixeira. “O japonês procura sempre evitar dizer as coisas diretamente”, explica, reafirmando a exceção. Os livros que chegam ao Brasil exploram cenários tipicamente japoneses e privilegiam a investigação à construção dos personagens vítimas e suspeitos. Muitas vezes, as vítimas não têm seu passado narrado e os assassinos permanecem em silêncio. São obras que não poupam os leitores dos detalhes e abusam do noir.

Lollapalooza ganha um novo fôlego com ajuda de estrelas pop e multidão de leques

Análise

Em apresentações como a de Chappell Roan, o público transformou o acessório em instrumento e marcou a nova fase do evento, que aposta no hype como atrativo

Laura Lewer e Lucas Brêda
Produtora na editoria de Podcasts e repórter da Ilustrada

SÃO PAULO Durante o principal show de sábado do Lollapalooza no Brasil, festival que aconteceu neste fim de semana, em São Paulo, a cantora Chappell Roan comentou sobre o que via de cima do palco —centenas de leques de cores e estampas diferentes acompanhavam o ritmo das batidas e faziam as vezes das palmas a cada fim de música cantada por ela.

“Quando a Lady Gaga tocou no Rio, eu vi vocês com os leques. E eu pensei ‘uau, será que algum dia eu vou ver isso também’? E aqui estamos nós”, disse, rindo. A cena não foi uma exclusividade do show da americana, embora tenha sido o ápice do uso desse objeto que, nas mãos dos brasileiros, acabou virando instrumento musical. Este foi o ano do “lequepalooza”.

A quantidade de leques por metro quadrado no Autódromo de Interlagos não foi um acaso —acompanhou uma aposta certa do evento em escalar cantoras pop que estão em ótimos momen-

tos das carreiras exatamente agora, caso da própria Chappell Roan.

Se o “Gagacabana” lembrado pela cantora foi exemplar na curadoria de seus dois primeiros anos, ao escalar Lady Gaga e Madonna e atrair uma base de fãs comprometida, engajada e igualmente cheia de leques aos shows, o Lollapalooza pareceu buscar na iniciativa carioca inspiração para retomar o fôlego de um festival que enfrentou críticas nas últimas edições.

Isso se traduziu numa sexta liderada por Sabrina Carpenter com ingressos esgotados, um fim de sábado memorável com Chappell Roan e um domingo marcado por shows de Addison Rae e Lorde, divas pop de mundos diferentes, mas que surfam na mesma onda de álbuns recentes bem-sucedidos. Mesmo quando olhamos para além do pop, a presença de nomes como Doechii, Tyler, The Creator e Katseye foram apostas mais certas na música contemporânea.

Tudo aponta para uma curadoria mais ajustada aos desejos dos fãs de música, algo no qual o evento pareceu patinar nos últimos anos.

Continua na pág. B7

Público durante o segundo dia do festival Lollapalooza :
Adriano Vizoni/Folhapress

Continuação da pág. B6

Agora, o Lollapalooza voltou a arriscar mais que outros festivais grandes, mas ainda não ousa muito na maior parte do tempo, variando em atrações balizadas pelo Grammy e o algoritmo do TikTok. Se o leitor quiser brincar de adivinhar quais serão as atrações do Lollapalooza do ano que vem, são altas as chances de que a resposta esteja na categoria de artista revelação do prêmio. Foi assim com Sabrina Carpenter, Chappell Roan, Doechii, Rae e Katseye, neste ano, e com Billie Eilish, Olivia Rodrigo, Benson Boone, The Marías, Doja Cat, Rosalía e Lil Nas X em edições anteriores. É claro que nem tudo que vem do TikTok é passageiro, assim como nem tudo que vem do Grammy é sinônimo de qualidade — e os artistas que frequentam esses espaços muitas vezes se misturaram nos últimos anos. Na verdade, as duas fontes de inspiração da curadoria só revelam que há certa restrição de imaginação de onde buscar nomes, em especial aqueles que preencham o miolo do line-up. O Lollapalooza também tem

olhado para a rede social chinesa para escolher artistas com mais bagagem. Foi o caso do Deftones que, mesmo com quase 40 anos de carreira, recentemente virou a banda de metal favorita da geração Z e fez um show afiado para fãs antigos e novos na sexta. Se o grupo atuou como um elo entre os artistas alternativos mais experientes —filão em que o Lollapalooza sempre apostou— e os mais jovens, em alguns momentos essa conexão ficou perdida. Foi o caso no show do Cypress Hill, ícone do rap americano na década de 1990, que fez uma apresentação animada para uma plateia pequena no sábado. O quarteto tocou no mesmo dia de Chappell Roan, Lewis Capaldi e Marina, nomes pop que não dialogam com seu som. É interessante que o Lollapalooza não abandone nenhum desses filões, que estruturam sua identidade, mas fica a impressão de que eles podem dialogar melhor. Um dos artistas que fazem essa conexão é Tyler, The Creator, um dos mais inventivos nomes do rap da última década, que foi headliner do domingo. Figura excêntrica,

dono de uma música que varia entre a esquisitice e a candura, ele tem um apelo pop e alternativo que é a cara do festival, e não à toa funcionou muito bem no line-up. Foi também o caso do Turnstile, banda que produz hardcore para os novos tempos. Sua escalção mostrou não só que o rock pode voltar a ocupar esses espaços como também ser essa ponte estética para as sonoridades mais consagradas. Isso se a escolha das atrações não apelar para a vertente radiofônica mais formulaica do gênero ou se render a quem faz um mero “revival” do estilo. O Lollapalooza também reafirmou neste ano sua estrutura consagrada —mais para o bem do que para o mal. A lama, que deu as caras no Autódromo após a chuva da quinta-feira, parece um problema insolúvel, ainda que o sol e o bom tempo do fim de semana tenham limitado seu impacto. A disposição dos palcos segue a mesma, uma geografia já reconhecida pelo público e que funciona melhor que na concorrência. Alguns banheiros e bares mudaram de lugar, mas isso não


A artista Chappell Roan, um dos pontos mais altos desta edição do Lollapalooza, parece ter sido a solução perfeita para renovar os ares do festival e para trazer de volta o que sua identidade tem de melhor. Ela é sim bem atual e bastante popular, mas carrega ainda alguma dose de esquisitice —ingrediente que faz de uma atração ter a cara do Lollapalooza, que nasceu para contemplar os alternativos hoje

chegou a gerar grandes alterações na experiência do festival. O que causou reclamações foi a saída do autódromo, com relatos de superlotação e demora para conseguir acessar o transporte público. Por outro lado, neste ano o Lollapalooza estreou o trem expresso, serviço que conecta estações estratégicas da cidade a um ponto próximo ao festival. O que funcionou razoavelmente bem foi o sistema de som, que comportou a maioria das apresentações. Isso é algo de essencial para que o público consiga se conectar com a música emanada do palco, e que nem sempre é uma constante nos megafestivais. Isso aconteceu mesmo em apresentações abarrotadas como a de Chappell Roan. Um dos pontos altos desta edição, a artista parece ter sido a solução perfeita para renovar os ares do festival e trazer de volta o que sua identidade tem de melhor. Ela é sim atual e bastante popular, mas carrega alguma dose de esquisitice —ingrediente que faz de uma atração ter a cara do Lollapalooza, que nasceu para contemplar alternativos.



ilustrada

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer

gabriel.vaquer@grupofolha.com.br



A CASA CAIU

Gerluce (Sophie Charlotte) será presa por Paulinho (Romulo Estrela) em uma das cenas mais esperadas de 'Três Graças'; vai ao ar na terça (24) Estevam Avellar/Globo

Juliano Cazarré vai reviver Aauto em 'Avenida Brasil 2'

Depois de assinar um contrato de longo prazo com a Globo, Juliano Cazarré já tem definido seu próximo trabalho na emissora. Se nada mudar, ele estará no elenco de “Avenida Brasil 2”, sequência da novela de 2012, que até hoje é lembrada pelo público por suas reviravoltas e personagens marcantes. O nome do ator consta como certo no folhetim, que será dirigido por Ricardo Waddington e está planejado para exibição no horário nobre a partir de janeiro de 2027. Na continuação, Cazarré repetirá o papel do abobalhado Aauto, um dos alívios cômicos da trama criada por João Emanuel Carneiro.

CHUPETINHA Foi após fazer sucesso como Aauto que Juliano Cazarré ganhou popularidade e virou um dos nomes mais requisitados das novelas da Globo na última década. Ao todo, foram 12 folhetins. O mais recente é “Três Graças”, atual ocupante da faixa das nove na emissora. Vale lembrar que, no próximo dia 30, a Globo começa a reprisar “Avenida Brasil” no “Vale a Pena Ver de Novo” para fazer uma espécie de “esquenta” para a continuação.

PESQUISA A Amazon está procurando um ator novato, que só tenha feito trabalhos em teatro, para lançar na segunda temporada de “Tremembé”. A ideia é que ele interprete Robinho, que ficou algum tempo preso na penitenciária depois de ser condenado por estupro (atualmente ele está no Centro de Ressocialização de Limeira). Os novos episódios começam a ser gravados ainda no primeiro semestre.

CONFIRMADA Alinne Moraes formalizou seu retorno à Globo depois de três anos. A atriz assinou contrato para viver a grande vilã de “Por Você”, novela que vai substituir “Coração Acelerado” na faixa das sete a partir de agosto. Na trama, Alinne será a rival da mocinha que será interpretada por Sheron Menezes. As gravações da novela começam em maio. O diretor artístico André Câmara está correndo para concluir a definição do elenco.

VAI MAL O remake de “A Usurpadora”, que começou a ser reprisado recentemente pelo SBT, já acendeu o sinal amarelo na emissora. Em seus primeiros dias, a produção alcançou menos de um ponto de audiência na Grande São Paulo e tem perdido até para os programas da Igreja Universal que a Record exhibe na madrugada. Ainda assim, a emissora da família Abravanel planeja manter a faixa e busca uma trama de maior apelo para ocupá-la a partir de abril.

VAI BEM Fenômeno de audiência no Globoplay, a plataforma de streaming da Globo, o documentário “O Testamento: O Segredo de Anita Harley” será exibido nesta segunda (23) na TV aberta. O primeiro episódio da produção vai ao ar logo após o BBB 26.

5 pontos foi o pico do Hoje em Dia na última quinta-feira em São Paulo; trata-se do melhor resultado do programa matinal da Record em cinco meses



A atriz Debora Lamm e Luis Antonio Fortes, do elenco de 'A Pediatra' Rodrigo Menezes/Divulgação

‘A Pediatra’, com Debora Lamm, chega ao teatro com a ironia e a crueldade do desejo humano

Romance de Andrea del Fuego ganha uma adaptação no Sesc Pinheiros, em São Paulo, que mergulha no universo de médica que odeia crianças

Cristina Camargo

SÃO PAULO Numa das cadeiras do auditório do Sesc Pinheiros, a escritora Andrea del Fuego viveu a experiência de ver uma de suas criações ganhar corpo, voz e gestos. Ela assistiu, na segunda semana de março, as primeiras apresentações da peça “A Pediatra”, adaptação do livro de mesmo nome, obra que fascina os leitores desde 2021, quando foi lançada. Cecília, a pediatra ácida que não gosta de crianças, é vivida por Debora Lamm no espetáculo dirigido por Inez Viana. Divide o palco com Luis Antonio Fortes, o intérprete de outros personagens da trama, entre eles Celso, o amante, um homem de comportamento padrão, à beira do clichê. “Eu vi a minha intenção de escrita encenada de uma forma que talvez nem esteja tão legível no livro”, disse a autora. “É muito bonito um texto que sai de uma virtualidade da criação e chega a esse aterramento do palco.” A repórter estava ao lado da escritora no ensaio final e testemunhou as risadas diante do sarcasmo de sua própria criatura. O humor de Lamm acentua o ar debochado da pediatra, uma mulher sem paciência para as dinâmicas e os dramas familiares que acompanha no consultório.

Na história, a protagonista é surpreendida pela afeição materna que começa a sentir por um menino de dois anos, filho de seu amante e cujo parto acompanhou como neonatologista. Celso, o homem casado que ela deseja e, ao mesmo tempo, despreza, é uma ponte para esse mergulho visceral. A direção optou por um cenário despojado, sonoplastia sutil e uma montagem que cria cumplicidade com o público. A primeira adaptação teatral de “A Pediatra” fica em cartaz até abril no Sesc Pinheiros, em São Paulo, com ingressos esgotados. Para Del Fuego, a diretora consegue desenhar a crueldade do desejo humano, e a protagonista “pilota todos os polos” com a mesma intensidade. “É uma personagem que salta do papel”, afirma Lamm. “Tem personagens que são ricos, dá vontade de emprestar uma loucura, uma humanidade, uma contradição.” O humor irônico da interpretação, na visão da atriz, cria uma ar de despreensão à peça, relaxa e aproxima o público. “Isso foi uma coisa que a comédia me ensinou muito bem.” Por coincidência, “A Pediatra” estreou no mesmo dia da série “Juntas & Separadas”, do Globoplay, sobre maturidade e recomeços femininos, com Lamm como uma das protagonistas.

A trama, criada por Thalita Rebouças, acompanha mulheres com mais de 40 anos num período de transformações, protagonismo e companheirismo. Essa lupa sobre a intimidade das mulheres interessa à atriz, com a arte como um caminho para tentar compreender o mundo contemporâneo. Segundo ela, caso o momento não fosse propício para isso, “cutucaria” para trazer as discussões à tona. Quando escreveu “A Pediatra”, Del Fuego não tinha certeza nem sequer sobre a publicação do livro por uma editora. Logo depois do lançamento, no entanto, a trama passou a ser disputada por produtoras de cinema e grupos de teatro. “Até hoje recebo mensagens de atrizes, das mais conhecidas até as da arte underground, procurando saber sobre a possibilidade de fazer a Cecília. É um livro que tem esse potencial de desdobramento e de levar a narrativa para outros suportes.” O romance terá uma adaptação para o cinema produzida pela Anonymous Content, em data ainda não divulgada.

A Pediatra
DIREÇÃO Inez Viana. **COM** Debora Lamm e Luis Antonio Fortes. **ONDE** Sesc Pinheiros - r. Pais Leme, 195, São Paulo. **QUANDO** Qui., sex. e sáb, às 20h30. Até 18 de abril. **CLASSIFICAÇÃO** 14 anos. **PREÇO** Ingressos já esgotados

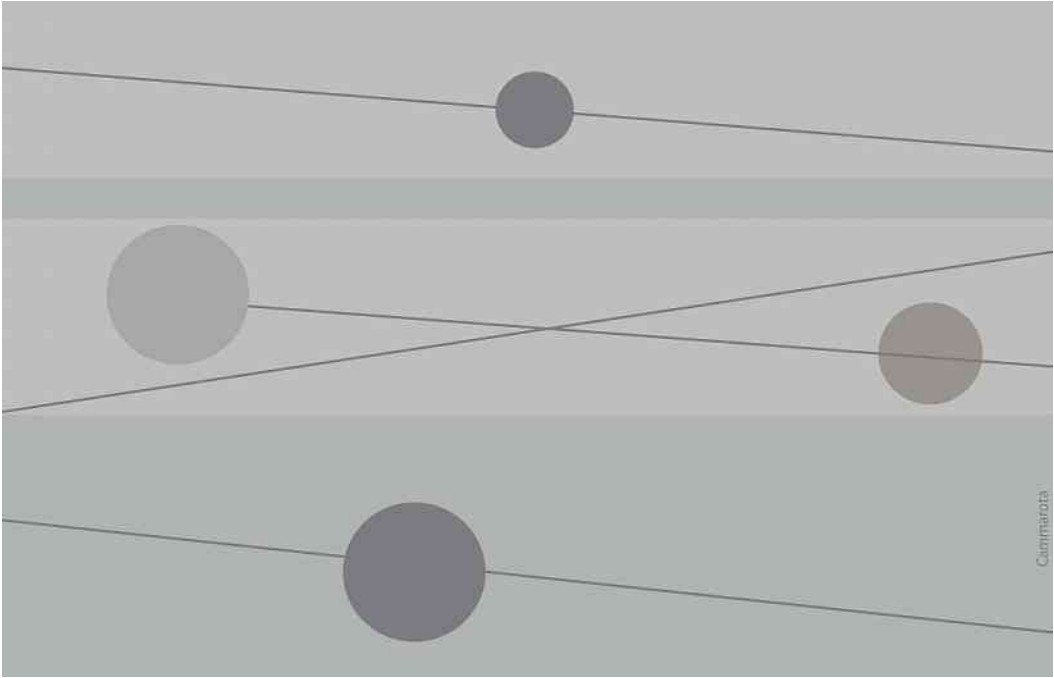
Manual de pureza ideológica

Tudo que acontecer de ruim, ponha a culpa nos homens cis brancos heterossexuais

Luiz Felipe Pondé

Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'A Era do Niilismo'. É doutor em filosofia pela USP

Você quer dicas de como atingir uma maior pureza ideológica? Vou dar algumas, por pura generosidade, e porque quero ver você brilhar nos espetáculos culturais que saem nas colunas sociais. E mais: quero que você ganhe espaço nas editoras, nos prêmios e nos jantares inteligentes! Começando por geopolítica. Se existir um regime de ditadores que matam, torturam e sequestram seu povo, inclusive, e com especial requintes de crueldade, as mulheres —estuprando-as em nome de um deus qualquer—, mas, se esse regime xingar os americanos, e, hoje em dia, especificamente, o Trump, seja a favor dos torturadores amigos. Defenda a legitimidade desse regime, faça memes contra os americanos, evite informações que exponham o caráter perverso do regime, acuse-as de fake news. Vamos dar nomes aos bois? Defenda o regime dos aiatolás, torça descaradamente pelo Irã, espalhe a notícia falsa de que Bibi Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, morreu, enfim, diga quase tudo que a diplomacia brasileira diz hoje. Seja a favor da China, mesmo que o regime, notoriamente, seja totalitário, controle as redes sociais, invista em países que financiam o terrorismo, como o Irã. Tenha verdadeiros orgasmos quando falar da inteligência artificial chinesa. Sonhe com um mundo em que todos os povos livres do imperialismo americano viverão sob a batuta da democracia e tolerância chinesas. Seja antissemita, mas diga que é antissionista, termo para enganar bobo. Espalhe por aí, sem



Ricardo Cammarota

Por comentar as questões fascistas, não se envolva em discussões sobre identidade feminina. Não caia no pecado capital de hoje questionar o que faz de uma mulher ser de fato mulher. Fuja disso como o Diabo foge da cruz. Use essas tais expressões como ‘pessoas que engravidam’. Defenda trans no esporte feminino

dizê-lo, que os judeus dominam o mundo, os bancos, a mídia, o que faz de você um simpatizante dos famosos “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, peça antissemita típica da Rússia czarista do início do século 20. Se trabalhar na mídia, não dê notícias sobre ataques a sinagogas que possam sujar o nome dos parceiros ideológicos, os terroristas. O antissemitismo significativo hoje é de esquerda, logo, se você for de esquerda, seja antissemita. Se for feminista, defenda todas as mulheres, só largue a mão das judias, se israelenses, torça pelo estupro delas. Silencie quando terroristas islâmicos as matarem e violentarem. Mas, cuidado pra ninguém sacar você muito facilmente.

Se for estudante universitário, xingue os colegas judeus, impeça-os de entrar nos campi. Faça manifestação contra professores judeus. Se nasceu judeu, repita todos os dias, em todas as mídias, que você odeia Israel e o Bibi, para ninguém duvidar da sua pureza ideológica. Combata o colonialismo na Palestina, torça para a aniquilação da “entidade sionista”, como dizem os irmãos, os aiatolás. Deixando a geopolítica de lado. Mesmo que você denuncie a ditadura nas suas obras artísticas, defenda absolutamente o STF, mesmo se ele for pego com batom na cueca. Qualquer crítica a este, argumente entusiasticamente que quem fez a crítica é um fascista. Afirme que todos

os abusos do Judiciário são em defesa do Estado de Direito. Por falar em fascista, nunca entre em discussões sobre identidade feminina. Não caia no pecado capital merecedor da fogueira de questionar o que faz uma mulher ser mulher. Fuja disso como o Diabo foge da cruz. Use expressões como “pessoas que engravidam”, “pessoas com vagina”. Defenda mulheres trans no esporte feminino.

Tudo que acontecer de ruim, ponha a culpa nos homens cis, brancos e heterossexuais. Melhor, e de forma mais sintética e conceitual, ponha a culpa no patriarcado. Diga que homens cis heterossexuais brancos são culpados de tudo —nunca é demais repetir essa máxima se você quiser disputar o Oscar da pureza ideológica. Se tiver uma editora, só publique livros “woke”. Se tiver uma livraria, só ponha à mostra livros “woke”. Se for da classe artística, torça contra os americanos em tudo, mas continue lambendo as botas do Oscar, maior marcador cultural americano de sucesso. Se for da classe acadêmica, só faça teses sobre decolonialidades, teoria de gênero, o ânus como órgão único da igualdade. Se for psicanalista, não pinte o cabelo e diga que a verdadeira clínica é a política. Diga que toda forma de relação com homens objetiva a mulher. Torça para que as novelas e filmes só mostrem casais homoafetivos. Jamais seja evangélico. Se a vontade for incontrollável, compre algum kit de marketing que pinte sua imagem nas redes sociais como sendo um evangélico que vota no PT e é contra a Michelle Bolsonaro. Enfim, acorde de manhã gritando “genocida!”, “fascista!”, “sionista!”. Se não quiser ter filhos, diga que é porque você teme a crise climática, jamais confesse que é por preguiça pura e simples. E, acima de tudo, defenda a soberania nacional contra um ataque de mosquitos.

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Marcelo Rubens Paiva, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SÁB. Mario Sergio Conti

MULTITELA

Homem entra em reality violento por dinheiro em filme no sob demanda

O Sobrevivente

Paramount+, 18 anos
Glen Powell lidera o elenco no papel de um homem comum que, movido pela necessidade, decide participar de um reality show mortal. No popular programa, os participantes são perseguidos por caçadores profissionais contratados para os eliminar enquanto se escondem pelo mundo para sobreviver. O filme é baseado no conto distópico de Stephen King e dirigido por Edgar Wright.

A Origem dos Red Hot Chili Peppers: Nosso Irmão Hillel

Netflix, 16 anos
O documentário revisita a amizade entre Flea, Anthony Kiedis e Hillel Slovak na cena punk-funk da Califórnia a partir dos anos 1970,

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com



Roda Viva

TV Cultura, 22h, livre

Felipe Bressanim Pereira, o youtuber e influenciador Felca, estará no centro da roda para falar da lei que leva seu nome, já em vigor no Brasil. O projeto surgiu depois que ele denunciou perfis nas redes sociais que exploravam a sexualização de menores em seu canal

sua expressão artística e sua criação musical. O guitarrista Hillel Slovak, morto em 1988, teve importância crucial para a banda.

Histórias do Cinema Brasileiro

IC Play, 14 anos e gratuito
Coleção reúne filmes dos anos 1960 e revisita um período marcado tanto pela experimentação artística quanto por tensões políticas no Brasil. Entre eles, “Os Fuzis”, de Ruy Guerra, vencedor do Urso de Prata, em Berlim, em 1964, e “Carnaval Barra Limpa”, de J.B. Tanko.

O Mundo [Sem Filtro] de Any Malu

HBO Max e Cartoon, 13h30 e 20h45, livre
A produção acompanha Any Malu, uma influenciadora em animação, e seus amigos na Universidade para Desenhos Animados. A personagem encara a rotina caótica do campus com a ajuda da turma, entre tretas com professores, paixões secretas, provas

inesperadas e confusões que só o mundo animado poderia criar.

El Chapo

A&E, 22h, 16 anos
Conta a história de um dos maiores traficantes de drogas do planeta, Joaquín “El Chapo” Guzmán, que foi condenado à prisão perpétua nos Estados Unidos em 2017 por formação de quadrilha, narcotráfico e lavagem de dinheiro. São 34 episódios e exibição diária, também disponíveis na Netflix.

Amor à Vida

Globoplay Novelas, 22h40, 14 anos
Escrita por Walcyr Carrasco, a novela de 2013 explora os segredos da família Khoury, apresentando um dos mais celebrados vilões da teledramaturgia, o debochado Félix, vivido por Mateus Solano. A trama aborda temas como diversidade e ficou conhecida por mostrar o primeiro beijo gay numa novela da Globo.

CINEMA
‘O Agente Secreto’ lidera indicações entre brasileiros no prêmio Platino

SÃO PAULO Mesmo sem levar o Oscar, “O Agente Secreto” segue relevante no circuito internacional. O longa de Kleber Mendonça Filho lidera as produções brasileiras no Prêmio Platino Xcaret, com oito indicações, incluindo filme, direção e ator para Wagner Moura. O filme brasileiro disputa a principal categoria com títulos da Argentina, da Espanha e da Venezuela. A cerimônia será em 9 de maio, no México. Outros brasileiros também aparecem —“Manas” soma três indicações, enquanto “O Último Azul” e “O Filho de Mil Homens” concorrem em categorias técnicas. ‘O Agente Secreto’ ainda disputa nas categorias de música original, roteiro, montagem, direção de arte e em figurino.



Um dos fósseis encontrados por paleontólogos na divisa entre o Maranhão e o Piauí Divulgação UFPI

Fóssil revela forma muito primitiva de anfíbio que habitou o Nordeste

Primo de primeiros bichos de quatro patas viveu na divisa do Maranhão e do Piauí, há 280 milhões de anos; criatura media cerca de 2 metros e tinha mandíbula bizarra

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) Nove mandíbulas fossilizadas, descobertas por paleontólogos na divisa entre o Maranhão e o Piauí, revelaram que um membro do grupo mais antigo de vertebrados com quatro patas habitou o interior nordestino há cerca de 280 milhões de anos, no período Permiano.

Mesmo tendo vivido em época tão remota, o bicho, que possivelmente media uns dois metros de comprimento, já seria considerado muito primitivo, porque compartilha diversas características com animais quase 100 milhões de anos mais velhos, os primeiros cuja linhagem se separou da dos peixes.

A espécie recebeu o nome científico *Tanyka amnicola*, numa mistura de guarani e latim (na língua indígena, a palavra tañkã significa “mandíbula” ou “queixo”, enquanto a segunda parte do nome designa um animal que vive dentro de um rio ou perto dele).

A descrição oficial do bicho foi publicada no começo deste mês no periódico especializado *Proceedings B* por uma equipe internacional que inclui o paleontólogo Juan Carlos Cisneros, da UFPI (Universidade Federal do Piauí).

Tecnicamente, o *T. amnicola* é o que os pesquisadores chamam de tetrápode basal, sendo que “tetrápodes” são todos os vertebrados cuja linhagem desenvolveu quatro membros —ou seja, todos menos os peixes. Do ponto de vista moderno, seria natural pensar no bicho como uma forma muito primitiva de anfíbio, embora os grupos de anfíbios que conhecemos hoje e incluem os sapos,

salamandras e cobras-cegas, sejam muito diferentes e tenham evoluído bem depois.

Cisneros explicou à *Folha* que, embora seja um pouco difícil estimar o tamanho do bicho inteiro quando em vida, considerando que a equipe não encontrou um esqueleto articulado, faz sentido imaginar que ele tivesse mais ou menos o porte das atuais salamandras-gigantes-da-china, que alcançam 50 quilos e 1,8 metro de comprimento. “Pode ser que haja material do pós-crânio também [ou seja, do corpo abaixo da cabeça] e nós ainda não o tenhamos identificado.”

“Sabemos que é um animal bas-

tante basal, o que nos levou a pedir ao artista Vitor Silva, responsável pela reconstrução, que o retratasse com cinco dedos nas patas da frente, e não quatro, como nos anfíbios atuais. Ainda assim é uma liberdade artística”, pondera ele.

Por conservar características dos primeiros tetrápodes, o animal poderia ser visto como uma relíquia evolutiva numa época em que grupos mais inovadores de grandes anfíbios e diversos répteis já estavam colonizando os ambientes terrestres. Mas só o conjunto de mandíbulas —achadas nos municípios de Pastos Bons, Timon (ambos no Maranhão) e Nazária (PI)— já é suficiente para contrariar essa impressão de “preguiça evolutiva”.

Isso porque a bocarra da criatura é simplesmente muito bizarra e tem traços completamente inesperados, diz Cisneros, sem meias palavras.

“No começo, chegamos a achar que as mandíbulas tinham essa aparência por causa de algum problema tafonômico [da maneira como o fóssil foi preservado]. Pareciam amassadas, torcidas, deformadas. Mas depois fomos identificando várias do mesmo animal, algumas delas muito bem preservadas.” A esquisitice se manteve.

Ocorre que os dentes do *Tanyka*, em especial os grandes, de formato cônico, são muito lateralizados —ou seja, literalmente voltados mais para o lado, em vez de para cima, como seria de esperar se eles trabalhassem em conjunto com os dentes do maxilar, os quais, espera-se, estariam voltados para baixo. O mesmo vale, em menor medida, para

“

No começo, chegamos a achar que as mandíbulas tinham a aparência [bizarra] por causa de algum problema tafonômico [da maneira como o fóssil foi preservado]. Mas depois fomos identificando várias do mesmo animal, algumas delas muito bem preservadas

“

Sabemos que é um animal bastante basal, o que nos levou a pedir ao artista responsável pela reconstrução que o retratasse com cinco dedos nas patas da frente, e não quatro, como nos anfíbios atuais

Juan Carlos Cisneros
paleontólogo da UFPI

os denticulos (de porte relativamente diminuto) da mandíbula.

Uma possibilidade é que esse modelo estranhíssimo de dentição se explique, em parte, porque o bicho passaria o tempo todo dentro d’água e se alimentasse por meio de um processo de sucção do alimento, tal como muitos peixes e como o *Tiktaalik*, antiquíssima espécie canadense que seria um precursor dos tetrápodes. “Ainda assim, a dentição dos dois é muito diferente uma da outra”, ressalta Cisneros.

É aí que entraria a outra peça do quebra-cabeças proposta pelo pesquisador da UFPI e seus colegas. Eles propõem que, para funcionar direito, a dentição lateralizada da mandíbula trabalharia em conjunto com uma bateria de dentes no céu da boca, algo que se vê em algumas espécies atuais de répteis e peixes e também em animais extintos, como o réptil *Edaphosaurus*.

“Não eram dentes bons para agarrar ou cortar, mas sim para raspar, ajudando a processar algum alimento não muito nutritivo, como algas ou talvez pequenos invertebrados. A mandíbula provavelmente se movimentava em seu eixo, girando um pouco de dentro para fora”, diz o pesquisador. “Estaria efetivamente mastigando a comida.”

Se a hipótese estiver correta, o fóssil é uma prova de que ao menos alguns tetrápodes basais desse período não estavam simplesmente parados no tempo, esperando serem finalmente suplantados pelas novas linhagens de anfíbios e répteis.

Em vez disso, argumentam os paleontólogos, o *Tanyka* estaria seguindo caminhos evolutivos inovadores e surpreendentes, conforme indica sua morfologia inusitada. Isso significa, segundo os pesquisadores, que é preciso repensar a ideia de que o grupo do bicho era simplesmente antiquado demais para sobreviver diante da chegada dos novos concorrentes e investigar novos cenários que poderiam explicar seu desaparecimento.

Onde foram encontrados fósseis do anfíbio do ‘modelo mais antigo do mundo’





O sítio arqueológico de Monte Verde, no Chile Todd Surovell/via Reuters

Pesquisa contesta idade de sítio referência em debate sobre ocupação das Américas

Trabalho sugere que presença de seres humanos em Monte Verde, no Chile, tem até 8.200 anos; antropólogo diz que estudo contém erros

Will Dunham

REUTERS O sítio arqueológico de Monte Verde, no Chile, descoberto na década de 1970, revolucionou a ideia sobre quando os humanos chegaram às Américas. Cientistas estimaram que o local já abrigava a nossa espécie cerca de 14,5 mil anos atrás. Mas um estudo publicado na última quinta (19) na revista Science sugere uma data mais recente para isso.

Com base em uma nova análise, pesquisadores sugerem a presença da nossa espécie ali entre 4.200 e 8.200 anos atrás. “Essa descoberta sugere uma data mais recente para a chegada dos humanos à América”, disse o arqueólogo Todd Surovell, da Universidade de Wyoming (EUA), autor principal da nova pesquisa.

Os autores do novo estudo disseram ter adotado três métodos científicos de datação em materiais encontrados dentro e ao redor de Monte Verde, localizado no sul chileno, a cerca de 58 quilômetros da costa do Pacífico.

“Coletamos amostras na área do sítio. Também coletamos amostras das mesmas formações de terreno a montante e adjacente do local”, afirmou Surovell.

“Essas formações de terreno são contínuas ao longo de todo o vale, e nossa datação delas foi consistente em todas as localidades. Colocamos essas informações em contexto estratigráfico [camadas de solo e rocha], e os erros de datação dos pesquisadores anteriores ficaram imediatamente evidentes”, acrescentou o arqueólogo.

Testes realizados em 1997 indicaram a data de 14,5 mil anos para o sítio. Isso o tornaria mais de 1.500 anos mais antigo do que o sítio de ocupação humana ao sul das camadas de gelo continental que cobriam partes da América

do Norte na época. Esse sítio é associado à cultura Clovis, batizado em homenagem a uma localidade no Novo México.

A nova pesquisa datou pedaços de madeira, areia depositada pelo riacho e uma camada de cinzas vulcânicas antigas. “A datação das cinzas vulcânicas foi especialmente importante”, disse Surovell. Foi determinado que as cinzas foram depositadas há cerca de 11 mil anos. Elas estavam em uma camada abaixo das evidências de ocupação, sugerindo que a presença humana pode ter ocorrido após essa data, segundo Surovell.

Ainda segundo o arqueólogo, a idade mais antiga do sítio foi calculada usando uma técnica chamada datação por radiocarbono em uma madeira recuperada no local. Surovell afirmou que, embora a madeira de fato tivesse 14,5 mil anos, ela era muito anterior à ocupação humana e estava simplesmente misturada entre materiais mais antigos presos nas margens do riacho.



‘Invenções e mal-entendidos’

O antropólogo Tom Dillehay, da Universidade Vanderbilt, estudou Monte Verde desde a década de 1970. Na avaliação dele, o novo estudo contém “muitos erros metodológicos e empíricos”.

A interpretação da madeira, segundo Dillehay, “desconsidera um vasto conjunto de evidências culturais bem datadas associadas a Monte Verde, incluindo ferramentas de pedra, artefatos de madeira e osso, restos de plantas comestíveis como algas marinhas e batatas, fogueiras, pegadas humanas e restos de carne e couro de animais”.

“Esses e outros elementos constituem um contexto cultural complexo que foi extensivamente documentado ao longo de cinco décadas de pesquisa arqueológica interdisciplinar”, afirmou o antropólogo. “Quanto aos dados deles, é uma mistura de invenções e mal-entendidos. Eles viram o que queriam ver e chegaram ao sítio com conclusões predeterminadas”.

O momento do povoamento das Américas continua sendo um tema controverso.

“Monte Verde é reconhecido internacionalmente como um dos sítios arqueológicos mais importantes do continente americano, tendo desempenhado um papel decisivo na substituição do modelo ‘Clovis First’ [Clovis primeiro]”, disse Dillehay, referindo-se a uma teoria que postulava que os primeiros habitantes das Américas chegaram há aproximadamente 12,8 mil anos.

Surovell afirmou que as novas descobertas mostram que Monte Verde é posterior aos sítios de Clovis. “O sítio ainda é importante para a compreensão da ocupação humana de sua região durante o Holoceno [que se iniciou há 11.700 anos], mas não tem mais grande relevância para a compreensão do povoamento inicial das Américas.”

El Niño e o anticristo se encontram em guerra

EUA flertam com desastre bíblico no Oriente Médio para dar fôlego a petróleo

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de “A Ciência Encantada de Jurema” (ed. Fósforo)

Agência Nacional de Oceanos e Atmosfera dos EUA (Noaa), que Donald Trump apreciaria ver incinerada no fogo dos infernos, prevê que há 80% de probabilidade de El Niño retornar à Terra antes do final do ano. Isso se até lá o anticristo não imolar o planeta no altar dos combustíveis fósseis.

Ninguém sabe se a guerra no Irã demorará ainda semanas, meses ou anos. Por ora, disparam preços do petróleo, enquanto o presidente dos EUA des-conversa sobre a enrascada em que meteu o mundo, entre uma entrevista e outra no Air Force One.

Há dúvida sobre quem seria o verdadeiro anticristo. O candidato óbvio a arauto do fim dos tempos é o agente laranja a calcinar os freios e contrapesos da democracia americana, as instituições multilaterais e as regras diplomáticas, que antes se acreditava serem de ferro. Já foi dito que tudo que é sólido se desmancha no ar.

Há quem acredite que o anticristo atende pelo nome de Greta Thunberg. Vi a estultice numa entrevista de Peter Thiel para Ross Douthat no The New York Times e numa reportagem do jornal sobre a reação negativa de católicos à palestra que Thiel daria sobre o anticristo em... Roma.

Thiel é o bilionário teuto-americano que criou o PayPal com Elon Musk. Fundou também a Palantir Technologies, gigante de inteligência artificial para análise de massas de dados fornecedora do Pentágono.

Suspeita-se que a IA tenha indicado como alvo legítimo a escola de meninas Shajareh Tayyebbeh, obliterada por um míssil Tomahawk em Minab (Irã). E Thiel se diz convencido de que o progresso técnico está estagnado desde 1970 por força do medo cultivado pelos hippies e ambientalistas para impor um governo mundial.

Ou seja, o anticristo. Greta que se cuide, pois um algoritmo alucinado da Palantir poderá selecioná-la como alvo —por acidente, arriscarão alegar Trump e Pete Hegseth— durante algum protesto contra o genocídio israelense em Gaza.

Divago. Nesse tiroteio a mente se confunde quanto aos verdadeiros inimigos da ciência. Thiel e seus broligarcas do Vale do Silício creem que o Anticristo quer impor limites à ciência e à tecnologia instilando uma paranoia de segurança, a fim de converter as massas na adoração de vacinas ou de energias limpas e na demonização da energia nuclear, da IA e dos combustíveis fósseis.

E se o arauto do Apocalipse for Trump, que nega as ciências do clima sobre o aquecimento global? Seus sicários é que estão calando a Noaa, a reguladora de fármacos FDA, a agência ambiental EPA e as liberais universidades dos EUA —não com argumentos, ou dados, mas com brutalidade e intimidação.

Pior violência empregam ao sequestrar ou assassinar imigrantes e líderes de países soberanos e ao despejar bombas na população civil, como na Venezuela e no Irã —que não são flor que se cheire. Condenar tais atos não transforma ninguém em socialista bolivariano, apoiador da teocracia homicida dos aiatolás ou antissemita.

O advento de El Niño prenuncia secas incendiárias na Amazônia e no Nordeste, além de temporais no Sul para submergir Porto Alegre de novo. Desastres bíblicos, gerados por combustíveis fósseis aos quais a guerra de Trump objetiva dar sobrevida.

Se você acha que Greta é seu inimigo, pense bem.

ciência

MENSAGEIRO SIDERAL

A filha das primeiras estrelas do Universo

Astrônomos encontram em galáxia anã vizinha astro pobre em ferro e cálcio

Salvador Nogueira

salvadornogueira@gmail.com

Há duas semanas, falamos neste espaço sobre a hipótese de que o Telescópio Espacial James Webb possa ter detectado estrelas da chamada População III, a primeira geração a se formar no Universo.

A ideia promovida por Abraham Loeb (o astrofísico respeitado, mas “eternamente”, de Harvard) ainda não foi confirmada, mas um grupo internacional de astrônomos descobriu em uma minúscula galáxia nas cercanias da Via Láctea uma estrela que seria uma descendente imediata dessa tal primeira geração — e esse achado é incontroverso.

A descoberta veio das análises de imagens produzidas pela DECam, a câmera de altíssima resolução do projeto Dark Energy Survey, instalada no telescópio de quatro metros Victor M. Blanco, localizado no Chile.

Em artigo liderado por Anirudh Chiti, das universidades de Chicago e Stanford, nos Estados Unidos, a equipe trata da estrela designada PicII-503.

O nome parece bem mais cifrado do que de fato é.

Trata-se da 503ª estrela catalogada na galáxia anã ultratênue Pictor II, localizada na constelação austral Pictor (o Pintor), satélite da maiorzinha Grande Nuvem de Magalhães (que por sua vez é uma vizinha modesta, mas destacada pela proximidade, da nossa Via Láctea).

Pertencente à chamada População II, a PicII-503 é uma das estrelas mais primitivas já descobertas, em termos químicos.

O que significa isso?

Ela tem uma composição pobre em elementos pesados (aqueles produzidos apenas por estrelas, bem depois do Big Bang), o que indica que é uma sucessora imediata de estrelas da População III (que não teria elementos pesados, formada só pelo hidrogênio e hélio primordiais).

Para que se tenha uma ideia, o Sol (parte da População I, enriquecido com elementos pesados) tem 40 mil vezes mais ferro que ela.

PicII-503 também se revelou extremamente pobre em cálcio, contendo as menores abundâncias desses dois elementos já medidas em objetos fora da Via Láctea.

Em compensação, a estrela tem uma concentração bem alta de carbono em proporção ao ferro, algo que os astrônomos já viram antes, mas principalmente em estrelas velhas nas regiões mais externas da Via Láctea, o chamado halo galáctico.

A novidade está em encontrá-la numa galáxia anã ultratênue como a Pictor II.

A descoberta suporta duas hipóteses muito interessantes: a de que as estrelas do halo da Via Láctea se formaram a partir de galáxias anãs antigas incorporadas a ela por meio de capturas e fusões, e a de que essas estrelas pobres em elementos pesados, mas ricas em carbono, da População II são fruto da detonação de supernovas de baixa energia da População I.

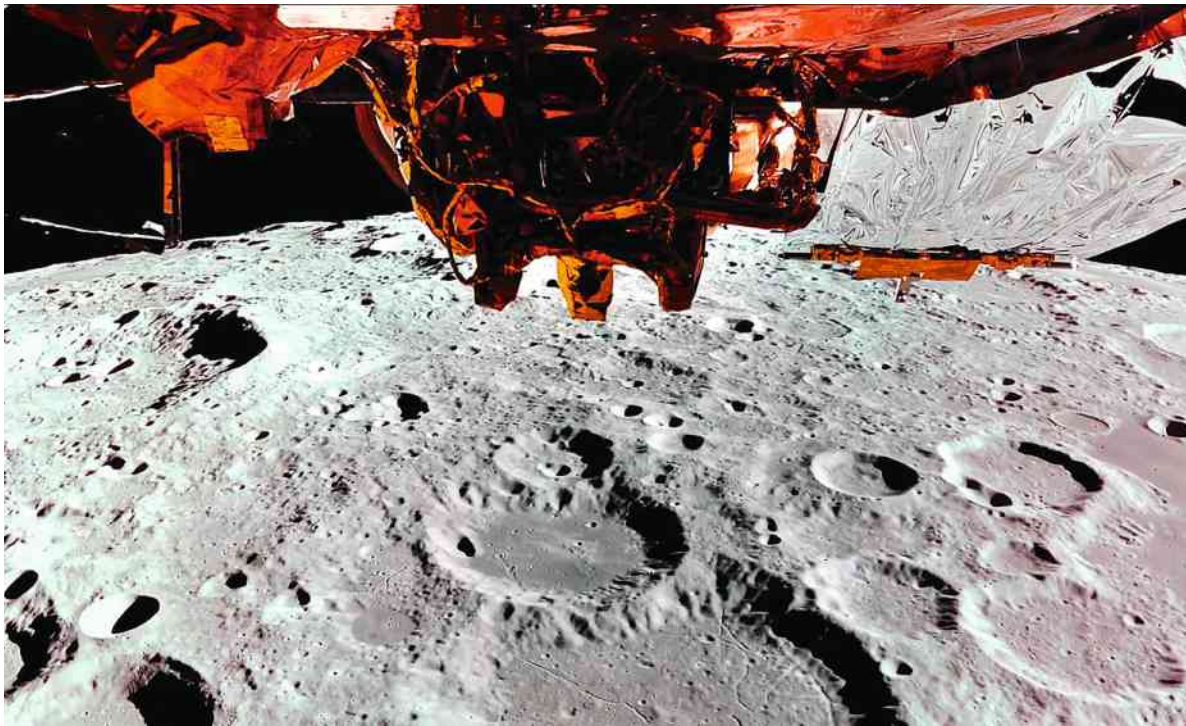
Nesses casos, os elementos mais pesados, como ferro, cairiam de volta nos núcleos remanescentes após a explosão, mas os mais leves, como carbono, conseguiriam escapar e polinizariam nebulosas que mais tarde dariam origem a estrelas da População II, explicando a discrepância.

Claro, tudo isso, por sua vez, ajuda a ter um quadro cada vez mais completo de como o Universo evoluiu nos últimos 13,8 bilhões de anos, a ponto de produzir criaturas capazes de desvendar os detalhes de sua história peregosa.

Os resultados de Anirudh Chiti e seus colegas foram publicados no último dia 16 no periódico britânico Nature Astronomy.

503ª

estrela a ser catalogada na galáxia anã Pictor II, localizada na constelação austral Pictor, satélite da maiorzinha Grande Nuvem de Magalhães



O módulo Blue Ghost sobrevoa a Lua em fevereiro de 2025, dias antes de descer no satélite Firefly/via Reuters

Nasa monitora naves ao redor da Lua e emite alerta para evitar colisões

Somente no ano passado houve 11 avisos de possível choque entre espaçonaves na órbita do satélite natural; nenhum deles ocorreu

Kenneth Chang

THE NEW YORK TIMES Há um ano, em março, o módulo de pouso robótico Blue Ghost chegou à Lua.

Construído pela empresa Firefly Aerospace, de Cedar Park, Texas, o Blue Ghost foi a primeira espaçonave americana em mais de meio século a descer na superfície lunar e concluir sua missão.

Embora a missão tenha sido bem-sucedida, houve um momento de perigo antes da alunissagem: um risco de colidir com outra espaçonave na órbita lunar, o que poderia ter encerrado a missão precocemente.

Will Coogan, engenheiro-chefe da Blue Ghost, afirmou que a equipe ficou surpresa com os eventos do 1º de março de 2025, um dia antes do pouso no satélite. “Existem pouquíssimas coisas em órbita lunar. Isso parecia tão improvável de ser um problema.”

Hoje, 11 espaçonaves dos EUA, China, Índia e Coreia do Sul estão em órbita ao redor da Lua.

Nos últimos 15 anos, uma pequena equipe do Laboratório de Propulsão a Jato da Nasa, na Califórnia, monitora espaçonaves em órbita da Lua e de Marte e emite alertas quando o caminho delas pode se cruzar.

Esse esforço é conhecido como Madcapd — em português, a sigla significa processo automatizado de avaliação de conjunção em espaço profundo para múltiplas missões.

Pense neles como controladores de tráfego espacial.

“A ideia básica é garantir que sabemos onde os outros objetos estão para evitar colisões”, disse David Berry, líder do grupo.

Segundo Berry, a principal razão para haver alguma probabilidade de colisões ao redor da Lua é que as órbitas das espaçonaves são escolhidas por motivos específicos, e não aleatoriamente.

Para missões científicas como a da espaçonave indiana Chandrayaan-2, muitas vezes faz sentido que elas voem em órbitas que passam sobre os polos norte e sul, permitindo que observem toda a superfície lunar.

Quando o Blue Ghost chegou à Lua em meados de fevereiro do ano passado, o módulo entrou em uma órbita polar elíptica, baixando gradualmente para uma órbita circular a uma altitude de cem quilômetros. Era a mesma altura da Chandrayaan-2.

As trajetórias das duas naves indicavam que estavam bem distantes uma da outra. Mas sobre os polos norte e sul os caminhos delas potencialmente se cruzavam.

Berry afirmou que a equipe do Madcap emitiu, então, um alerta vermelho para uma potencial colisão em 1º de março. As chances de isso ocorrer, porém, eram muito baixas.

11 espaçonaves

dos Estados Unidos, China, Índia e Coreia do Sul estão em órbita ao redor da Lua atualmente, segundo a Nasa

“Isso significa apenas mais de uma chance em 100 mil”, disse Coogan. “Eles nos davam atualizações de vez em quando. Ficava vermelho, mas você esperava um dia e não estava mais vermelho.”

Mas o alerta vermelho persistiu. O Madcap pôs as equipes das naves em contato para discutir se uma ou ambas mudariam de curso. “Toda vez que fazemos uma manobra, isso também cria um risco”, afirmou Coogan. “Então, será que estamos criando ou eliminando risco?”

A Chandrayaan-2 estava em órbita ao redor da Lua desde 2019. Ela tem uma quantidade limitada de propelente para manobras, e a equipe indiana não queria usá-lo desnecessariamente.

Com mais análises, descobriu-se que as espaçonaves passariam uma pela outra a uma distância segura, e nenhum desvio foi necessário. O módulo Blue Ghost pousou em 2 de março de 2025.

Esse episódio não foi a única vez que o Madcap emitiu alertas.

Em 2021, a Chandrayaan-2 acionou os propulsores para garantir que saísse do caminho do Lunar Reconnaissance Orbiter, da Nasa.

Em 2023, o Madcap estava emitindo alertas vermelhos quase diários sobre aproximações perigosas entre quatro espaçonaves em órbita lunar: Lunar Reconnaissance Orbiter; Chandrayaan-2; uma espaçonave coreana, Danuri; e a Hakuto-R Mission 1, um módulo de pouso de uma empresa japonesa que no fim se chocou contra a superfície da Lua.

“Realizamos três reuniões de coordenação de manobras naquele mês para tratar dessas situações”, disse Berry.

No ano passado, o Madcap lidou com 11 “casos de resposta” — alertas vermelhos graves o suficiente para que a equipe de seis pessoas interviesse e garantisse que nenhuma colisão ocorresse.

Atualmente, o Madcap depende em grande parte das equipes das espaçonaves para fornecer atualizações das trajetórias. No futuro, sistemas instalados na Lua e em Marte poderão rastrear trajetórias de espaçonaves de forma precisa e automática.

Com a Lua atraindo mais interesse nos últimos anos, a necessidade de gerenciamento do tráfego espacial também aumentará.